

Sistema Integrado de Informação e Conhecimento

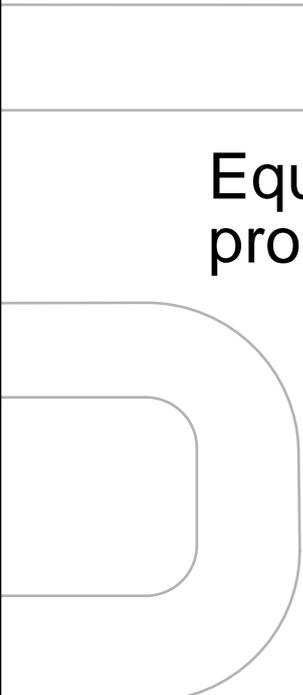
Relatório

Igualdade de género e tomada de decisão

Violência contra as mulheres,
doméstica e de género

Abril de 2010





Equipa de investigação da FCSH-UNL que produziu o presente relatório

Manuel Lisboa (coordenação)

Ana Lúcia Teixeira Dias

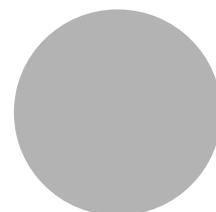
Ana Roque

Zélia Barroso

Andreia Favita

Dalila Cerejo

Joana Patrício



Índice

Introdução	4
1. Igualdade de género e tomada de decisão	6
1.1 Tomada de decisão na esfera política	9
1.2 Tomada de decisão na esfera económica	25
1.2 Tomada de decisão em outras instâncias	33
2. Violência contra as mulheres, doméstica e de género	35
2.1 Inquéritos à população	36
2.2 Vitimação participada	64
2.3 Consequências da violência contra as mulheres	95
Anexos	
População empregada, por sexo e profissão, em 1997 e 2009	118
Conceitos	119
Elementos para crítica das fontes: violência doméstica participada à GNR e PSP	121
Siglas e abreviaturas	123

Introdução

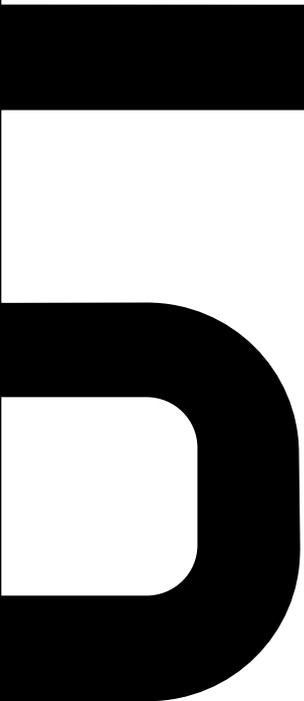
O presente Relatório, subordinado aos temas da Igualdade de Género e Tomada de Decisão e da Violência Contra as Mulheres, Doméstica e de género, decorre no âmbito de um projecto promovido pela CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Com este 1º Relatório, inicia-se um novo ciclo das actividades do SIIC - Sistema Integrado de Informação e Conhecimento. Posteriormente, e periodicamente, outros se seguirão, de acordo com as áreas abrangidas pelo III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e do I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos.

Convém lembrar que o SIIC constitui, em primeiro lugar, uma plataforma de informação e conhecimento para apoio à decisão de entidades do poder central, regional e local, na definição de políticas e intervenção nas áreas dos planos atrás referidos, mas também um sistema de informação acessível através de *password* por ONGs, universidades e centros de investigação, bem como está disponível numa versão portal para o público em geral. A informação disponibilizada é previamente objecto de crítica e tratamento segundo critérios científicos, levados a efeito por equipas de investigação especialistas nas áreas dos temas abordados.

O SIIC foi promovido e é dinamizado pela CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, onde está sediado e, desde o primeiro momento, tem como princípio orientador que toda a informação disponibilizada tem que estar certificada cientificamente.

Numa primeira fase, terminada em Novembro de 2009, foi elaborada a arquitectura do sistema, materializada a sua instalação física, levantadas as fontes e introduzidos os primeiros dados.



Nesta segunda etapa, a alimentação do sistema com novos dados andar­á a par com a produção de conhecimento, também, objecto dos relatórios seguintes.

O trabalho tem vindo a ser desenvolvido por uma equipa de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, e, de uma forma mais sistemática, conta com a colaboração de investigadores de outras faculdades da mesma universidade, da Universidade de Lisboa, através do ICS, da Universidade Técnica de Lisboa, particularmente com uma equipa do ISEG, da Universidade do Minho e da Universidade do Porto, que, em função das suas especialidades, terão a autoria de posteriores relatórios. Espera-se que no futuro possam também participar especialistas e investigadores de outras universidades, das áreas abrangidas pelos Planos atrás referidos.

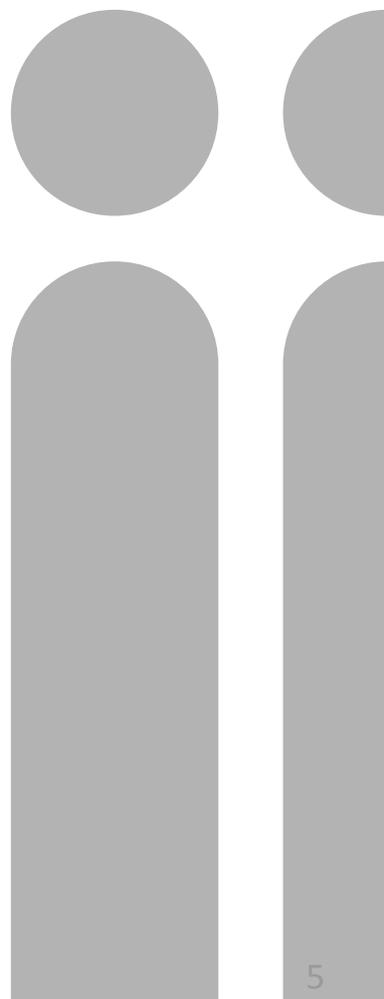
O presente Relatório está organizado de forma a conter a informação mais pertinente, dentro de cada área, para os objectivos em vista, nomeadamente: dados de fontes primárias, relativos aos indicadores mais relevantes; dados de fontes secundárias; interpretação descritiva dos respectivos dados; e a bibliografia mais significativa para cada área. Não posso deixar de salientar o empenhamento posto no SIIC pela actual Sra. Secretária de Estado da Igualdade, Dra. Elza Pais, e que vem desde o tempo em que desempenhava as funções de Presidente da CIG. A ela se deve a iniciativa da sua promoção e a criação das condições para a sua materialização.

Gostaria também de endereçar os meus agradecimentos à actual Direcção da CIG, nas pessoas da sua Presidente e Vice-Presidente, bem como a todos os seus técnicos, pela colaboração dada para produção do presente Relatório.

Agradecimentos extensivos ao Sr. Director Nacional da PSP, Superintendente-Chefe Oliveira Pereira, pelo apoio dado em relação aos dados da PSP.

Para finalizar, uma palavra de reconhecimento pelo empenhamento e rigor científico da equipa de investigação, que produziu este Relatório em um tempo recorde. Um agradecimento ainda ao Richard Vicente, da *RV-Comunicação*, que mais uma vez, respondeu prontamente às nossas solicitações.

O Coordenador do Projecto e do presente Relatório
Manuel Lisboa



1. Igualdade de género e tomada de decisão

Indicadores de âmbito geral

Num estudo efectuado pelo SociNova (FCSH-UNL) com o objectivo de analisar a participação das mulheres nas elites políticas e económicas, no Portugal democrático (1974-2004)¹, particularmente nos cargos de tomada de decisão, conclui-se que, apesar das mudanças efectuadas em três décadas, persistem factores estruturais: a liderança política e económica é ainda de difícil acesso às mulheres, reflectindo um persistente fenómeno de *glass ceiling*², que as deixa relativamente ausentes das posições de poder e de tomada de decisão.

Corroborando aquela conclusão, e se tomarmos por referência os dados do INE relativos à distribuição da população empregada por sexo e profissão, verifica-se que, ao nível dos membros de corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública e directores e dirigentes de empresas, a participação de mulheres é baixa em 1997 (33,2%) e diminui ligeiramente em 2009 (31,4%) (ver anexo).

¹ Relativamente à esfera política, foi analisada a composição de todos os governos entre 1974 e 2004; na esfera económica, foi analisada a direcção das 50 maiores empresas portuguesas.

² O fenómeno designado por “tecto de vidro” faz referência a situações em que uma pessoa qualificada é impedida de subir na hierarquia da organização onde trabalha devido a alguma forma de discriminação, nomeadamente de género.

De facto, já no estudo da FCSH-UNL se constatava que a presença das mulheres no topo da pirâmide é marginal, tanto no sector político, como no económico. Verifica-se mesmo uma tendência no sentido de que quanto mais se sobe na hierarquia, menor é a probabilidade de se encontrar mulheres.

Os resultados sugerem ainda dificuldades na mobilidade horizontal (*glass walls*).

Se analisarmos mais de perto o campo económico, em relação à liderança das maiores empresas, a participação das mulheres é reduzida: apenas 8,7% de todos os cargos de direcção e 4,5% das posições de administração são ocupados por elas.

As 50 empresas analisadas empregavam 242.233 trabalhadores e tinham 739 pessoas a ocupar cargos de direcção. Destas empresas, 24 têm mulheres em cargos directivos. Contudo, nestas empresas somente 11,2% dos directores e 4,7% dos membros da administração são mulheres.

Quadro 1.1 Distribuição, por sexo, dos cargos de direcção das 50 maiores empresas portuguesas

	Mulheres		Homens		Total
	N	%	N	%	N
Todos os cargos	64	8,7%	675	91,3%	739
Administração(*)	16	4,7%	323	95,2%	339
Director	41	11,2%	324	88,8%	365
Outro	7	20,0%	28	80,0%	35

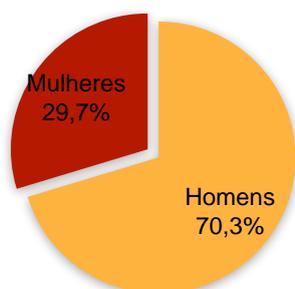
(*) Inclui presidente, administrador/conselho de administração, conselho executivo, assembleia geral, vogal.

Fonte: As Mulheres e as Elites Políticas e Económicas, SociNova – FCSH-UNL (projecto de investigação financiado pela FCT - PIHM/SOC/49931/2003)

As dificuldades de mobilidade vertical das mulheres em relação aos lugares de topo das empresas fica bem patente quando se verifica que as que conseguem “furar a barreira” tendem a ocupar os cargos de apoio à decisão em vez das áreas estratégicas de decisão e acção.

No que respeita às elites políticas, o fenómeno tem características semelhantes, ainda que com uma intensidade menos acentuada: na área política (e para os cargos contemplados) as mulheres representam quase 1/3 das posições (29,7%), na área económica ocupam apenas 8,7% dos cargos de direcção.

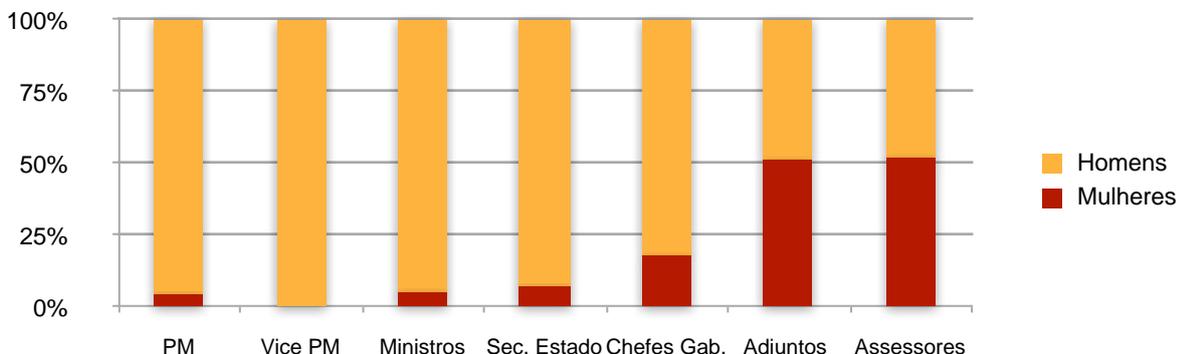
Gráfico 1.1 Titulares de cargos governamentais(*), por sexo, entre 1974 e 2004 (%)



* Primeiro-Ministro, Vice Primeiro-Ministro, Ministros, Secretários de Estado, Chefes de Gabinete, Adjuntos, Assessores; independentemente de ter ocupado mais de um cargo

Fonte: As Mulheres e as Elites Políticas e Económicas, SociNova – FCSH-UNL (projecto de investigação financiado pela FCT - PIHM/SOC/49931/2003)

Gráfico 1.2 Proporção de cargos governamentais ocupados por sexo, entre 1974 e 2004 (%)



Fonte: As Mulheres e as Elites Políticas e Económicas, SociNova – FCSH-UNL (projecto de investigação financiado pela FCT - PIHM/SOC/49931/2003)

Nota-se, no entanto, que a presença das mulheres é bastante mais expressiva nos cargos de posições intermédias, de apoio à decisão, havendo mesmo situações, como no caso de Adjuntos e Assessores, em que a sua percentagem ultrapassa a de homens. Os resultados do estudo revelam também alguns indicadores de desigualdade de género: as mulheres mais ligadas aos cargos de apoio à decisão (directoras das empresas e chefes de gabinete, adjuntas e assessoras) e os homens mais associados ao exercício do topo do poder (Administração das empresas, Ministros e Secretários de Estado). De algum modo, este fenómeno configura uma reprodução de papéis sociais de género, que tende a associar o feminino às tarefas de apoio e o masculino à estratégia, à iniciativa e à acção.

1.1 Tomada de decisão na esfera política

Síntese dos resultados

Globalmente, os dados analisados revelam uma fraca participação das mulheres tanto em cargos governativos (Ministras e Secretárias de Estado), como em cargos parlamentares (deputadas e membros das comissões permanentes), não só a nível nacional como também regional e local.

De facto, apesar do cumprimento da Lei da Paridade, não se consegue ainda garantir que a proporção que se regista nas listas eleitorais se verifique nos cargos efectivamente ocupados. Assegurar a presença de uma mulher por cada dois homens, que é o que se verifica na maioria dos casos, não garante, à partida, que as mulheres tenham a mesma possibilidade de serem eleitas que os homens, ou mesmo de vir a assumir os cargos. E é isso que se verifica.

Se todos os partidos cumpriram a lei nos últimos sufrágios, não se pode dizer que os vários órgãos do poder político espelhem essa paridade. Aliás, em nenhum dos órgãos se verificou existir uma proporção de mulheres superior a 27,8%. As únicas excepções situam-se ao nível das autarquias e da participação portuguesa no Parlamento Europeu: na sequência das eleições de 2009, apenas o distrito de Setúbal conta com mais de 30% de mulheres como presidentes de Câmara; já no Parlamento Europeu, a proporção de deputadas atinge os 36%.

Quando se comparam os resultados de Portugal com os de outros países percebe-se que o nosso país ocupa posições acima da média europeia, à excepção da participação em cargos governamentais.

Em síntese, a tomada de decisão na esfera política tem vindo a ter uma importância crescente nas últimas décadas. Exemplo disso é a publicação da Lei da Paridade que, tal como refere o texto da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto, “estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos”. Contudo, ainda que se cumpra a lei, essa mesma proporção ainda não se verifica nos cargos efectivamente ocupados.

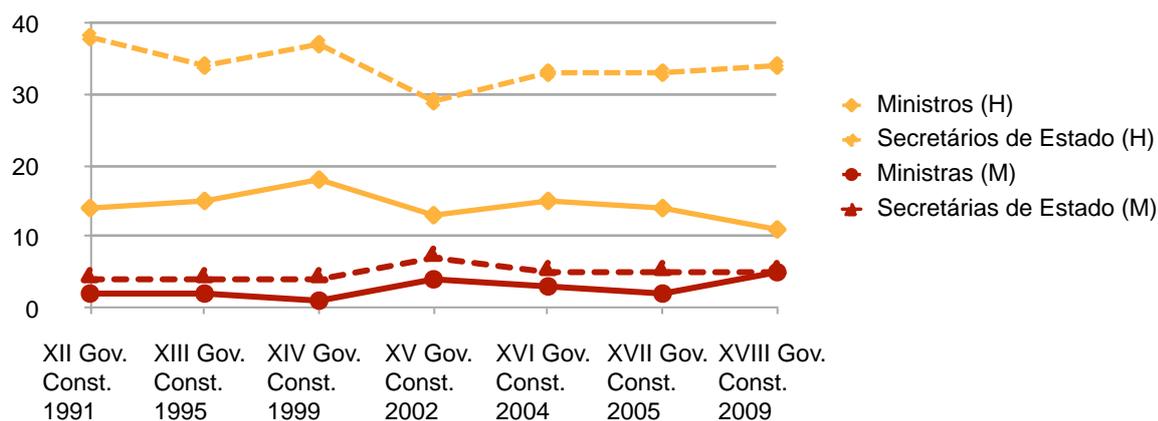
1.1.1 Poder central

A nível do poder central, um primeiro indicador de âmbito histórico é que, desde 1911, Portugal conheceu 19 Presidentes da República, todos eles homens.

Centrando-nos agora nas últimas três décadas, ao analisar a composição dos governos nacionais, relativamente às posições ministeriais e Secretarias de Estado, a proporção de mulheres nestes cargos não atinge um terço.

O XVIII Governo Constitucional (que entrou em funções em 2009) é, no entanto, aquele em que mais mulheres participam ao nível das chefias de Ministérios (5 ministras). Todavia, em relação às Secretarias de Estado a situação mantém-se igual às duas legislaturas anteriores (5 Secretárias de Estado).

Gráfico 1.3 **Composição dos Ministérios e Secretarias de Estado, por sexo, do XIII ao XVIII Governos Constitucionais Nacionais (N)**

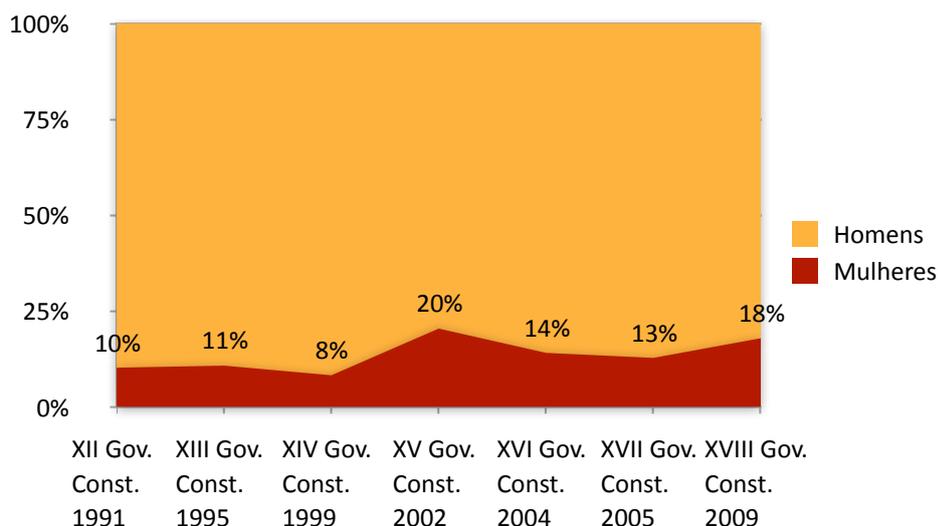


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Presidência do Conselho de Ministros

Considerando globalmente a evolução da presença das mulheres em cargos ministeriais e Secretarias de Estado, nota-se uma ligeira tendência no sentido do aumento da sua participação. Todavia, o seu peso nunca foi superior a 20,4% (2002) e em todo o período democrático só houve uma Primeira-Ministra, ainda que por breves meses (entre 7 de Julho de 1979 e 3 de Janeiro de 1980).

Gráfico 1.4 Proporção de membros do Governo Central, Ministros e Secretários de Estado, por sexo, do XIII ao XVIII Governos Constitucionais Nacionais (%)

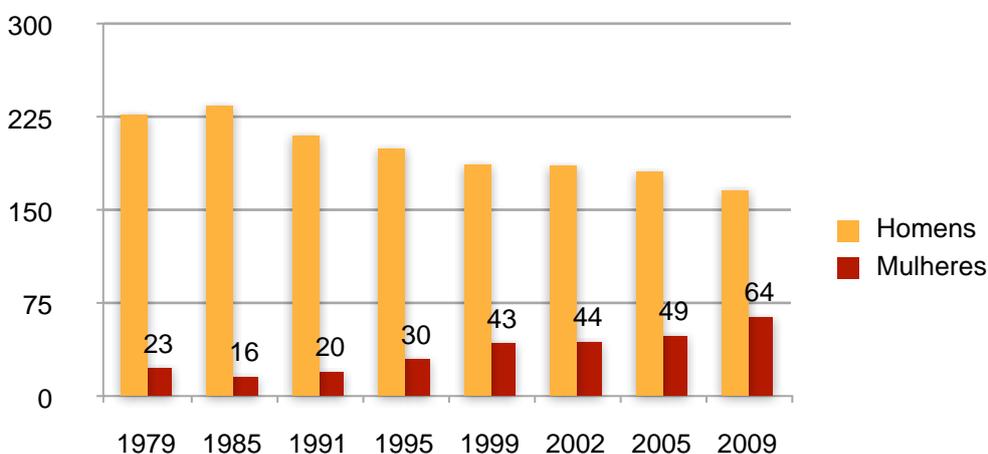


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Presidência do Conselho de Ministros

No que diz respeito à composição por sexo da Assembleia da República, é visível uma tendência crescente, iniciada em 1985, e que se acentuou nas últimas eleições legislativas. Em 2009, contam-se 64 mulheres entre os 230 deputados que compõem o Parlamento. Porém, ainda está abaixo da quota de 33%, estabelecida pela Lei da Paridade para as listas eleitorais, ficando-se pelos 27,8%.

Gráfico 1.5 Composição da Assembleia da República, por sexo, entre 1979 e 2009 (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: União Interparlamentar

A participação das mulheres na Assembleia da República não é equivalente nos vários partidos com assento parlamentar.

Quadro 1.2 Distribuição, por sexo e partido, dos eleitos para a Assembleia da República (N e %)

	X Legislatura 2005-2009			XI Legislatura 2009 -		
	Total assentos	Mulheres N	Mulheres %	Total assentos	Mulheres N	Mulheres %
PS	121	35	28,9	97	28	28,9
PSD	75	6	8,0	81	22	27,2
CDS-PP	12	1	8,3	21	4	19,0
BE	8	4	50,0	16	7	43,8
CDU	14	3	21,4	15	3	20,0

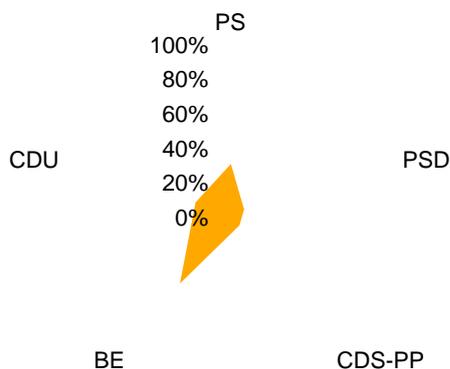
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: União Interparlamentar

O PSD e o CDS-PP aumentaram a sua proporção de deputadas da última para a actual legislatura. O PS manteve-a e o BE e a CDU viram a proporção de mulheres ligeiramente diminuída, ainda que os valores baixos de deputadas não permitam tirar grandes conclusões.

O aumento verificado quer no PSD quer no CDS-PP pode constituir-se como o reflexo da aplicação da Lei da Paridade nas listas eleitorais e veio aproximar os valores destes dois partidos dos valores apresentados pelos restantes, no que diz respeito à proporção de mulheres nas respectivas bancadas parlamentares. O BE é aquele que apresenta uma maior proporção de participação de mulheres no Parlamento (cerca de metade dos deputados).

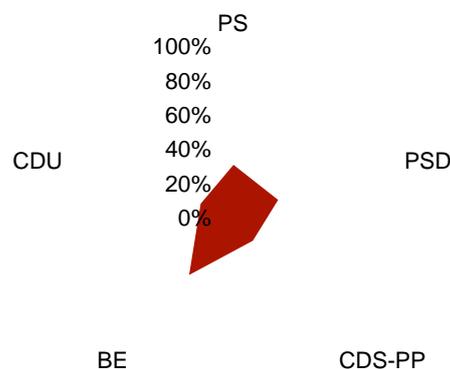
Gráfico 1.6 Participação das mulheres na Assembleia da República, por partido, na X Legislatura (10.03.2005 a 14.10.2009) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: União Interparlamentar

Gráfico 1.7 Participação das mulheres na Assembleia da República, por partido, na XI Legislatura (15.10.2009) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: União Interparlamentar

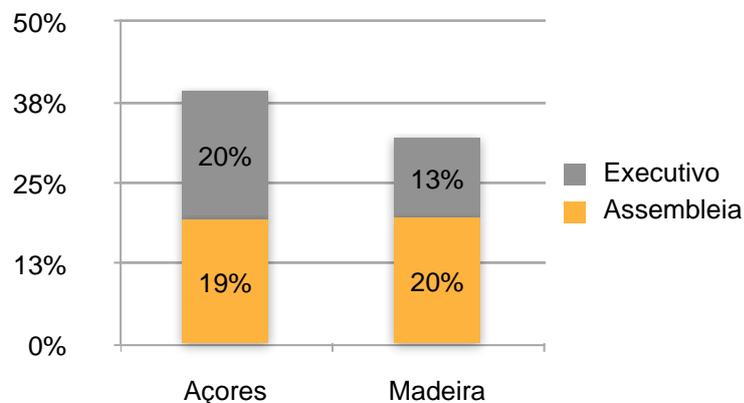
Refira-se ainda que, das 13 actuais Comissões Parlamentares Permanentes, nenhuma é presidida por mulheres.

Segundo informação disponibilizada pelo Ministério da Administração Interna, exercem neste momento funções 5 Governadoras Civas em Portugal (Santarém, Porto, Castelo Branco, Évora e Faro). Note-se que, relativamente à legislatura anterior, este número é semelhante já que dos 18 Governos Civas, 6 eram anteriormente liderados por mulheres.

1.1.2 Poder regional e local

Quando comparado com o poder central, a nível regional verificam-se algumas diferenças. Todavia, a estrutura da relação da participação dos homens e mulheres é semelhante. Ainda assim, e comparando as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, nota-se uma maior participação das mulheres no Executivo açoriano.

Gráfico 1.8 **Participação das mulheres nas Assembleias e Executivos regionais de Portugal em 2009 (%)**

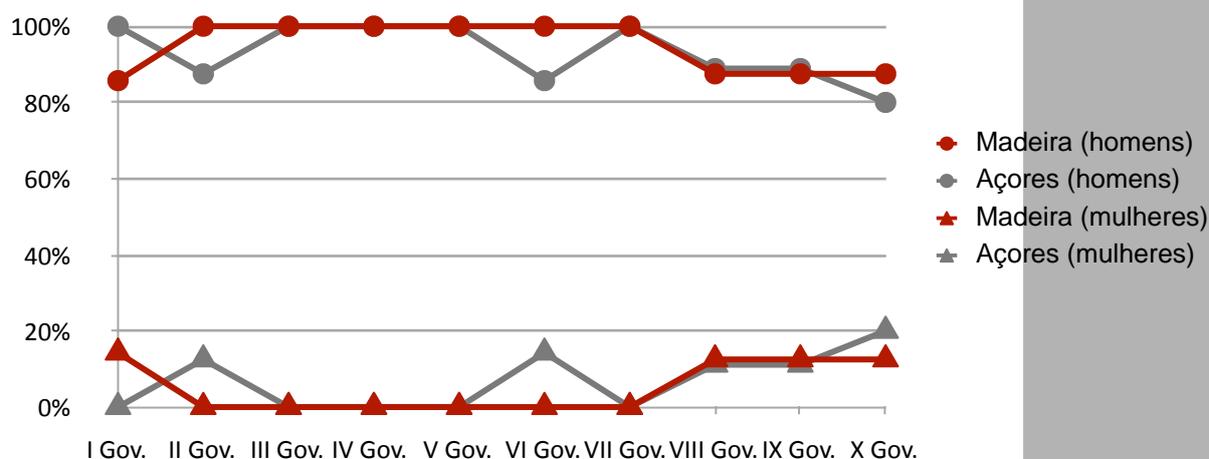


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Comissão Europeia; Decretos de nomeação publicados em Diário da República (Açores); Direcção Regional da Administração Pública e Local (Madeira)

Contudo, ao analisar a composição dos Executivos regionais, por sexo, numa perspectiva longitudinal, é notória uma estabilidade nas tendências de baixa participação das mulheres. Apenas no Executivo açoriano se começou a esboçar, na actual legislatura, um aumento da participação das mulheres, não sendo ainda possível concluir sobre a sustentação deste crescimento.

Gráfico 1.9 Evolução da composição dos Executivos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (%)

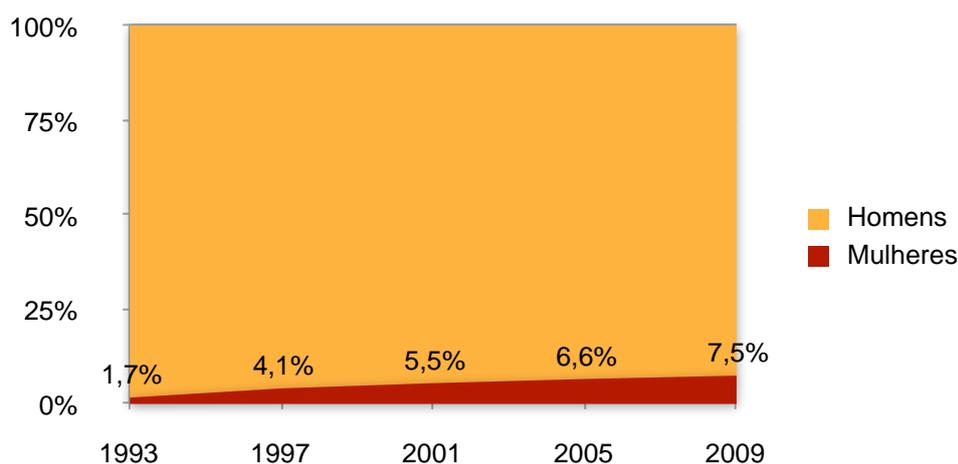


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Decretos de nomeação publicados em Diário da República (Açores); Direcção Regional da Administração Pública e Local (Madeira)

Quanto ao poder local, e no que diz respeito aos cargos mais elevados, nas últimas décadas tem-se verificado um crescimento sustentado da participação das mulheres na Presidência de Municípios, muito embora os valores sejam ainda pouco expressivos – cerca de 7,5% em 2009.

Gráfico 1.10 Proporção de pessoas na Presidência de Municípios, por sexo, entre 1993 e 2009 (%)

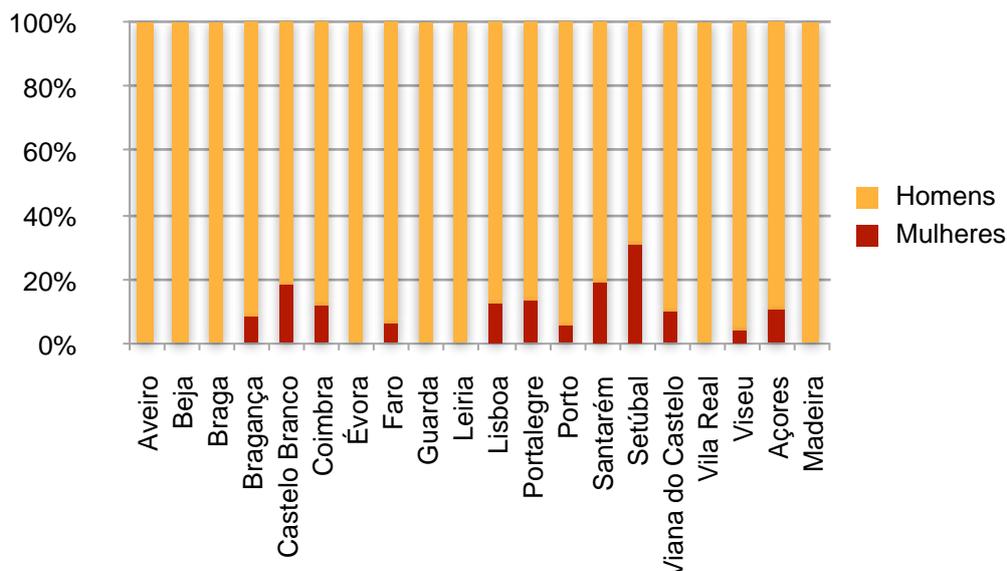


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INE; Direcção-Geral da Administração Interna e Ministério da Justiça

Ao desagregar a análise ao nível distrital, percebem-se algumas assimetrias. Os distritos de Setúbal, de Santarém e de Castelo Branco são os que mais se destacam, com 30%, 19% e 18% de mulheres presidentes de câmara respectivamente.

Gráfico 1.11 **Proporção de pessoas na Presidência de Municípios, por sexo e distrito, em 2009 (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

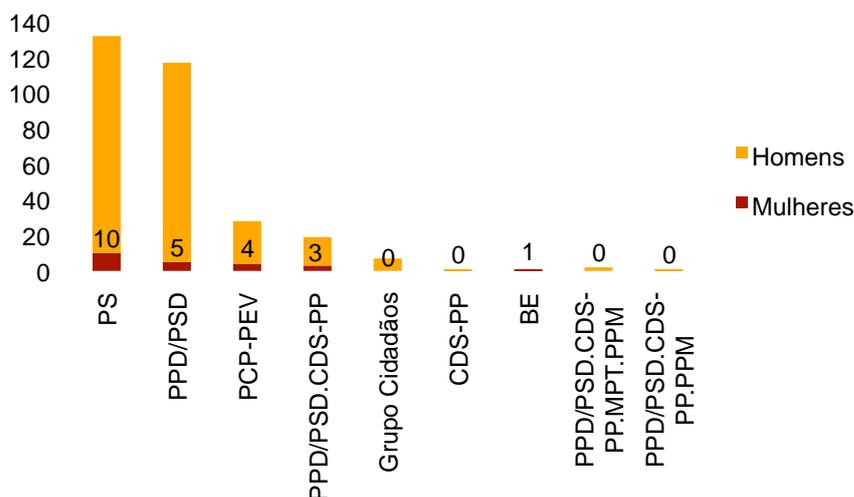
Fonte dos dados: Direcção-Geral da Administração Interna e Ministério da Justiça

Assim, e depois das eleições de 11 de Outubro de 2009, das 308 autarquias existente no país, só 23 (7,5%) são encabeçadas por mulheres: Alfândega da Fé, Vila de Rei, Vila Velha de Ródão, Góis, Miranda do Corvo, Silves, Odivelas, Vila Franca de Xira, Arronches, Nisa, Trofa, Abrantes, Alcanena, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Almada, Montijo, Palmela, Setúbal, Caminha, Nelas, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

Em 8 dos 20 distritos e regiões autónomas em análise, não existe nenhuma mulher na liderança dos seus Executivos municipais.

Desagregando a informação por partido, o PS elegeu 10 mulheres para a presidência de Executivos municipais, o PPD/PSD 5, a CDU 4, a coligação PPD/PSD.CDS-PP 3 e o BE elegeu uma mulher. Em termos relativos, a proporção de mulheres presidentes de câmara por partido nunca supera os 16%.

Gráfico 1.12 **Número de pessoas na Presidência de Municípios, por sexo e partido, entre 1993 e 2009 (N)**

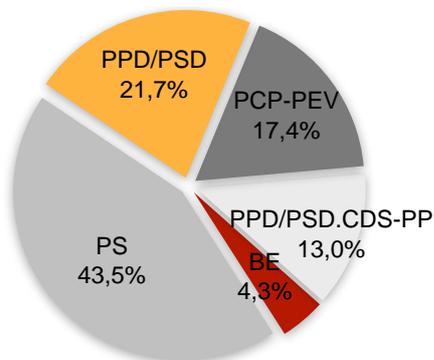


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INE; Direcção-Geral da Administração Interna e Ministério da Justiça

Analisando a distribuição partidária das 23 mulheres presidentes de autarquias, observa-se que 43,5% foram eleitas pelo PS, 21,7% pelo PPD/PSD, 17,4% pela CDU, 13% pela coligação PPD/PSD.CDS-PP e 4,3% pelo BE.

Gráfico 1.13 Proporção de mulheres na Presidência de Municípios, por partido/coligação, em 2009 (%)



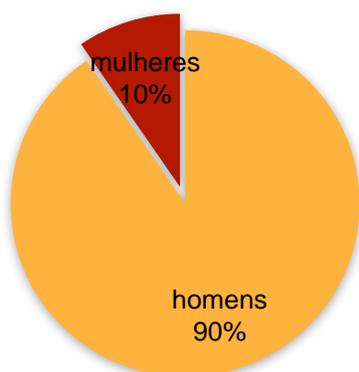
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Direcção-Geral da Administração Interna e Ministério da Justiça

1.1.3 Embaixadas e organismos internacionais

A proporção de mulheres em posições de representação portuguesa no estrangeiro, Embaixadas e Missões e Representações, é semelhante e o seu valor situa-se em 10% nos dois casos.

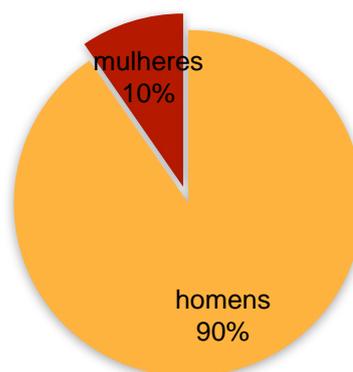
Gráfico 1.14 Composição da representação portuguesa no estrangeiro – Embaixadores (Março 2010) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Gráfico 1.15 Composição da representação portuguesa no estrangeiro – Missões e Representações (Março 2010) (%)

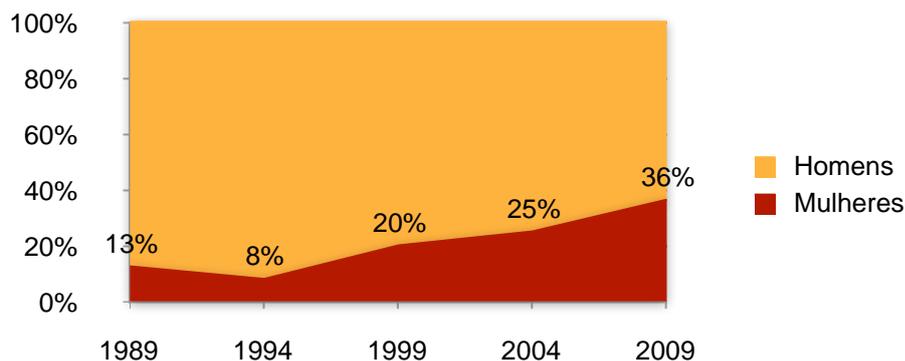


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Ministério dos Negócios Estrangeiros

No que se refere à participação portuguesa no Parlamento Europeu, em 2009, o valor é mais elevado (36,4%), correspondendo a uma tendência crescente desde a entrada de Portugal na CEE. É de destacar o aumento desde 1994, quadruplicando a presença de mulheres no Parlamento Europeu até 2009.

Gráfico 1.16 Membros do Parlamento Europeu de nacionalidade portuguesa, por sexo, entre 1989 e 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos dados: INE; Parlamento Europeu

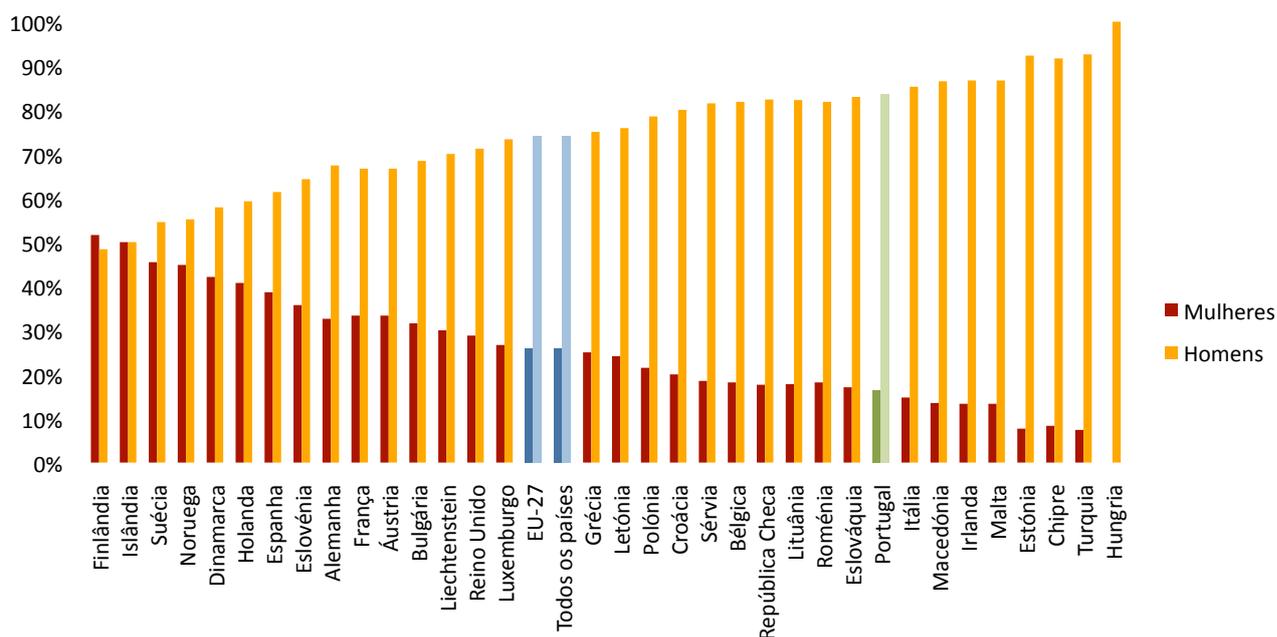
1.1.4 Comparações internacionais

Analisando a situação portuguesa no contexto internacional, nomeadamente no quadro europeu, a posição relativa do nosso país é variável consoante o indicador utilizado.

Segundo os dados da Comissão Europeia, e no que diz respeito à proporção de mulheres nos governos nacionais, Portugal posiciona-se bastante abaixo da média europeia e da média dos 27 países da União. Com valores inferiores a Portugal encontra-se a Itália, Macedónia, Irlanda, Malta, Estónia, Chipre, Turquia e a Hungria, este último sem qualquer mulher no governo.

De ressaltar ainda que o governo islandês é composto pelo mesmo número de homens e de mulheres e que, na Finlândia, a proporção de mulheres ultrapassa mesmo a de homens em cargos ministeriais.

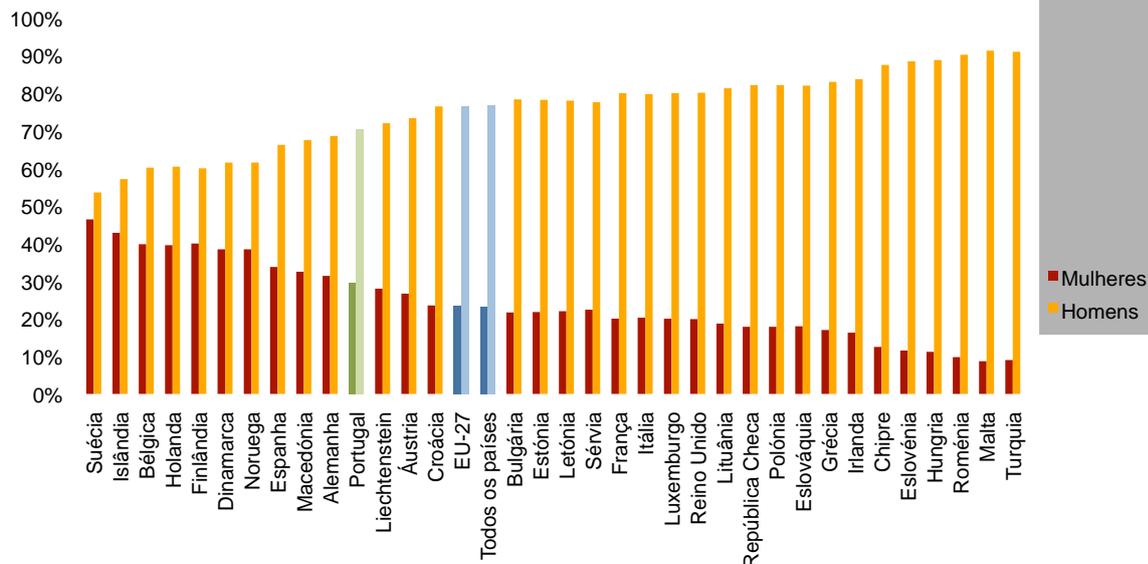
Gráfico 1.17 Composição dos governos nacionais europeus por sexo – 4º quadrimestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos dados: Comissão Europeia

No que diz respeito à composição dos Parlamentos nacionais europeus, Portugal ocupa uma posição bastante mais confortável relativamente aos vários parlamentos nacionais europeus: está acima das médias europeia e da UE-27, tendo à sua frente apenas a Suécia, Islândia, Bélgica, Holanda, Finlândia, Dinamarca, Noruega, Espanha, Macedónia e Alemanha. Contudo, em nenhum destes países se atingem os 50% de participação feminina.

Gráfico 1.18 **Composição dos parlamentos nacionais europeus, 2009 (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos dados: Comissão Europeia

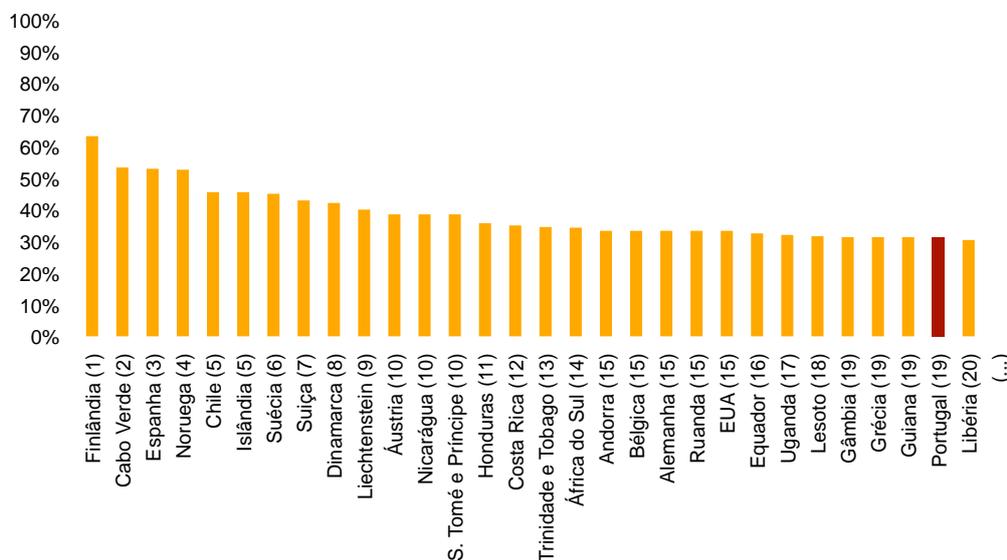


O Partido Socialista recebeu, em 2009, o “Gender Equality Prize” que, pela primeira vez, premiou partidos políticos empenhados na promoção da igualdade de género na política. Este prémio é atribuído pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Imagem: Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

Dados recentes, publicados pelas Nações Unidas e pela União Interparlamentar, revelam que Portugal ocupa, num total de 192 governos, a 19ª posição em termos mundiais no que diz respeito à participação das mulheres em cargos ministeriais; lista encabeçada pela Finlândia.

Gráfico 1.19 Participação das mulheres em cargos ministeriais a 1 de Janeiro de 2010 (dados mundiais) – 20 primeiras posições (%)

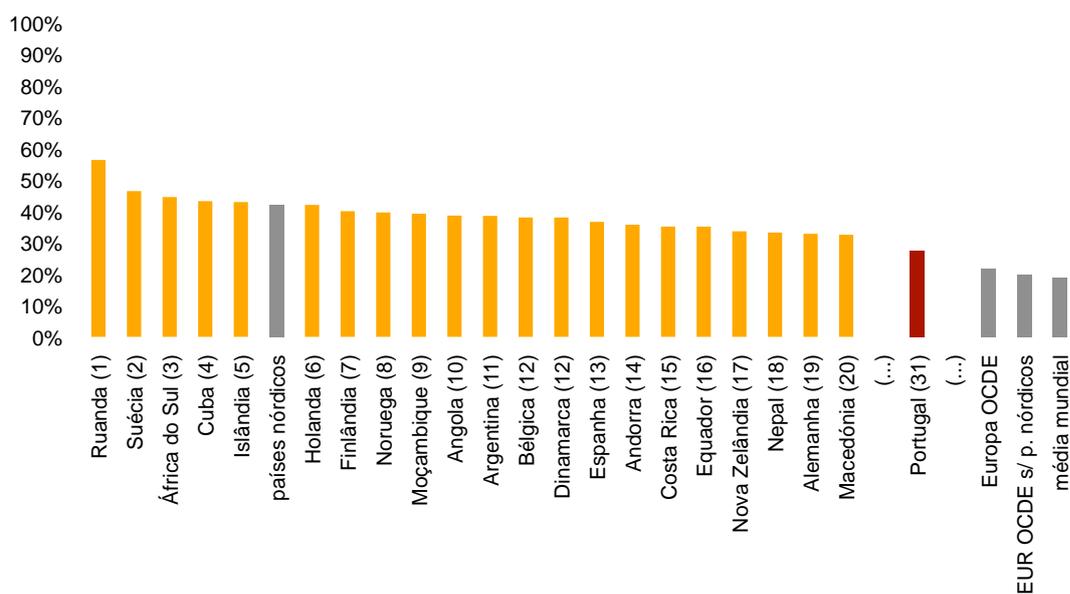


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Nações Unidas e União Interparlamentar

Alargando a análise à presença das mulheres nos parlamentos nacionais numa escala mundial, verifica-se que Portugal ocupa a 31ª posição, num total de 187 parlamentos.

Gráfico 1.20 Participação das mulheres nos parlamentos a 1 de Janeiro de 2010 (dados mundiais) – 20 primeiras posições, Portugal e médias de países (%)

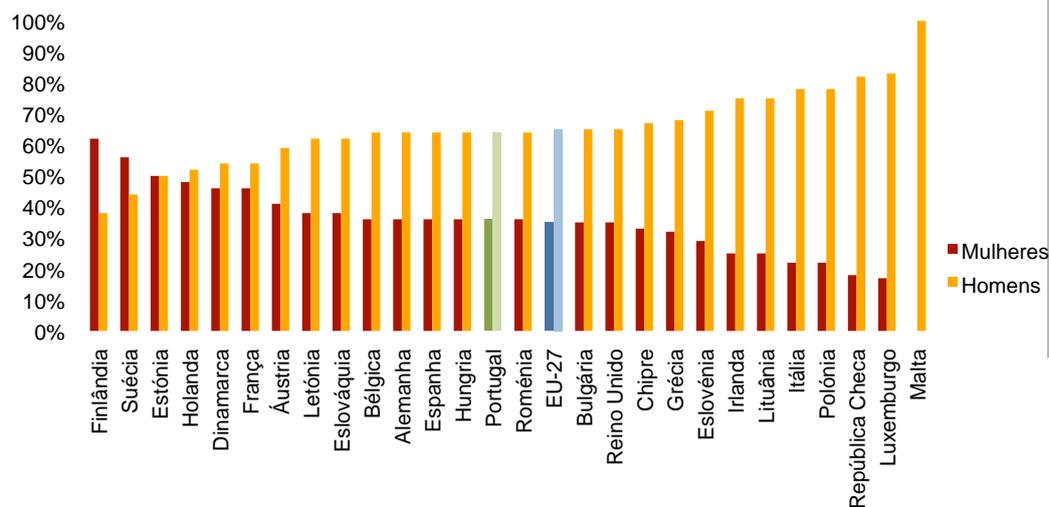


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Nações Unidas e União Interparlamentar

Por fim, ao analisar a presença de mulheres no Parlamento Europeu, Portugal volta a estar acima da média, ainda que distante dos lugares cimeiros ocupados pela Finlândia, Suécia e Estónia. Os dois primeiros países apresentam, aliás, uma proporção de mulheres superior à de homens. Uma nota ainda para o facto de Malta não ter qualquer representação de mulheres neste órgão europeu de tomada de decisão.

Gráfico 1.21 **Composição do Parlamento Europeu, por sexo**
– 4º quadrimestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Comissão Europeia

Bibliografia temática

Monografias

ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa; BERMEJO, Nancy (eds.) (2003). *Who Governs Southern Europe? Ministerial Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*. Londres: Frank Cass Publishers.

BALLINGTON, Julie; KARAM, Azza (eds.) (2005). *Women in Parliament: Beyond Numbers. A Revised Edition*. Institute for Democracy and Electoral Assistance.

CAMPOS, Maria Amélia Clemente (2005). *Mulheres deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal do pós-25 de Abril aos anos 90*. Lisboa: Afrontamento.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2009). *A igualdade de género em Portugal 2009*. Lisboa: CIG.

CRESPO, Pilar Uriona (2009). *Los caminos de la paridad. Mujeres participación y representación en el proceso post constituyente*. Institute for Democracy and Electoral Assistance.

- DAVIS, Rebecca Howard (1997). *Women and Power in Parliamentary Democracies: Cabinet Appointments in Western Europe, 1968-1992*. University of Nebraska Press.
- DUERST-LAHTI, Georgia; KELLY, Rita Mae (1995). *Gender, Power, Leadership and Governance*. University of Michigan Press.
- EPSTEIN, Cynthia Fuchs; COSER, Rose Laub (eds.) (1981). *Access to Power. Cross-National Studies of Women and Elites*. Londres: George Allen & Unwin.
- GIDDENS, Anthony; DIAMOND, Patrick (eds.) (2005). *The New Egalitarianism*. Londres: Polity Press.
- LARSERUD, Stina; TAPHORN, Rita (2007). *Designing for Equality: Best-fit, medium-fit and non-favourable combinations of electoral systems and gender quotas*. Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- MARSHALL, Barbara (2000). *Configuring gender: explorations in theory and politics*. Ontário: Broadview Press.
- MARTINS, Manuel Meirinho; TEIXEIRA, Conceição Pequito (2005). *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Presidência do Conselho de Ministros.
- PINTO, António Costa; FREIRE, André (org.) (2003). *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta.
- SINCLAIR, Amanda (1998). *Doing Leadership Differently - Gender, Power and Sexuality*. Austrália: Melbourne Ed.
- VIANELLO, Mino; MOORE, Gwen (coord. and ed.) (2000). *Gendering Elites - Economic and Political Leadership in 27 Industrialised Societies*. Advances in Political Science, IPSA.
- VIANELLO, Mino; MOORE, Gwen (coord.) (2004). *Women & Men in Political & Business Elites. A Comparative Study in the Industrialized World*. Londres: SAGE, Studies in International Sociology, 53.
- VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sérgio (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta Editora.

Artigos

- ALEXANDER, Deborah; ANDERSEN, Kristi (1993). "Gender as a Factor in the Attribution of Leadership Traits", *Political Research Quarterly*, 46(3), pp. 527-545.
- ANNESLEY, Claire (2010). "Gender, Politics and Policy Change: The Case of Welfare Reform Under New Labour", *Government and Opposition*, 45(1), pp. 50-72.
- BRIDGEN, Cathy (2009). "'No Fit Place for Women'? Women in New South Wales Politics 1856-2006", *Australian Feminist Studies*, 24(62), pp. 469-471.
- DOLAN, Kathleen (1998). "Voting for Women in the 'Year of the Woman'", *American Journal of Political Science*, 42(1), pp. 272-293.
- DOLAN, K. (2010). "The Impact of Gender Stereotyped Evaluations on Support for Women Candidates", *Political Behavior*, 32(1), pp. 69-88.
- GARCIA, Veronica Vazquez (2010). "Women and Municipal Governments in Mexico: What do we Know? What do we still need to Know?", *Gestión y Política Pública*, 19(1), pp. 111-154.
- HUDDY, Leonie; Terkildsen, Nayda (1993). "Gender Stereotypes and the Perception of Male and Female Candidates", *American Journal of Political Science*, 37(1), pp. 119-147.
- JIMÉNEZ, Antonia M. Ruiz (2009). "Women and decision-making participation within rightist parties in Portugal and Spain", *Análise Social*, vol. XLIV (191), pp. 235-263.
- KAHN, Kim Fridkin (1992). "Does Being Male Help? An Investigation of the Effects of Candidate Gender and Campaign Coverage on Evaluations of U.S. Senate Candidates", *The Journal of Politics*, 54(2), pp. 497-517.

KAHN, Kim Fridkin (1994). "Does Gender Make a Difference? An Experimental Examination of Sex Stereotypes and Press Patterns in Statewide Campaigns", *American Journal of Political Science*, 38(1), pp.162-195.

KAPOTAS, Panos (2010). "Gender Quotas in Politics: The Greek System in the Light of EU Law", *European Law Journal*, 16(1), pp. 29-46.

LISBOA, Manuel; FRIAS, Graça; ROQUE, Ana; CEREJO, Dalila (2006). "Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 18, Lisboa, Edições Colibri, pp. 163-187.

PAXTON, Pamela; HUGHES, Melanie M.; PAINTER, Matthew A. (2010). "Growth in women's political representation: A longitudinal exploration of democracy, electoral system and gender quotas", *European Journal of Political Research*, 49 (1), pp. 25-52.

RANGEL, Patrícia Duarte (2009). "Sex and the city: reflections on women's parliamentary representation and the 2008 municipal elections", *Sociedade e Cultura*, 12(1), pp. 69-77.

RYAN, Michelle K.; HASLAM, S. Alexander; KULICH, Clara (2010). "Politics and the glass cliff: evidence that women are preferentially selected to contest hard-to-win seats", *Psychology of Women Quarterly*, 34(1), pp. 56-64.

SAPIRO, Virginia; CONOVER, Pamela J. (1997). "The Variable Gender Basis of Electoral Politics: Gender and Context in the 1992 US Election", *British Journal of Political Science*, 27, pp. 497-523.

SMITH, Eric; FOX, Richard L. (2001). "The Electoral Fortunes of Women Candidates for Congress", *Political Research Quarterly*, 54(1), pp. 205-221.

SWISS, Liam (2009). "Decoupling Values from Action An Event-History Analysis of the Election of Women to Parliament in the Developing World, 1945-90", *International Journal of Comparative Sociology*, 50(1), pp. 69-95.

Relatórios

BRODY, Alyson (2009). *Gender and Governance – Overview report*, BRIDGE.

CARRILHO, Maria José *et al.* (2002). *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90 – 2000*, INE.

Council of Europe, *Sex-disaggregated statistics on the participation of women and men in political and public decision-making in Council of Europe member states – situation as at 1 September 2008*.

European Communities (2007). *Decision-making: exchange of good practices*.

European Communities (2008). *Women and men in decision-making 2007: analysis of the situation and trends*.

European Communities (2009). *Women in European politics – time for action Council of Europe, Sex-disaggregated statistics on the participation of women and men in political and public decision-making in Council of Europe member states – situation as at 1 September 2005*.

LISBOA, Manuel; ROQUE, Ana; FRIAS, Graça; CEREJO, Sara Dalila (2006). *As mulheres e as elites políticas e económicas*.

UNIFEM, *Progresso ds Mulheres no Mundo 2008/2009*.

Para uma análise mais detalhada sugere-se, por exemplo, a consulta da base de dados bibliográfica sobre mulheres na política disponibilizada pela União Interparlamentar em <http://www.ipu.org/bdf-e/BDFsearch.asp>.

Legislação

Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto – Lei da Paridade.

Teses de doutoramento

Maria Custódia Jorge da Rocha
Educação, Género e Poder – uma abordagem política, sociológica e organizacional
Domínio científico: Ciências da Educação
Universidade do Minho
Orientador: Carlos Alberto Vilar Estêvão
2006

em curso

Cláudia Maria Lima Vieira dos Santos Múrias
Representações sociais da mulher na política e práticas cívicas
Domínio científico: Psicologia
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto
Orientadora: Gabrielle Anny Poeschil

Carla Isabel Agostinho Martins
Mulheres, media e política
Domínio científico: Ciências da Comunicação
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
Orientador: José Nuno Gil

Maria de Fátima Oliveira Rodrigues
Género e Poder
Domínio científico: Psicologia
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa
Orientadora: Lígia Amâncio

Maria Helena Ramos da Costa Santos
Género e Política: os caminhos para a igualdade
Domínio científico: Psicologia
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa
Orientadora: Lígia Amâncio

Fonte: GPEARl

Teses de mestrado

Eurídice Furtado Monteiro
Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde
Domínio científico: Sociologia
Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra
Orientador: Boaventura Sousa Santos; Maria Paula Meneses

Maria Albertina Alves Jordão
Elites discriminadas da democracia local: representação política das mulheres nas autarquias da grande Lisboa – uma evolução inexpressiva
Domínio científico: Estudos Sobre as Mulheres
Universidade Aberta
Orientadora: Conceição Nogueira

Maria José Barradas Maurício
Mulheres e cidadania: alguns perfis e acção política: 1949-1973
Domínio científico: Estudos Sobre as Mulheres
Universidade Aberta
Orientadora: Anne Cova

Fonte: Sítios na internet das Faculdades e Universidades

Campanhas

50/50 – Mulheres e Homens na Participação Política

Campanha promovida pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. “A igualdade entre homens e mulheres é uma condição para a modernização dos nossos sistemas políticos, para que ambos os sexos, com a diversidade que é a sua, partilhem equitativamente direitos, responsabilidades e poder. A introdução da paridade deve estar no centro das iniciativas europeias em prol da participação dos cidadãos no processo decisório, da promoção da legitimidade da União Europeia e da instauração de políticas que reflectam as necessidades e aspirações de todos os europeus.

Apelamos a todos os decisores, pessoas e organizações empenhados na promoção da democracia e da justiça para que apoiem esta campanha a todos os níveis pondo de parte as fronteiras nacionais e as clivagens políticas e que apoiem esta iniciativa em todas as frentes.

Apelamos a medidas imediatas e a longo prazo, promotoras da igualdade entre homens e mulheres aos níveis europeu e nacional, para melhorar o funcionamento e a qualidade dos nossos sistemas políticos.”

<http://plataformamulheres.org.pt/?p=197>



Acesso das Mulheres à Tomada de Decisão

Campanha promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

É na área da tomada de decisão que o crescimento da presença das mulheres se tem produzido a um ritmo mais lento. Nesta matéria, são fracos os progressos registados ao longo de 30 anos de democracia. Permanece um fosso entre o contributo das mulheres para o desenvolvimento do País e a possibilidade que lhes é dada de tomar parte das decisões que as afectam e que afectam toda a sociedade. Permanecem mecanismos que contribuem para a sua exclusão social e que impedem que a igualdade consagrada na lei possa ter os reflexos correspondentes na prática.

<http://www.igualdade.gov.pt/index.php/pt/praticas-bem-sucedidas/campanhas-e-premios/260-campanha-acesso-das-mulheres-a-tomada-de-decisao>

Sítios na internet consultados

Assembleia da República (www.parlamento.pt)

Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (<http://assembly.coe.int>)

Comissão Europeia – Employment, Social Affairs and Equal Opportunities (<http://ec.europa.eu>)

Comissão Nacional de Eleições (www.cne.pt)

Diário da República Electrónico (www.dre.pt)

Direcção Regional da Administração Pública e Local – Madeira (<http://drapl.gov-madeira.pt>)

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (www.gpearl.mctes.pt)

Governo dos Açores (www.azores.gov.pt)

Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt)

ISI Web of Knowledge (www.isiknowledge.com)

Ministério da Administração Interna (www.mai.gov.pt)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (www.mne.gov.pt)

Parlamento Europeu (www.europarl.europa.eu)

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (<http://plataformamulheres.org.pt>)

Portal para a Igualdade (www.igualdade.gov.pt)

Presidência da República Portuguesa (www.presidencia.pt)

Presidência do Conselho de Ministros (www.pcm.gov.pt)

Resultados Eleitorais (www.legislativas2009.mj.pt)

Tribunal de Contas (www.tcontas.pt)

União Interparlamentar (www.ipu.org)

1.2 Tomada de decisão na esfera económica

Síntese dos resultados

Globalmente, os dados revelam uma fraca participação das mulheres em cargos com poder de decisão no campo económico, tanto analisando os que têm capacidade de influência sobre a política económica, como os da participação na direcção das empresas.

A desigual representação de homens e mulheres é ainda mais evidente quando subimos na escala hierárquica. Em cargos de presidência (tanto dos Bancos Centrais como das maiores empresas) a presença das mulheres é nula. Contudo, e ainda que com pouca expressão, é possível encontrá-las em cargos de administração (em 2009, há 1 mulher na Administração do Banco de Portugal e 3 na Administração das 20 maiores empresas). Quando descemos na estrutura hierárquica das empresas, vai aumentando o peso das mulheres: nos Conselhos Executivos das maiores empresas (PSI20) e na liderança das Pequenas e Médias Empresas.

Ao se comparem os resultados de Portugal com os de outros países, verifica-se que há ainda um longo caminho a percorrer para nos aproximarmos dos valores do conjunto dos países da EU-27; maior ainda se considerarmos os países nórdicos, onde a participação das mulheres no campo económico em posições com poder de decisão aumentou consideravelmente nos últimos anos. Todavia, de um ponto de vista estrutural, as características são semelhantes às que se encontram em Portugal: quanto mais subimos na hierarquia de poder das empresas e dos Bancos Centrais, menos mulheres encontramos.

1.2.1 Decisores na área da política económica

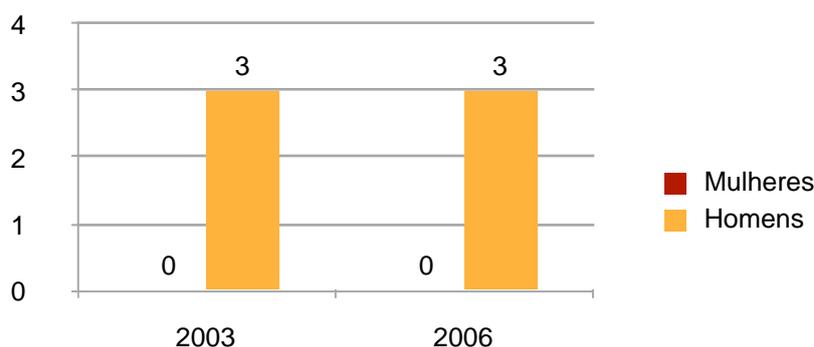
Os indicadores escolhidos para avaliar a participação das mulheres na política económica referem-se aos cargos de Governador e Vice-Governador do Banco de Portugal, à administração do Banco de Portugal e às posições de Ministro, Vice-Ministro e Ministro-Adjunto da área económica.

Em todas estas posições, há uma quase ausência de mulheres no período analisado (2003 e 2006). Considerando o Banco de Portugal, esta ausência é total, enquanto ao nível dos ministérios da área económica se registam algumas excepções.

A análise dos cargos de Governador e Vice-Governador do Banco de Portugal revela que estes têm sido ocupados só por homens: tanto em 2003, como em 2006, não encontramos nenhuma mulher.

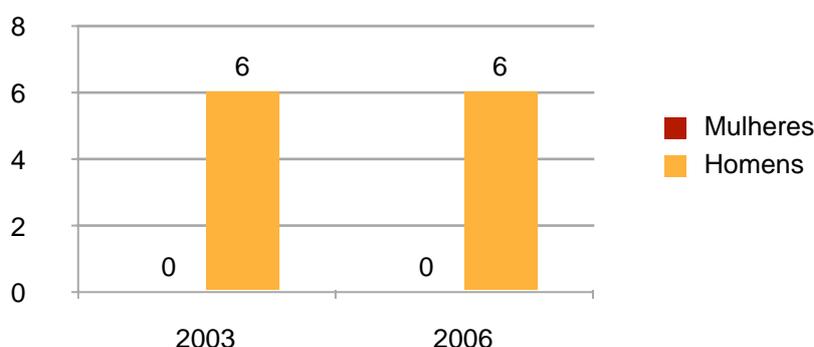
A ausência de mulheres verifica-se também nos cargos de administração do Banco de Portugal no mesmo período.

Gráfico 1.22 Governadores e Vice-Governadores do Banco de Portugal por sexo, em 2003 e 2006 (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos dados: INE

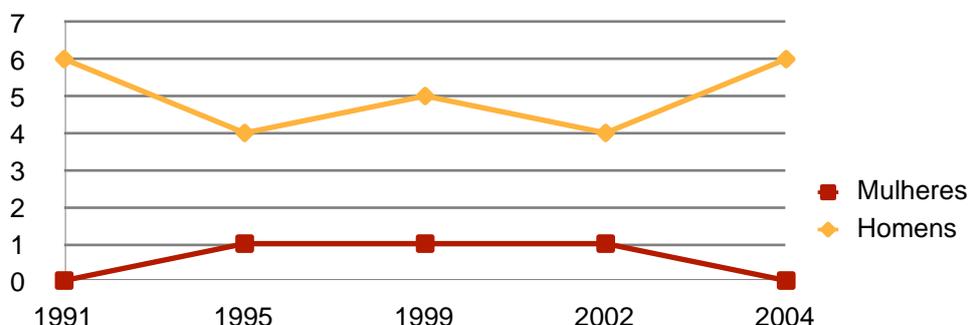
Gráfico 1.23 Membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal, por sexo, em 2003 e 2006 (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos dados: INE

Outro indicador utilizado para avaliar a participação das mulheres na tomada de decisão económica é a sua frequência em cargos de Ministro, Ministro-Adjunto e Vice-Ministro dos ministérios económicos. No gráfico seguinte podemos visualizar a evolução desta participação entre 1991 e 2004: de 1995 a 2002, uma mulher ocupa este cargo e em 1991 e 2004, nenhuma.

Gráfico 1.24 **Ministros, Ministros-Adjuntos e Vice-Ministros, por sexo, de 1991 2004 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INE

1.2.2 Empresas do PSI20

Nos países onde predomina a economia de mercado, a participação das mulheres nas maiores empresas é um bom indicador da sua influência na tomada de decisão na área económica. Seleccionamos as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext), no índice PSI20, para avaliar a presença das mulheres ao nível das posições de tomada de decisão.

Refira-se que o PSI20 (Portuguese Stock Index) é o índice de referência do mercado bolsista nacional, reflectindo a evolução dos preços das 20 emissões de acções de maior dimensão e liquidez seleccionadas do universo das empresas admitidas à negociação no Mercado de Cotações Oficiais.

Consideramos três posições/cargos: Presidente, Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva.

No seu conjunto, a presença das mulheres ronda os 3,6%, mas quando focamos cada uma das posições, verificamos que nestas 20 empresas não há nenhuma mulher como Presidente e apenas 2,8% participa na sua administração.

Quando descemos ligeiramente na hierarquia destas posições de topo, e analisando a constituição da Comissão Executiva, a participação das mulheres aumenta para 6,1%.

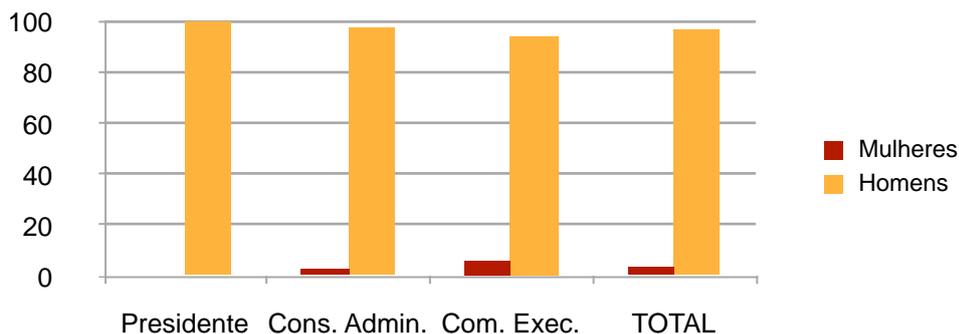
Quadro 1.4 **Participação das mulheres e homens nas empresas do PSI20 (Março 2010)**

	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Presidente	0	0%	19	100%
Conselho de Administração	3	2,8%	105	97,2%
Comissão Executiva	4	6,1%	62	93,9%
Total	7	3,6%	186	96,4%

Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Euronext e sítios oficiais das empresas na internet

Gráfico 1.25 **Participação das mulheres e homens nas empresas do PSI20 (Março 2010) (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Euronext e sítios oficiais das empresas na internet

1.2.3 Comparações internacionais

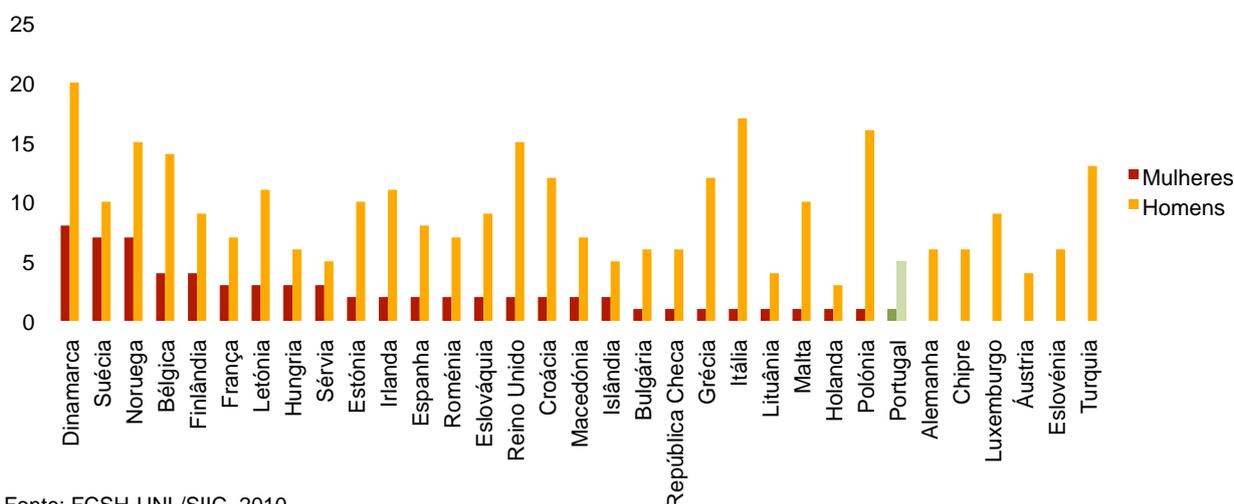
A comparação entre a participação das mulheres na tomada de decisão na área económica em Portugal e outros países da Europa faz-se com base nos dados da Comissão Europeia, para 2009, e recorrendo a indicadores relativamente à Presidência e Administração de Bancos Centrais, à Presidência e Administração das maiores empresas (cotadas em bolsa de valores) e à liderança de pequenas e médias empresas.

Globalmente, os resultados revelam que em Portugal, e comparando com o conjunto da EU-27, as mulheres têm menor participação em qualquer das posições consideradas.

A comparação dos dados relativos à presença de mulheres nos Bancos Centrais (Presidência e Administração) nos vários países da Europa (EU-27, Croácia, Macedónia, Turquia, República da Sérvia, Liechtenstein, Islândia e Noruega) revela que, em 2009, não há nenhuma mulher presidente de Banco Central na Europa.

No mesmo sentido, em 2009, é parca a sua participação nos cargos de Administração, em todos os países analisados. A média para o conjunto de países (33) é de 2 mulheres, e Portugal contabiliza apenas 1. A liderar, encontramos a Dinamarca com 8 mulheres e a Suécia e Noruega com 7. A Alemanha, Chipre, Luxemburgo, Áustria, Eslovénia e Turquia não têm nenhuma mulher na administração de Bancos Centrais.

Gráfico 1.26 **Membros da administração de Banco Central, por sexo, em 2009 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

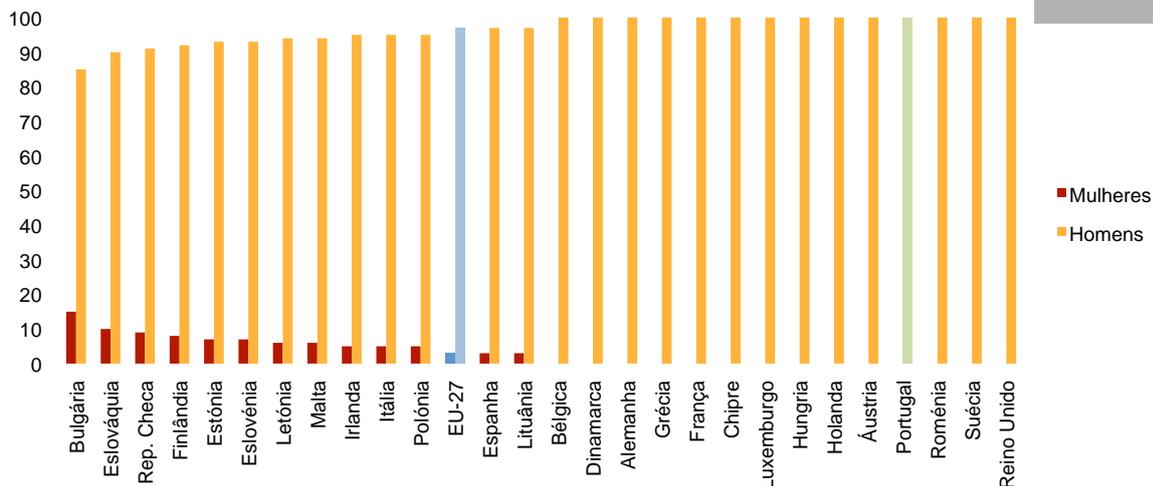
Fonte dos dados: Comissão Europeia

No período de 2003 a 2009, a presença de mulheres na Administração dos Bancos Centrais do conjunto dos países da EU-27 aumentou de forma constante; entre 2007 e 2009, verifica-se uma subida acentuada (de 40 para 53).

Globalmente, e comparando os dados relativos à liderança das maiores empresas (cotadas em bolsa de valores) nos vários países da Europa (EU-27, Croácia, Macedónia, Turquia, República da Sérvia, Liechtenstein, Islândia e Noruega), verifica-se que a participação das mulheres é relativamente baixa.

Os dados da Comissão Europeia revelam que a Bulgária é o país onde há mais mulheres presidentes de empresas (15%), seguindo-se a Eslováquia (10%). No conjunto dos países da EU-27, a sua participação na presidência das maiores empresas fica pelos 3%. Em Portugal, tal como noutros 13 países, a representação é nula (0%).

Gráfico 1.27 EU-27, Presidentes das empresas cotadas na bolsa de valores, por sexo, em 2009 (%)



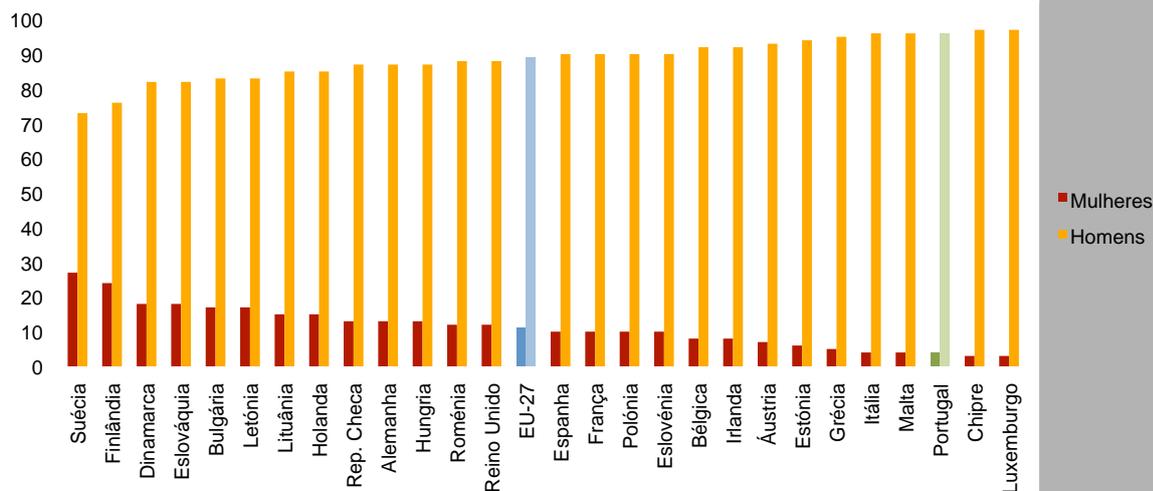
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos dados: Comissão Europeia

Analisando agora a administração das mesmas empresas, a proporção de mulheres aumenta em relação ao topo da hierarquia (Presidência).

Todavia, no conjunto dos países da EU-27, elas ocupam apenas 11% daqueles cargos. Em Portugal, a sua participação fica-se pelos 4%, apenas acima do Chipre e do Luxemburgo (3%).

Mais uma vez, é nos países nórdicos que a presença de mulheres é mais elevada: na Suécia ocupam 27% dos cargos de direcção das maiores empresas e na Finlândia rondam os 24%.

Gráfico 1.28 EU-27, Membros da Administração das empresas cotadas na bolsa de valores, por sexo, 2009 (%)

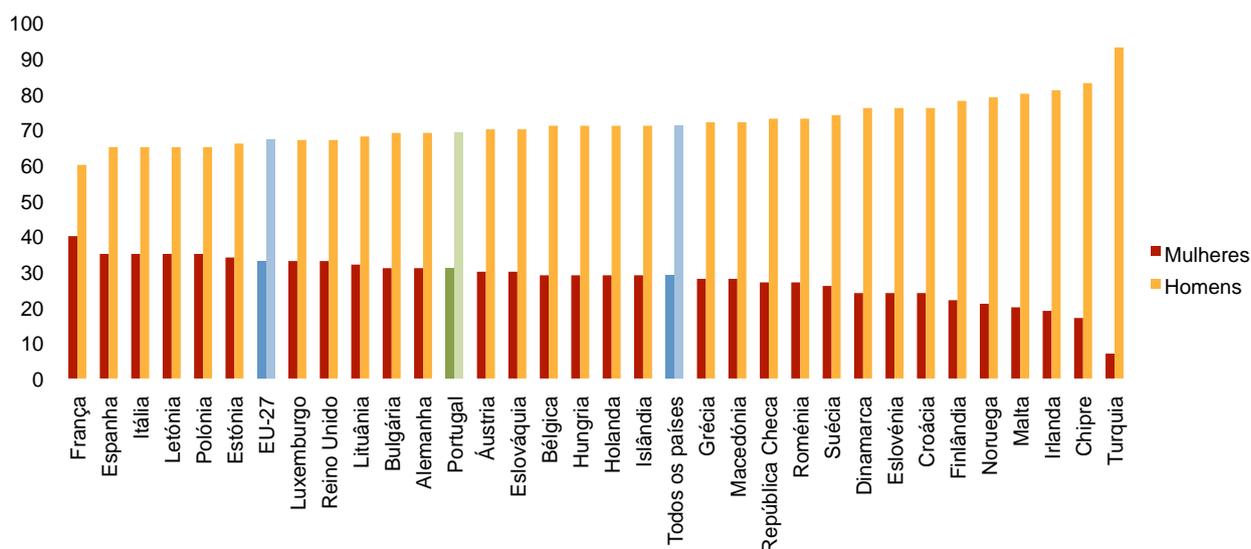


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos dados: Comissão Europeia

Outro indicador analisado é a liderança das Pequenas e Médias Empresas (PME), em função do sexo dos seus gestores e directores.

Segundo os dados da Comissão Europeia, França é o país em que as mulheres têm maior participação na direcção das PME (40%), seguindo-se Espanha e Itália (35%). No conjunto dos países da EU-27, as mulheres líderes de PME representam 33%; em Portugal, para os mesmos cargos, elas representam 31%.

Gráfico 1.29 Mulheres e homens líderes de PME em 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos dados: Comissão Europeia

Bibliografía temática

Monografías

ALVAREZ, María Antonia García de León (2005). "Acerca de la dominación masculina. Sobre la naturaleza del poder que ejercen las mujeres profesionales altamente cualificadas", *El género quebrantado: sobre la violencia, la libertad y los derechos de la mujer en el nuevo milenio* / coord. por Joaquín Gallego, Madrid: Catarata, 2008, pp.125-142.

ALVAREZ, María Antonia García de León (2008). "Investigar élites profesionales femeninas", *Sociología y realidad social: libro homenaje a Miguel Beltrán Villaiva* / coord. por Gerardo Meil Landwerlin, Cristóbal Torres Alberro, 2008, pp. 1159-1172.

COOK, Liz; ROTHWELL, Brian (2000). *The X & Y of leadership. How Men and Women make a difference at Work*. Londres: Industrial Society.

ECKEL, Catherine C.; GROSSMAN, Philip J. (2008). "Differences in the economic decisions of men and women: experimental evidence", *Handbook of Experimental Economics Results*, Volume 1, pp. 509-519.

POWELL, Gary N.; GRAVES, Laura M. (2003). *Women and men in management*. Londres: Sage Publications (3ª ed.).

SINGH, Val; VINNICOMBE, Susan (2004). "Why So Few Women Directors in Top UK Boardrooms? Evidence and Theoretical Explanations". In *6th International Conference on Corporate Governance and Board leadership*. Blackwell Publishing.

SKJEIE, Hege (1997). *Research on women in political, social and economic decision making in Norway*. Oslo: Institutt for Statvetenskap, Universitetet i Oslo.

VIANELLO, Mino; MOORE, Gwen (coord. and ed.) (2000). *Gendering Elites - Economic and Political Leadership in 27 Industrialised Societies*. Advances in Political Science, IPSA.

VIANELLO, Mino; MOORE, Gwen (coord.) (2004). *Women & Men in Political & Business Elites. A Comparative Study in the Industrialized World*. Londres: SAGE, Studies in International Sociology, 53.

Artigos

ALVAREZ, María Antonia García de León (2004). "Elites discriminadas: (sobre la naturaleza del poder de las mujeres profesionales altamente cualificadas)", *Cuadernos de derecho judicial*, N.º 3.

ALVAREZ, María Antonia García de León (2007). "Memorias intelectuales de género (investigando élites profesionales femeninas)", *Castilla-La Mancha: 25 años de autonomía: ponencias y comunicaciones*, 9 y 10 de noviembre de 2007, Palacio de los Condes de Valparaíso, Almagro (Ciudad Real), pp. 249-258.

ALVAREZ, María Antonia García de León (2008). "Lo práctico y lo formal: Arquetipos masculino/femenino de poder", *Arxius de sociologia*, ISSN 1137-7038, N.º 19, 2008, pp. 53-62.

CASACA, Sara Falcão (2006). "La segregación sexual en el sector de las tecnologías de información y comunicación - el caso de Portugal", *Sociología del Trabajo*, 57, pp. 93-130.

KOVÁCS, Ilona; CASACA, Sara Falcão (2008). "Labour segmentation and employment diversity in the ICT service sector in Portugal", *European Societies*, 10(3), pp. 429-451.

LISBOA, Manuel; FRIAS, Graça; ROQUE, Ana; CEREJO, Dalila (2006). "Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 18, Lisboa, Edições Colibri, pp. 163-187.

PRIOLA, Vincenza; GILBERT, Kate (2005). "Women as managers in the West Midlands", paper apresentado a *Gender, Work and Organisation, 4th International Interdisciplinary Conference*. Keele University.

SINGH, Val; VINNICOMBE, Susan (2004). "Why So Few Women Directors in Top UK Boardrooms? Evidence and Theoretical Explanations", *6th International Conference on Corporate Governance and Board Leadership*. Blackwell Publishing.

Relatórios

BRODY, Alyson (2009). *Gender and governance - Overview Report*. BRIDGE.

Comissão Europeia (2008). *Women and men in decision-making 2007; analysis of the situation and trends*.

LISBOA, Manuel; ROQUE, Ana; FRIAS, Graça; CEREJO, Sara Dalila (2006). *As mulheres e as elites políticas e económicas*.

SINGH, Val; VINNICOMBE, Susan (2006). *The female FTSE report 2004 - The world's women, 2005: progress in statistics*. United Nations.

UNIFEM (2009). *O Progresso das mulheres do mundo 2008/2009*.

United Nations (1985). *Women and Economic Decision-making: Fourth World Conference on Women 4-15 September 1995*, Beijing, China.

Teses de doutoramento

Maria Carminda Bernardes Silvestre

Permanências e Mudanças nas Relações de Género no Discurso Empresarial: das Representações às Práticas de Chefia - Um Estudo de Análise Crítica do Discurso

Domínio Científico: Línguas e Literaturas

Orientadora: Emília Ribeiro Pedro

Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa
2004

Marzia Grassi

Género, Empresariado e Desenvolvimento em Contextos Não Ocidentais: Rabidantes do Mercado Sucupira em Cabo Verde

Domínio Científico: Economia e Gestão

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Orientadora: Joana Pereira

2002

Sara Cristina Falcão Gonçalves Casaca Ferreira

Flexibilidade de Emprego, Novas Temporalidades de Trabalho e Relações de Género. A Reconfiguração da Desigualdade dos Novos Sectores dos Serviços

Domínio Científico: Sociologia

Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa

Orientadora: Ilona Zsuzsanna Kovács

2005

Fonte: GPEARI

Sítios na internet consultados

Comissão Europeia – Employment, Social Affairs and Equal Opportunities (<http://ec.europa.eu>)

EURONEXT (www.euronext.com/landing/indexMarket-18812-PT.html)

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (www.gpeari.mctes.pt)

Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt)

1.3 Tomada de decisão em outras instâncias

Ao nível do Conselho de Estado, a participação das mulheres é actualmente baixa: para 17 homens existe apenas uma mulher, a Dr.^a Maria Leonor Beleza de Mendonça Tavares.

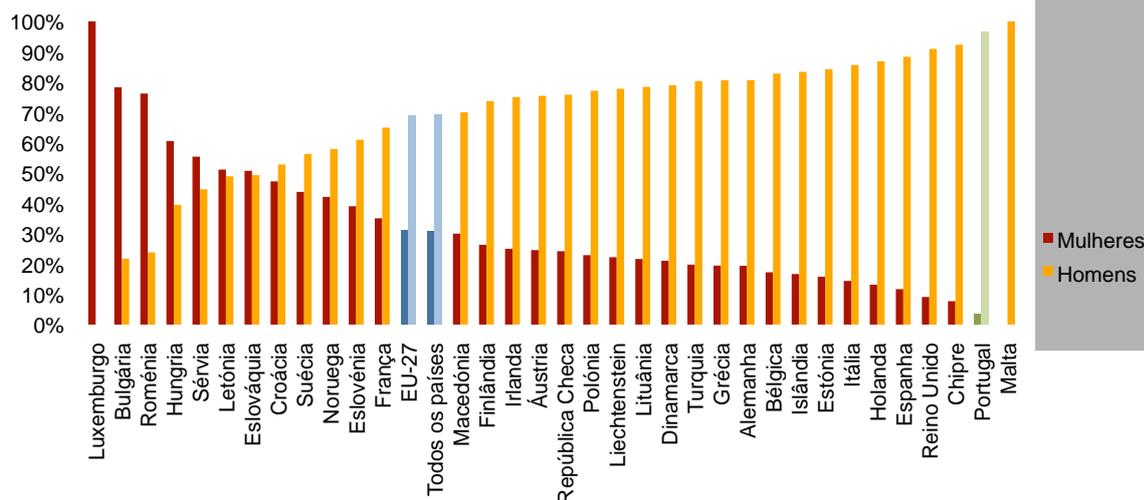
No que diz respeito à área da Justiça, observa-se uma situação semelhante. As mulheres estão sub-representadas nos cargos de topo.

Dos 23 países europeus que têm Tribunal Constitucional, apenas 7 têm ou tiveram mulheres como presidentes. Os dados da Comissão Europeia, disponíveis para os anos de 2003 a 2009, revelam que a Sérvia, a Croácia, o Luxemburgo, a Eslováquia e a Espanha são os países cujo Tribunal Constitucional é hoje em dia liderado por uma mulher. Em Espanha, aliás, o cargo é ocupado por uma mulher já desde 2005, fazendo com que este país seja aquele que manteve uma mulher mais tempo na presidência deste tribunal.

A Eslovénia e a Turquia já tiveram mulheres na liderança do Tribunal Constitucional, ainda que não tenham actualmente. Portugal junta-se aos restantes 15 países que formam o grupo daqueles que nunca contaram com a presença feminina na presidência deste tribunal.

De acordo com as estatísticas da Comissão Europeia, dos 31 países europeus, apenas 6 têm mulheres como presidentes do Supremo Tribunal de Justiça. São eles a República Checa, o Luxemburgo, a Áustria, a Roménia, a Finlândia e a Sérvia. Portugal faz parte do grupo dos países europeus cujo Supremo Tribunal de Justiça não é presidido por uma mulher. Aliás, desde o século XIX, houve 37 presidentes (correspondendo a 43 cargos) do Supremo Tribunal de Justiça em Portugal, todos eles homens.

Gráfico 1.31 **Membros do Supremo Tribunal, por sexo, em 2009 (Europa) (%)**

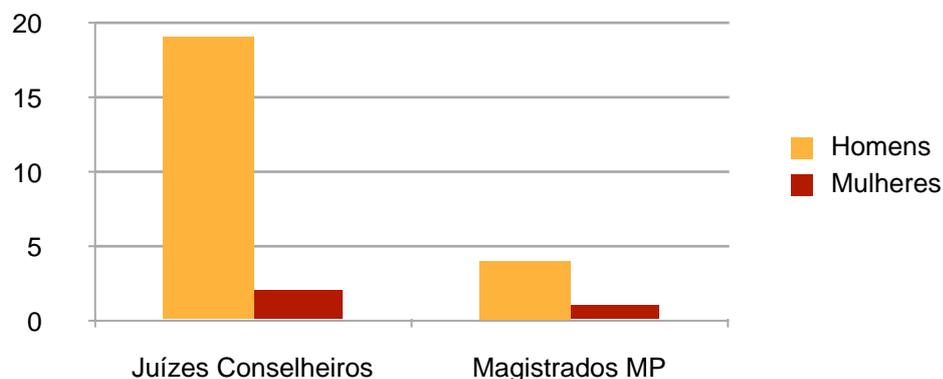


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos dados: Comissão Europeia

No que diz respeito ao Supremo Tribunal Administrativo, os dados da Comissão Europeia revelam que, de entre os países europeus onde existe esta figura, em 2009, apenas a Alemanha tinha uma mulher como presidente; recuando até 2003, juntam-se-lhe a Bulgária, o Luxemburgo, a Suécia e a Turquia como aqueles que também já tiveram. Mais uma vez, Portugal não pertence a este grupo.

Também o Tribunal de Contas é um exemplo da fraca participação das mulheres, não só no que se refere aos Magistrados do Ministério Público, mas sobretudo relativamente aos Juizes Conselheiros onde a disparidade é mais acentuada.

Gráfico 1.30 **Membros do Tribunal de Contas, por sexo, em 2009 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos dados: Tribunal de Contas de Portugal

2. Violência contra as mulheres, doméstica e de género

Este capítulo está estruturado de acordo com a tipologia dos dados sugerida no *Final Activity Report* (2008), da Task Force to Combat Violence against Women, including Domestic Violence, do Conselho da Europa (CE), começando-se por apresentar a análise dos resultados relativos aos dados dos inquéritos à população, estatisticamente representativos da população residente, nacionais e regionais, passando-se depois aos *dados administrativos*, decorrentes das participações às forças de segurança e ONGs e às estatísticas oficiais (INE).

De facto, como é reconhecido no *Final Activity Report*, e de acordo com os resultados de vários estudos nacionais e internacionais, só os inquéritos realizados à população, e estatisticamente significativos, permitem avaliar a prevalência da criminalidade e da violência, já que a maior parte dos actos praticados fica oculta, pois só uma percentagem reduzida das vítimas apresenta queixa, ou recorre a ONGs.

Por outro lado, e apesar de na última década a percentagem das queixas à PSP e GNR relativa à VD ter aumentado, sabemos pelos inquéritos de vitimação e de “violência auto-revelada” que as “cifras negras” podem atingir um terço da vitimação real.

Face ao exposto, no actual contexto português, e provavelmente dos próximos anos, o aumento das participações às forças de segurança não deve ser entendido linearmente como uma maior prevalência dos actos de violência, mas sim como da sua maior visibilidade.

Na sequência de estudos levados a efeito pelo ONVG, da FCSH/UNL, é de admitir a hipótese que o aumento das participações, particularmente às forças policiais, se, por um lado, é um indicador da maior consciência dos cidadãos envolvidos e da sua maior confiança nas forças de segurança e ONGs, por outro lado, pode arrastar consigo uma conflitualidade crescente entre vítima e agressor que pode resultar em situações de risco de vida para aquela. De facto, as “vítimas passivas e submissas” vão deixando cada vez mais de o ser, o que numa relação interpessoal, onde prevalece um poder legitimado secularmente pelos estereótipos de género, pode levar a comportamentos violentos extremos por parte dos agressores, que possam pôr em risco a vida das vítimas.

Para finalizar, neste capítulo, além da análise dos dados dos inquéritos à população e dos *dados administrativos*, pela sua importância e para a melhor compreensão das múltiplas dimensões pessoais e sociais do fenómeno, far-se-á uma apresentação dos resultados de estudos sobre os custos da violência praticada contra as mulheres, incluindo a doméstica.

2.1 Inquéritos à população

Inquéritos mais significativos, 1995-2008

O primeiro inquérito de âmbito nacional realizado em Portugal sobre a violência contra as mulheres data de 1995³. Os resultados permitem ter uma visão global da prevalência do fenómeno para o Continente, da sua contextualização sociocultural, pela análise simultânea das características das vítimas e dos tipos de actos praticados (violência física, psicológica, sexual e discriminação sociocultural) que a CIDM considerava como passíveis da classificação de violentos.

Mesmo que alguns destes actos já fossem criminalizados desde 1991 (Lei n.º 61/91), só em 2000 alguns deles passaram a ser englobados na Violência Doméstica e considerados como crime público.

Em 2003, é feito um estudo sobre Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres, promovido pela CIDM e realizado pela FCSH-UNL/SociNova.

Em 2005, um outro estudo foi levado a cabo sobre as consequências para a saúde resultantes da violência contra as mulheres, promovido pela Direcção-Geral da Saúde e realizado pela FCSH-UNL/SociNova.

Nesta mesma linha e também numa perspectiva interdisciplinar, a mesma equipa da Universidade Nova de Lisboa, agora com a colaboração do Prof. Pedro Pita Barros, da Faculdade de Economia, efectuou os primeiros cálculos em Portugal sobre os custos económicos com a saúde resultantes da VD exercida contra as mulheres.

³ O Relatório Final foi apresentado à Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM) pela equipa de investigação do CesNova/FCSH-UNL, em 1996, e o livro publicado em 1997 (Lourenço, Lisboa e Pais). A pesquisa portuguesa foi a segunda da Europa com uma dimensão nacional, depois da Holanda ter realizado um estudo semelhante em 2003 (*Prevention of the Violence Against Women, Royal Embassy of Holand*).

Foram ainda realizados estudos de âmbito regional e local, como é o caso do trabalho de Isabel Dias, que incidiu sobre a zona do Porto e as mulheres dos meios sociais mais desfavorecidos e as pesquisas da Universidade do Minho sobre estudantes.

Em 2007, o Inquérito Nacional sobre Violência de Género, promovido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e desenvolvido pela FCSH-UNL/SociNova/CesNova, surge na sequência do primeiro inquérito de âmbito nacional sobre violência contra as mulheres, que foi realizado em 1995.

De um ponto de vista da operacionalização, elencaram-se quatro grandes objectivos para a investigação.

O primeiro consiste na análise comparativa, entre 1995 e 2007, da violência exercida contra as mulheres, com 18 ou mais anos, através da avaliação da vitimação, nas suas diferentes formas e tipos de violência, locais onde ocorre, reacção das vítimas, autores e dinâmicas socioculturais associadas.

Em segundo lugar, e tratando-se do primeiro estudo nacional que abrange homens com 18 ou mais anos e, por isso, igualmente pioneiro na Europa, pretendeu-se analisar os mesmos indicadores para estes, numa perspectiva comparativa entre a vitimação dos homens e das mulheres.

Em terceiro lugar, produzir dados que possam ser objecto de comparações com outros países, integrando os circuitos estatísticos internacionais, de acordo com as recomendações do Conselho da Europa, sendo também a este nível um estudo pioneiro.

Por outro lado, desde 1991, a legislação tem evoluído significativamente no domínio do combate à violência contra as mulheres e várias medidas foram adoptadas ao nível da acção das polícias e tribunais, das casas-abrigo, da formação de técnicos e da organização de campanhas e planos nacionais. Este estudo pretende também integrar estas dimensões, no sentido de recolher informação sobre indicadores que permitam alguma avaliação a esse nível.

Finalmente, recolher informação que possibilite a análise da violência a partir de uma perspectiva de género.

Um ano mais tarde, é efectuado um estudo equivalente, representativo para a Região Autónoma dos Açores, que abrangeu todas as ilhas, onde se pretende também fazer a comparação com os dados do Continente.

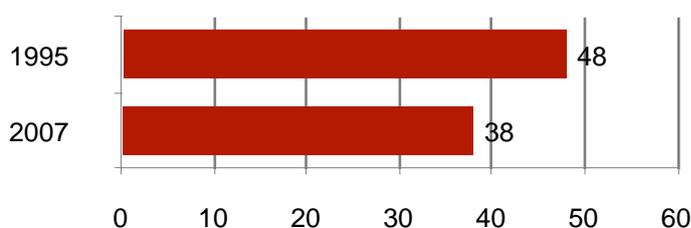
Nas páginas seguintes, dar-se-á conta dos principais resultados dos inquéritos à população atrás citados.

A evolução da violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa - Continente (1995-2007) e Continente (2007) - Açores (2008)

Parte significativa da análise referente a este ponto do relatório foi já efectuada no livro *Violência de Género* (Lisboa, Barroso, Patrício e Leandro, 2009) e no *Relatório Final do Inquérito Violência de Género na Região Autónoma dos Açores* (Lisboa, Cerejo e Favita, 2008). Assim, o texto que aqui se apresenta segue em muito do que já foi escrito.

Considerando só os actos utilizados em estudos internacionais referentes à violência física, psicológica e sexual, nota-se uma diminuição da prevalência da vitimação das mulheres entre os inquéritos de 1995 e 2007: 48% em 1995 e 38% em 2007⁴.

Gráfico 2.1 Percentagem da vitimação física, psicológica e sexual contra as mulheres – Continente (1995-2007) (%)

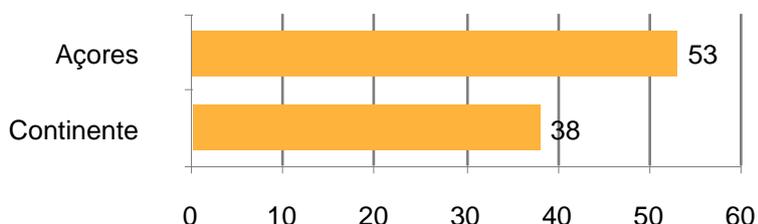


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Fazendo o mesmo tipo de análise em relação à Região Autónoma dos Açores, em 2008, e comparando os resultados com os dados obtidos no Continente, em 2007, observa-se que a prevalência da vitimação baseada nos actos de violência física, psicológica e sexual é superior nos Açores (53% face a 38% no Continente).

Gráfico 2.2 Prevalência da vitimação física, psicológica e sexual contra as mulheres – Continente (2007) – Açores (2008) (%)



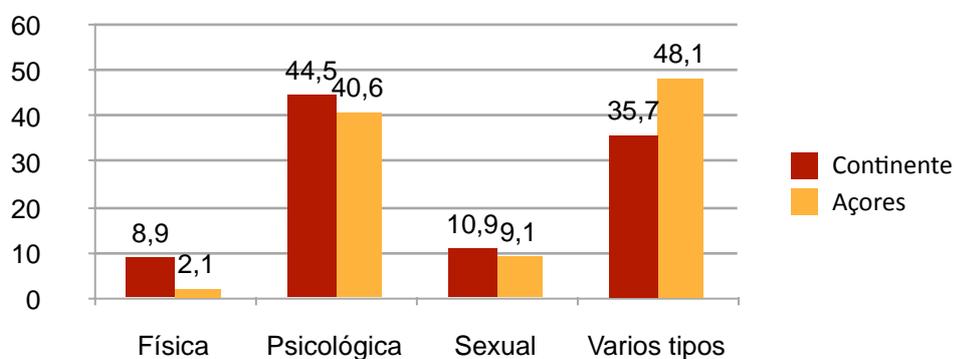
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

⁴ Se tivermos em consideração todos os actos, incluindo os que se referem à discriminação sociocultural, a prevalência é maior e situa-se em 57%.

Quanto aos tipos de vitimação, e comparando os resultados obtidos no Continente com os da Região Autónoma dos Açores, verifica-se que a violência psicológica assume valores mais elevados no Continente (44,5%) do que na Região Autónoma dos Açores (40,6%); o mesmo se passa relativamente aos actos de violência física (8,9% no Continente e 2,1% nos Açores). Por sua vez, a violência sexual regista valores não muito diferentes tanto nos Açores (10,9%) como no Continente (9,1%). Relativamente à categoria “vários tipos de violência”, que contém casos onde ocorre a combinação dos vários tipos de violência anteriormente referidos, observamos que tem um peso relevante tanto para o Continente como para os Açores, embora com um valor mais elevado no segundo (35,7% e 48,1% respectivamente).

Gráfico 2.3 **Percentagem da vitimação por tipos de violência – Continente (2007) – Açores (2008) (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007; Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

No que se refere à violência psicológica, as mulheres do Continente (2007) referiram ter sido mais frequentemente vítimas de “gritos e ameaças para atemorizar”, “comportamentos e insultos com o objectivo de humilhar”, “controlar a vida social com o objectivo de isolar”, “ameaças/chantagens do tipo mato-te”, “comentários negativos para humilhar e afectar a auto-estima”, “partir objectos para atemorizar” e “ameaças com armas de fogo/brancas”, no que diz respeito a situações de abuso psicológico ou emocional.

Nos Açores (2008), para o mesmo tipo de violência, sobressaem igualmente os “gritos e ameaças para atemorizar”, seguidos de “insultos/palavras para fazer sentir diminuída”, “controlar a vida social”, “perseguida na rua/local de trabalho”, “comparações negativas com o objectivo de afectar a auto-estima/confiança”, “comentários negativos sobre a aparência física”, “ameaças/chantagens do tipo mato-te”, “ameaças com armas de fogo/brancas” e “gritos e ameaças verbais/escritas/gestuais”.

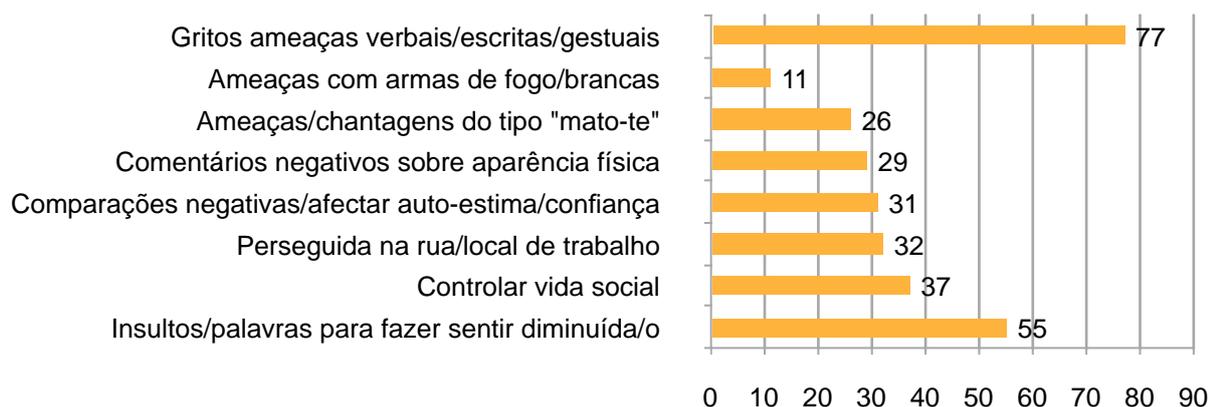
Gráfico 2.4 Actos de violência psicológica mais frequentes contra as mulheres – Continente (2007) (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Gráfico 2.5 Actos de violência psicológica mais frequentes contra as mulheres – Açores (2008) (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/ Governo Regional dos Açores, 2008

Nos dados analisados é de salientar o peso dos actos que podem configurar situações de risco para as vítimas, como sejam as “ameaças de morte” e as “ameaças de armas de fogo/brancas”.

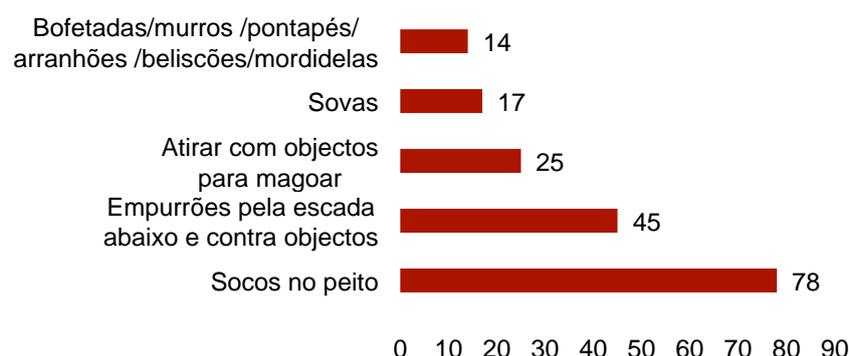
Estes casos podem aumentar de gravidade quando ocorrem em contextos de crescente conflitualidade interpessoal, em que o autor, homem, sente afectada a sua masculinidade.

De facto, fases de mudança social mais intensas, como a que se tem verificado nas últimas décadas no domínio da igualdade de género e no combate da violência contra as mulheres, são normalmente acompanhadas de uma conflitualidade acrescida dos actores sociais envolvidos, particularmente quando estão em causa relações de poder. Tendo em consideração que os autores destas ameaças são sobretudo homens, cuja relação de parentesco com a vítima é de marido/companheiro (ou ex) namorado (ou ex), será por isso de admitir a hipótese que, nesta fase de transição, o reforço das ameaças de morte possa estar associado a condutas de resistência dos actores sociais que, em última análise, percebem que o seu poder e influência na relação está em causa. Estas situações podem configurar situações de risco em que é necessário agir rápido e, se possível, preventivamente.

Relativamente aos actos de violência física mais apontados pelas mulheres vítimas, no Continente, destacam-se os “socos no peito”, “os empurrões pela escada abaixo e contra objectos”, o “atirar com objectos para magoar”, as “sovas” e as “bofetadas/murros/pontapés/arranhões/beliscões/ mordidelas”.

Nos Açores, referiram-se mais frequentemente “agarrar/torcer o braço/murros/pontapés/arranhões/mordidelas”, “empurrões”, “puxões de cabelo”, “sovas”, “atirar com objectos” e “alvo de acto com o objectivo de matar”.

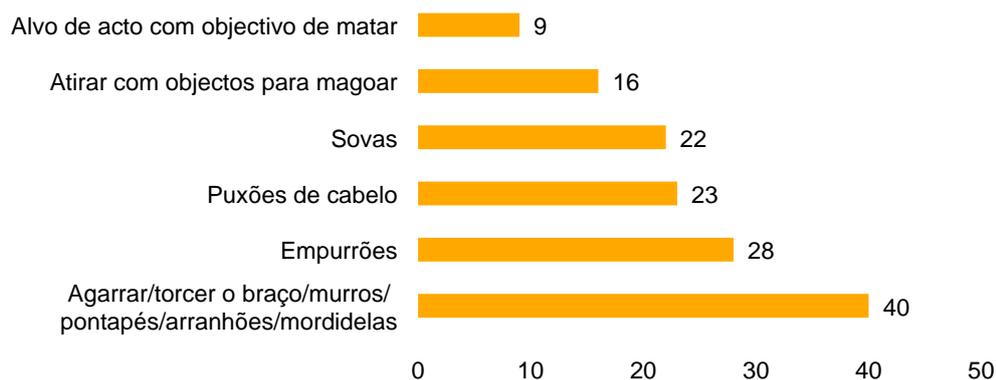
Gráfico 2.6 Actos de violência física mais frequentes contra as mulheres – Continente (2007) (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Gráfico 2.7 Actos de violência física mais frequentes contra as mulheres – Açores (2008) (N)

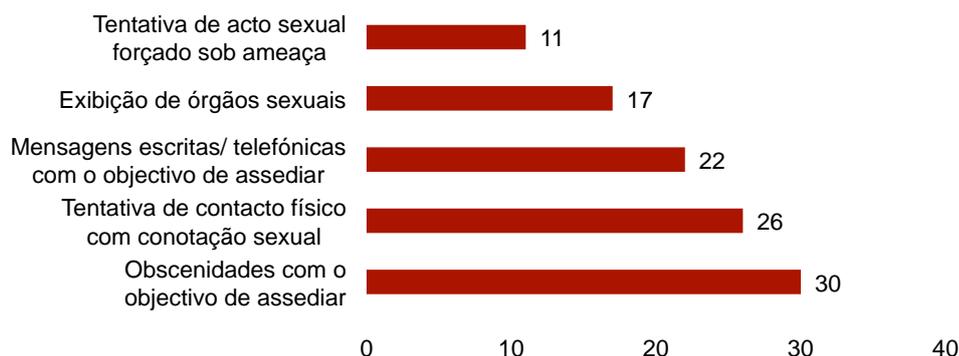


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

Finalmente, no que se refere aos actos de violência sexual, predominam os relativos ao assédio têm os valores mais elevados, tal como se verificava em 2005. A estrutura é semelhante no Continente (2007) e nos Açores (2008).

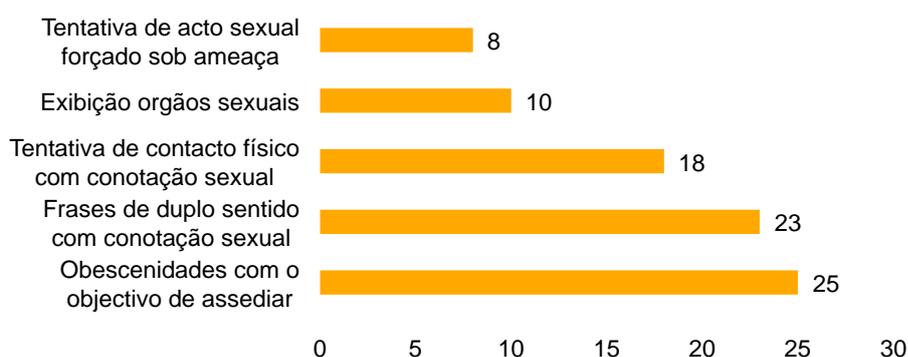
Gráfico 2.8 Actos de violência sexual mais frequentes contra as mulheres – Continente (2007) (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Gráfico 2.9 Actos de violência sexual mais frequentes contra as mulheres – Açores (2008) (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/ CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

Um outro indicador, particularmente relevante em relação à percepção da desigualdade de género, é o que se refere à discriminação sociocultural de que as mulheres dizem ser vítimas. Recorrendo a uma bateria de indicadores de discriminação sociocultural já utilizados em 1995, acrescentados com outros em 2007⁵, verifica-se que no Continente o valor é de 29,7%.

⁵ Indicadores para avaliar a discriminação sociocultural: preterida/posta de lado enquanto esteve à procura de emprego; colocaram obstáculos ao seu acesso ao emprego; salário inferior ao de um homem da mesma categoria/posto; prejudicada num processo de promoção e/ou no acesso a um posto de chefia; prejudicada no trabalho por estar grávida/por se ausentar em consequência de uma gravidez de risco/licença de maternidade; discriminada em lugares públicos pelo facto de ser mulher; chocada ou sentiu-se prejudicada com imagens ou frases associadas a mulheres na televisão, jornais, rádio e/ou publicidade; se valores difundidos na escola limitam, de alguma forma, o acesso das mulheres a certas profissões ou não.

O contexto da vitimação - Continente 2007 e Açores 2008

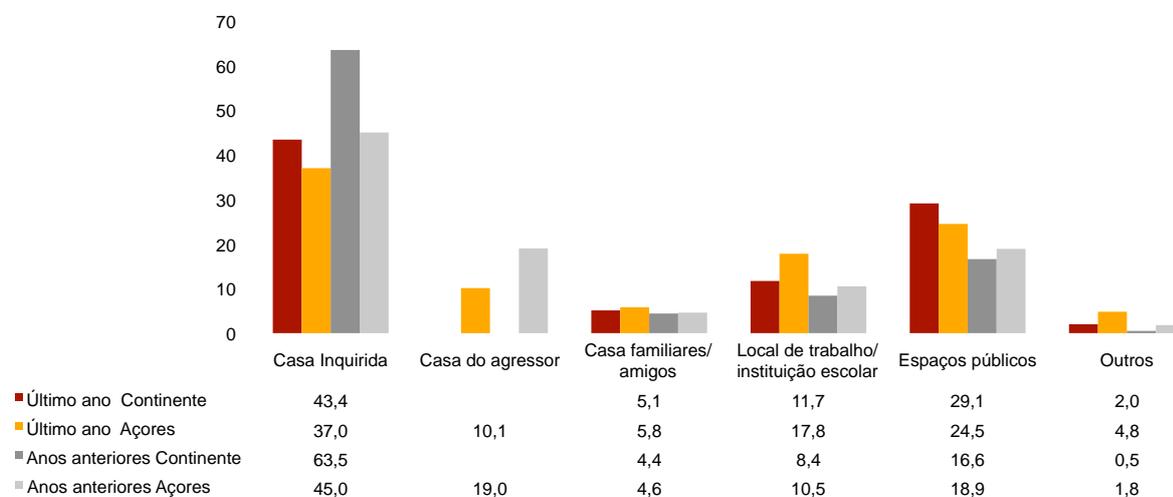
Os espaços da violência contra as mulheres

A análise dos espaços onde ocorrem os actos de violência revela-se uma dimensão importante para a compreensão do contexto social que surge associado à produção e reprodução do fenómeno.

Quer no Continente, quer nos Açores, a casa aparece sempre como o espaço mais provável para a ocorrência de actos de violência contra as mulheres. Notam-se, todavia, pequenas diferenças que não alteram a estrutura dos resultados: em actos perpetrados no último ano à administração do inquérito, no Continente, a casa representava 43,4% e nos Açores 37%.

Quanto aos actos ocorridos em anos anteriores, o espaço da casa também surge como o principal local para o exercício da violência, em 63,5% dos casos apurados no Continente e em 45% nos Açores.

Gráfico 2.13 Os espaços da violência física, psicológica e sexual contra as mulheres – Continente (2007) – Açores, 2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

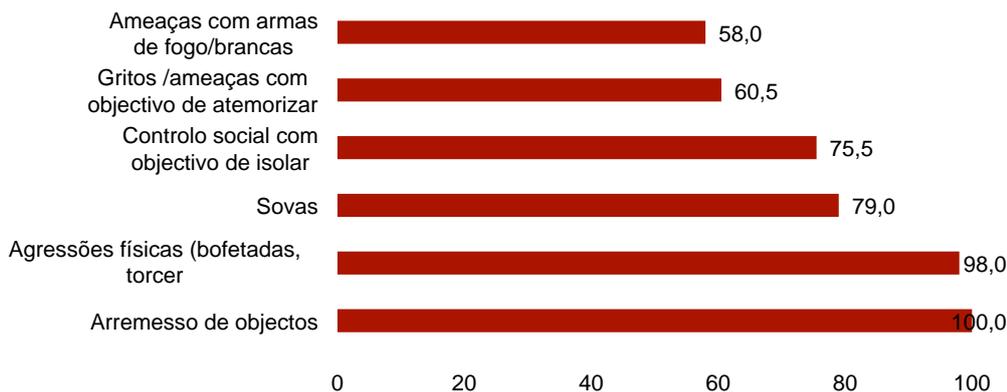
Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007; Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

Se juntarmos estes locais de ocorrência que, de algum modo, são os espaços de intimidade, obtemos, para o Continente, nos anos anteriores, uma percentagem de situações de vitimação perpetrada naqueles espaços na ordem dos 67,9% e, para a Região Autónoma dos Açores, 68,6%. Quanto ao último ano, observamos que o Continente apresenta 48,5% das ocorrências neste mesmo espaço e os Açores 42,8%. Comparando com os resultados de 1995, os valores apurados em 2007 revelam a persistência de problemas estruturais relacionados com a regulação das relações interpessoais, na esfera da intimidade, onde, sem dúvida, estão presentes as desigualdades de género.

Quanto à análise dos tipos de violência que mais são praticados no espaço da casa, sobressaem a psicológica e a física. A violência sexual, pela sua natureza e factores socioculturais que lhe estão associados, é mais difícil de detectar neste local.

Seleccionando um conjunto de actos, os mais frequentes em cada tipo de violência, verifica-se que em todos eles o espaço da casa é onde é mais provável ocorrer a violência contra as mulheres.

Gráfico 2.14 Probabilidade de vitimação das mulheres no espaço da casa, por acto – Continente (2007) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

O gráfico anterior revela que todos os “arremessos de objectos” referidos pelas vítimas ocorreram em casa, assim como 98% das “agressões físicas” – como bofetadas, torcer o braço, arranhões, pontapés, etc. – 79% das “sovas”, 75,5% dos actos de “controlo social com o objectivo de controlar”, 60,5% de “gritos/ameaças” e 58% de “ameaças de armas de fogo/brancas”.

Os resultados analisados são bem indicativos da conflitualidade latente e activa que está presente no espaço da casa-família, em relação às mulheres. Em certos casos, com evidente perigo de vida.

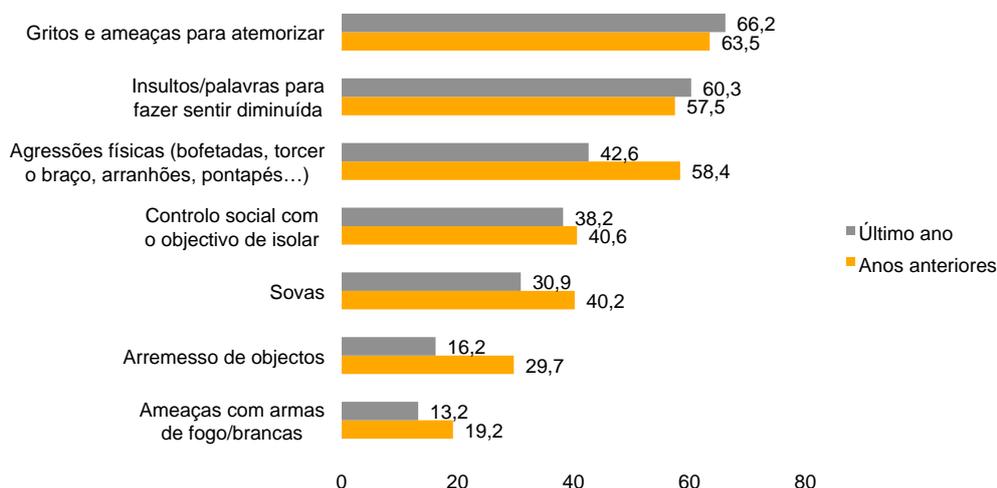
Apesar da legislação punir vários actos que aí ocorrem, muitos deles ainda continuam a ser relativamente ocultos e de difícil acesso por parte das autoridades. É significativo que 58% das ameaças com armas (fogo ou brancas) sejam feitas em casa, o que é um indicador claro do risco de vida que podem correr muitas destas mulheres ameaçadas.

Numa fase de transição, em que algumas mulheres vão passando de um estado mais “passivo”, para outro mais “activo”, na reacção à violência de que são vítimas, é de admitir a hipótese que a tensão e conflitualidade entre vítima e agressor aumentem de intensidade e frequência. De algum modo, o que está em causa é uma alteração das relações de poder que estão na origem da violência.

Ao contrário do que sucede com os actos de violência física e psicológica, os que se referem à violência sexual são menos indicados pelas vítimas como tendo ocorrido no espaço da casa. Tal verifica-se tanto nos casos de assédio através obscenidades, como nas “tentativas de contacto físico sem consentimento”. Só no assédio através de mensagens, o local da casa ganha relevância.

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, verificamos que os actos que mais vezes ocorrem no espaço da casa-família são aqueles que envolvem “gritos e ameaças para atemorizar”, “insultos/palavras para fazer sentir diminuída” e “agarrar/torcer o braço, murros, pontapés, arranhões, mordidelas”, quer no último ano, como em anos anteriores.

Gráfico 2.15 Probabilidade de vitimação das mulheres no espaço da casa, por acto – Açores (2008) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

Reacção das mulheres vítimas

No Continente, a reacção mais frequente das vítimas de violência física, psicológica e sexual é “ir calando e não fazer nada”. Nota-se, no entanto, que de 1995 e 2007, tanto nos últimos 12 meses como nos anos anteriores, as redes de amizade terão aumentado de importância, bem como o recurso às forças policiais. É ainda de referir o aumento das situações de divórcio. É de salientar que, quanto maior a gravidade dos actos, maior é a probabilidade de as vítimas recorrerem à Polícia – exemplo da ameaça “mato-te”. Neste caso, cerca de 1/4 das vítimas dos últimos 12 meses diz ter recorrido a forças policiais.

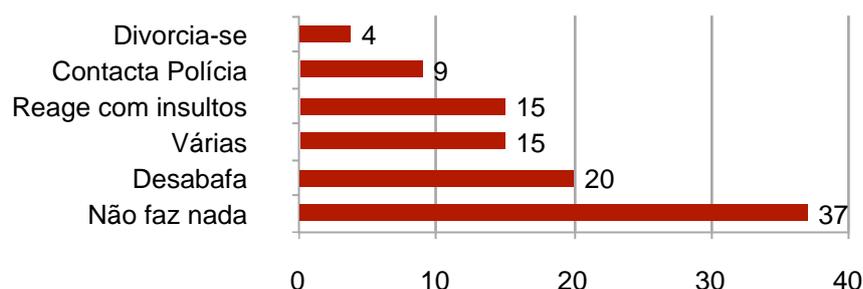
Gráfico 2.16 Reacção das mulheres vítimas face ao acto “gritos e ameaças” – Continente (2007) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Gráfico 2.17 Reacção das mulheres vítimas face ao acto “ameaças de morte” – Continente (2007) (%)



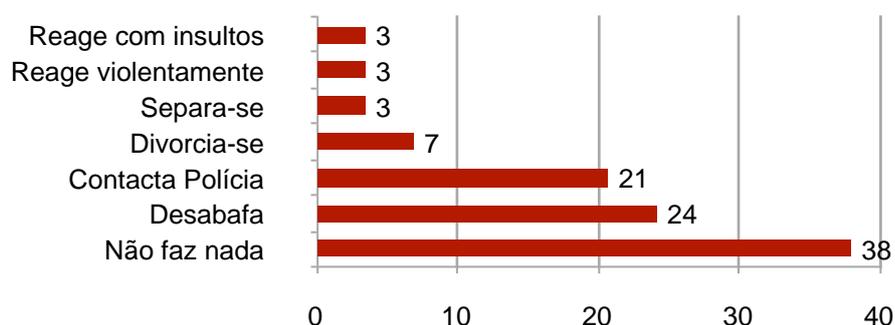
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Quando a ameaça é feita através de armas de fogo ou brancas, uma em cada cinco das vítimas deste tipo de violência recorre à Polícia.

Apesar de, em geral, haver uma maior participação das mulheres vítimas à polícia, certamente também um sinal do trabalho que tem sido feito neste domínio nos últimos dez anos, há actos de grande gravidade, como as “ameaças de morte”, e “as ameaças com armas de fogo ou brancas”, onde 37% e 38% das vítimas ainda “não faz nada”. Algumas destas mulheres estão em situação de risco de vida e, como vimos anteriormente, a maioria destes actos ocorrem no espaço da casa (ameaças com armas), dificultando a sua visibilidade.

Gráfico 2.18 Reacção das mulheres vítimas face ao acto “ameaças com arma de fogo/branca” – Continente (2007) (%)

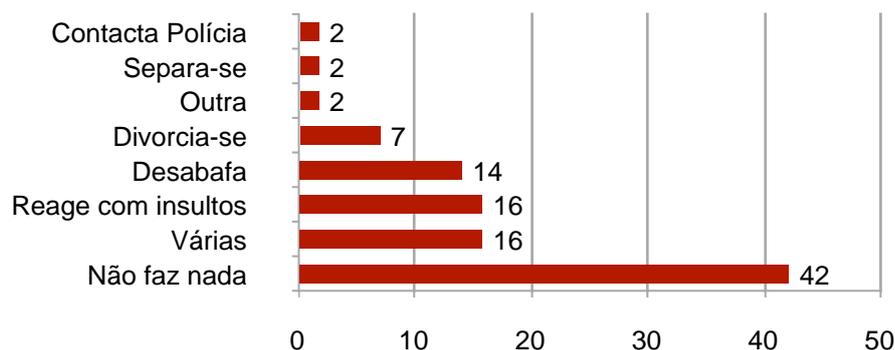


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Nos actos que visam o controlo social, a grande maioria das vítimas vai calando e não faz nada. As outras reacções mais frequentes são o “reagir violentamente” e “desabafar com amigo”; o que, neste caso, mostra a importância das redes sociais fora do espaço familiar.

Gráfico 2.19 Reacção das mulheres vítimas face ao acto “controlo social” – Continente (2007) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Refira-se ainda, que em relação à violência psicológica, e em relação aos actos relativos às “comparações negativas com o objectivo de afectar a auto-estima”, a grande maioria “vai calando”. Só uma minoria diz reagir violentamente.

Nas agressões por “sovas”, apesar da reacção mais frequente das vítimas continuar a ser o “ir calando e não fazer nada” (39%), nota-se que cerca de 13% contacta estabelecimentos de saúde e que igual número de vítimas recorre à Polícia.

Gráfico 2.20 Reacção das mulheres vítimas face ao acto “sovas” – Continente (2007) (%)

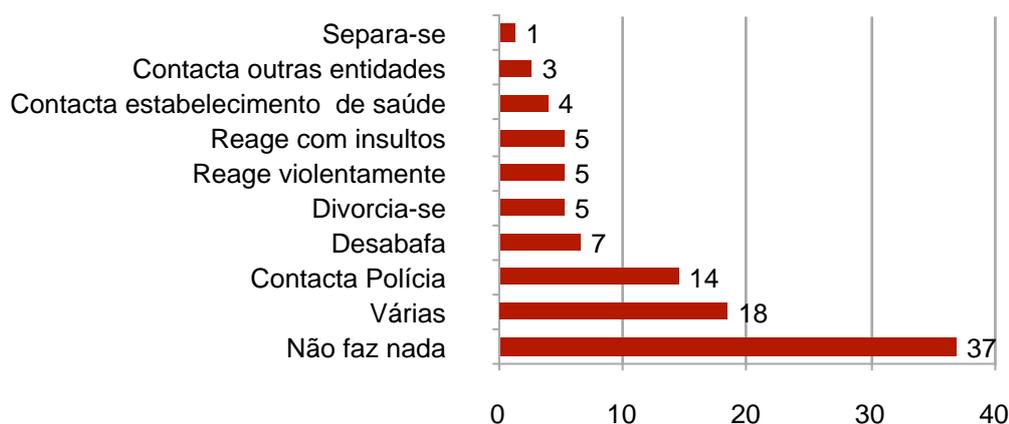


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

No que se refere às “agressões físicas”, como “torcer o braço, dar bofetadas, murros, pontapés, arranhões e beliscões”, as reacções das vítimas são semelhantes às do acto anterior, com destaque para o contacto com as forças policiais e as idas aos estabelecimentos de saúde.

Gráfico 2.21 Reacção das mulheres vítimas face ao acto “agressões físicas (bofetadas, torcer o braço, arranhões, pontapés)” – Continente (2007) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Nos actos de violência sexual, a reacção continua a ser “ir calando”. No entanto, no caso das “tentativas de contacto físico”, há mais “reacções activas por parte das vítimas”.

Relativamente às reacções das mulheres vítimas pertencentes à Região Autónoma dos Açores, verifica-se que a reacção que prevalece em todos os tipos de violência é “o não fazer nada/ir calando”, excepto no que respeita à violência física praticada no último ano, onde sobressai o “contacto com instituições”, nomeadamente, com as forças de segurança (47,8%).

No que se refere às agressões físicas através do arremesso de objectos, a maioria das reacções são o “ir calando”.

Encontramos a mesma reacção nas vítimas de “empurrões pelas escadas abaixo com o objectivo de magoar”.

As causas percebidas pelas mulheres vítimas para a violência

Corroborando os resultados anteriormente obtidos quanto à importância dos valores e papéis de género na origem dos actos de violência perpetrados contra as mulheres⁶, os dados do inquérito efectuado para o Continente vão no mesmo sentido, ao indicar o ciúme e o sentimento de posse como as causas mais apontadas pelas vítimas. As causas percebidas por estas remetem para a desigualdade de poderes que está associada aos estereótipos de género, mais explícitos nos actos que visam o “controlo social”, o fazer “comparações negativas com o objectivo de afectar a auto-estima” e os “gritos e ameaças com o objectivo de atemorizar”.

O álcool também é percebido pelas vítimas como uma causa dos actos que contra elas são perpetrados. Por vezes, mesmo associado às ameaças de morte. Todavia, deve referir-se que vários estudos revelam que não há uma relação de causa-efeito entre violência e consumo de álcool. Este pode funcionar como um facilitador da acção e não como causa eficiente.

Na região Autónoma dos Açores, as causas apontadas pelas mulheres vítimas para os actos que lhes foram infligidos são muito semelhantes: o consumo de álcool, o sentimento de posse, o ciúme e as diferenças de valores e mentalidade, nomeadamente, em relação à igualdade de género, surgem associados aos actos anteriormente referidos.

Os resultados relativamente à percepção de causas como a pobreza, doenças, nomeadamente, do foro psicológico, são relativamente marginais, quer no Continente, quer nos Açores.

Outro aspecto em comum diz respeito aos actos de violência sexual, que as mulheres do Continente e dos Açores associam à má “formação moral” e “diferença de valores”.

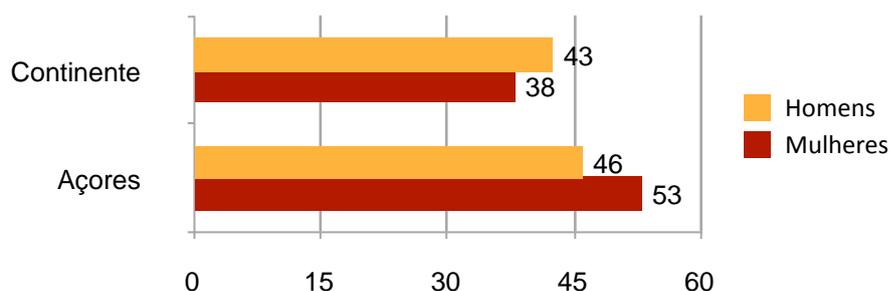
⁶ Ver LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; MARTELEIRA, Joana (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM e LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; SILVA, Sofia Marques da; ROQUE, Ana; AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Colibri.

Indicadores de violência de género: vitimação de mulheres e homens

O primeiro inquérito nacional (2007), estatisticamente representativo para a população residente de 18 ou mais anos, que compara a vitimação de homens e mulheres, contém um conjunto de questões que permitem obter indicadores sobre a violência de género. Ao alargar o estudo aos Açores (2008), ficamos com uma base de análise comparativa também entre aquela Região Autónoma e o Continente.

Começando por considerar os actos de violência física, psicológica e sexual, que são exercidos contra os homens, com 18 ou mais anos, verifica-se que a prevalência de vitimação destes (43%) é superior à das mulheres (38%), no Continente; nos Açores, os homens registam uma percentagem de vitimação inferior à das mulheres (46% e 53%).

Gráfico 2.22 Prevalência da vitimação de homens e mulheres com 18 ou mais anos – Continente (2007) – Açores (2008) (%)



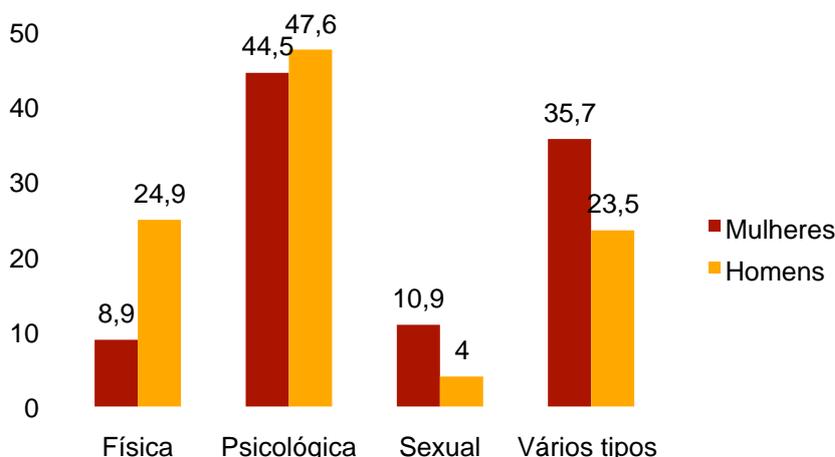
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007; Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

Os resultados obtidos nestes inquéritos à população para Portugal são semelhantes aos obtidos em estudos internacionais.

No que se refere ao Continente, e comparando a vitimação das mulheres e dos homens por tipos de violência, as diferenças assumem maior expressão na violência física e psicológica: acentuadamente na primeira (24,9% nos homens contra 8,9% nas mulheres) e ligeiramente na segunda (47,6% nos homens contra 44,5% nas mulheres). No que se refere à violência sexual, a prevalência de homens vítimas é menor do que a das mulheres: 4% contra 10,9%.

Gráfico 2.23 Comparação da percentagem da vitimação de homens e mulheres por tipos de violência – Continente (2007) (%)

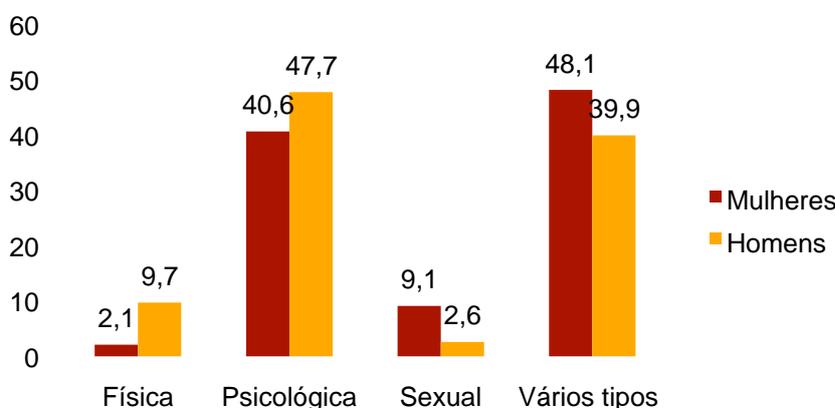


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Relativamente aos dados obtidos na Região Autónoma dos Açores, e comparando com os homens, há uma maior probabilidade das mulheres serem vítimas em todos os tipos de violência.

Gráfico 2.24 Comparação da percentagem da vitimação de homens e mulheres por tipos de violência – Açores (2008) (%)



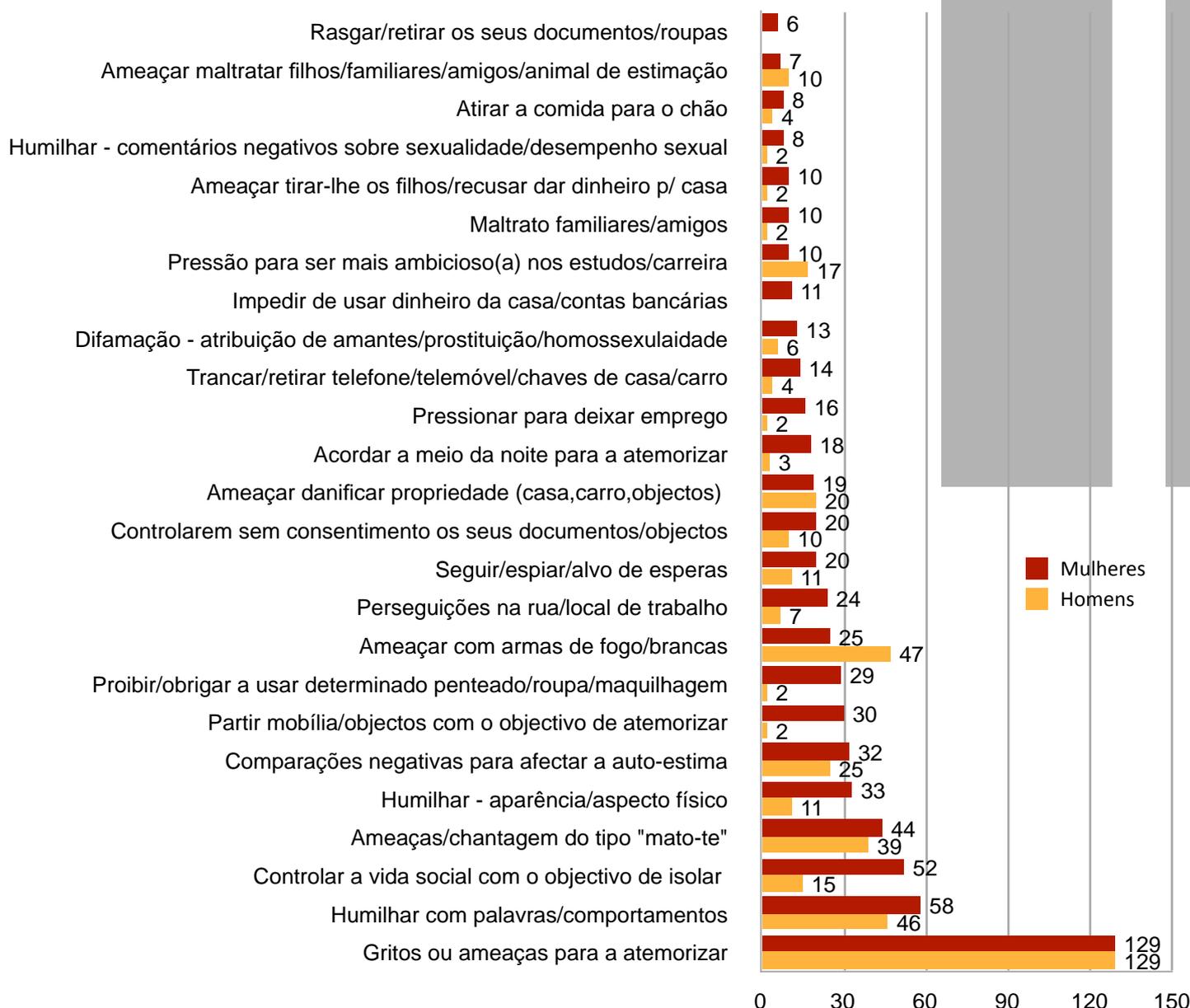
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

A análise comparativa acto a acto, para os que são estatisticamente mais significativos, revela diferenças que podem também configurar igualmente desigualdades de género.

Começando pela violência psicológica no Continente são particularmente significativos os seguintes actos: nos actos “partir objectos para atemorizar”, onde a vitimação dos homens é dez vezes menor do que a das mulheres; nas “ameaças do tipo mato-te”, o valor nos homens também é menor; no “controlo da vida social”, a vitimação nas mulheres é três vezes superior à dos homens.

Gráfico 2.25 **Vitimação psicológica de homens e mulheres, acto a acto – Continente (2007) (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

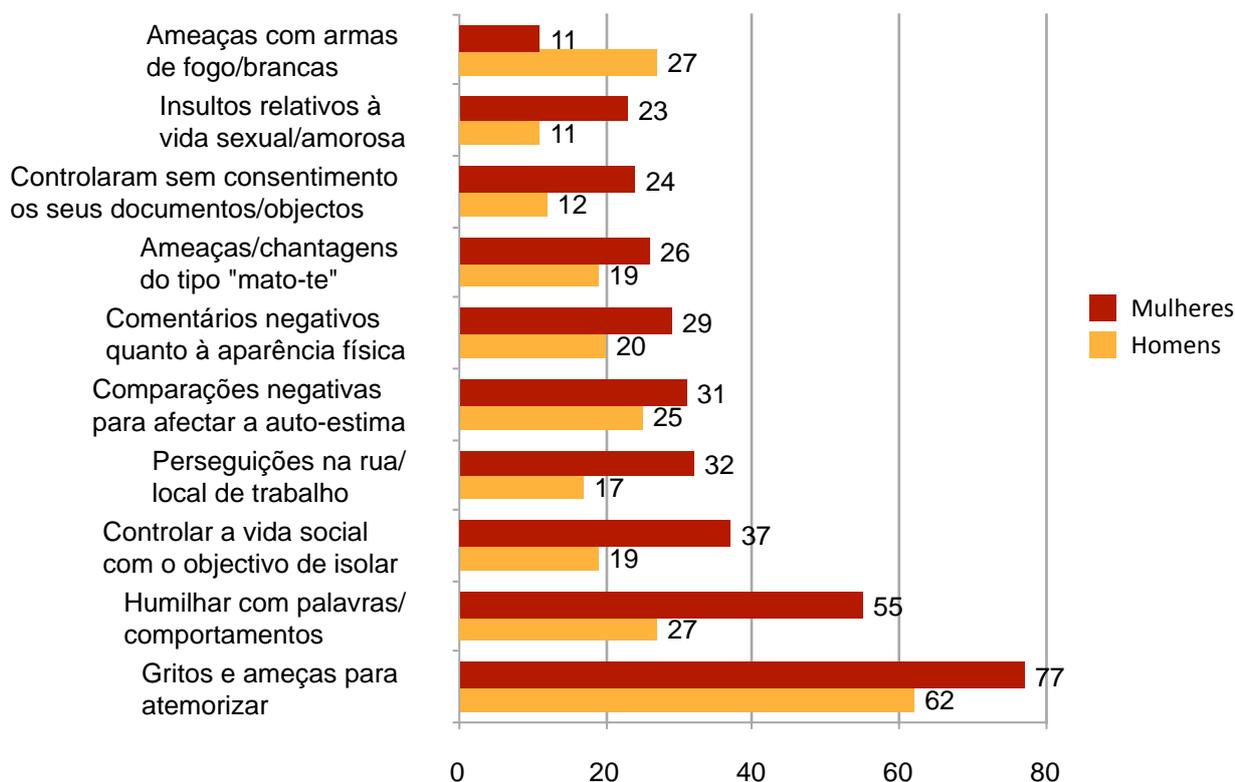
Uma maior vitimação nas mulheres pode igualmente encontrar-se nos actos de “comparações negativas com o objectivo de afectar a auto-estima”, “proibir/obrigar a usar determinado tipo de penteado/roupa/maquilhagem”, “perseguições na rua/local de trabalho”, “seguir/espiar/alvo de esperas”, “controlar os documentos”, “acordar a meio da noite para atemorizar”, “pressionada a deixar o emprego/carreira para ficar em casa”, “trancar/retirar telefone ou chaves”, “difamação”, “impedir de usar dinheiro”, “ameaçar tirar-lhe os filhos/recusar das dinheiro para a casa”, “comentários negativos e ofensas, com o objectivo de humilhar”, “atirar a comida para o chão e “rasgar/retirar documentos/roupas”.

É relevante, em termos de desigualdades de género, o facto de as mulheres serem mais pressionadas do que os homens no sentido de “deixarem o emprego e a carreira profissional” e “ficarem em casa”, enquanto estes são mais incentivados a serem mais “ambiciosos nos estudos ou na carreira profissional”. De facto, tais práticas decorrem em grande medida das diferenças de papéis sociais, em que as mulheres são mais condicionadas a desenvolver as suas actividades nos espaços da esfera privada e os homens na pública.

Ainda que tenham ocorrido na sociedade portuguesa mudanças significativas nas últimas décadas, particularmente ao nível das gerações mais jovens, de um ponto de vista implícito, os valores e atitudes subjacentes à acção social explícita revelam que, socialmente, quando é necessário, é “mais próprio” para as mulheres “ficarem em casa” do que os homens. Quando nos situamos em um nível de autojustificação social mais elaborada, onde os actores sociais são condicionados a expressarem-se de acordo com os discursos tidos como politicamente mais correctos, a argumentação dada decorre da ideia que às mulheres cabem mais as tarefas do “cuidar”, associadas à casa, do que aos homens.

Nos Açores, só nas “ameaças com arma de fogo ou brancas” os homens têm uma maior probabilidade de serem vítimas.

Gráfico 2.26 **Vitimação psicológica de homens e mulheres, acto a acto – Açores (2008) (N)**



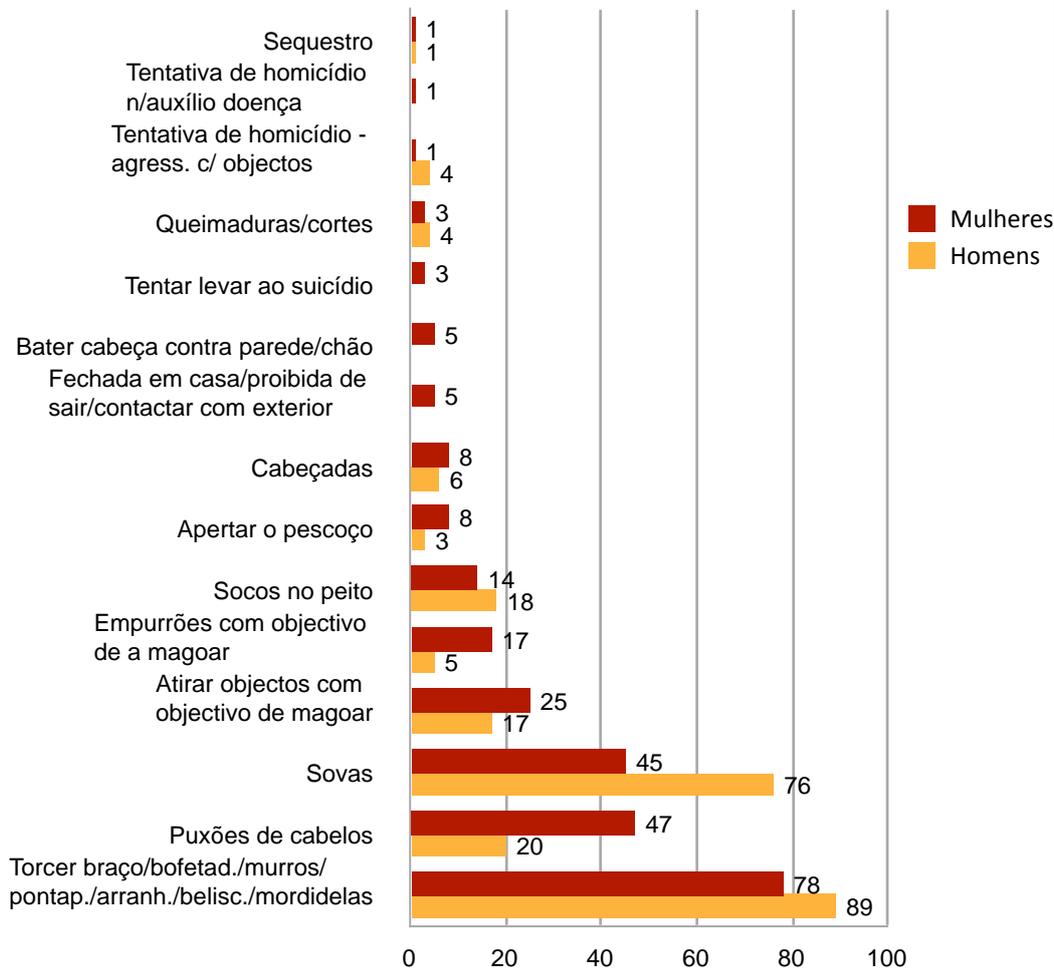
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

No que se refere aos actos de violência física no Continente, e continuando a comparar homens e mulheres, estes têm uma maior probabilidade de serem vítimas de “puxões de cabelo”, “atirar objectos com o objectivo de magoar”, “empurrões com o objectivo de magoar”, “apertar o pescoço” e “cabeçadas”.

É importante sinalizar que estes actos são normalmente aqueles que deixam menos marcas na vítima, ou onde é mais fácil escondê-las, correspondendo a estratégias de agressão no sentido de dificultar a prova, quando se apresenta queixa à polícia.

Gráfico 2.27 **Vitimação física de homens e mulheres, acto a acto – Continente (2007) (N)**



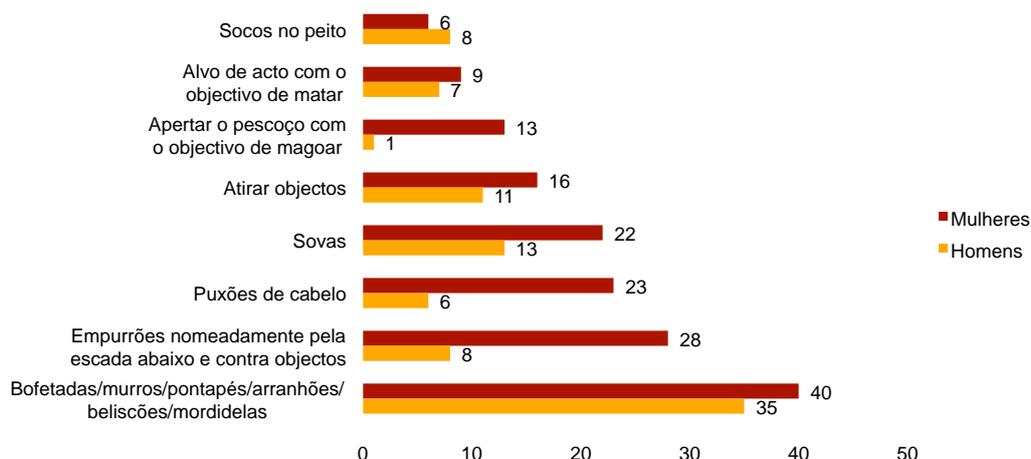
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

É importante sinalizar que os actos explicitamente referenciados pelos(as) inquiridos(as) como tentativas de homicídio são reduzidos. À semelhança do que tínhamos observado anteriormente, tal pode ficar a dever-se, quer porque realmente não têm uma grande frequência, quer porque, face ao melindre da questão, podem ocorrer mecanismos psicossociais de inibição na sua verbalização (Lourenço, Lisboa e Pais, 1997: 57).

No que se refere à violência física, nos Açores, a prevalência da vitimação dos homens é menor na grande maioria dos actos. Os homens só apresentam uma maior probabilidade de serem vítimas em relação aos “socos no peito”.

Gráfico 2.28 Vitimação física de homens e mulheres, acto a acto – Açores (2008) (N)

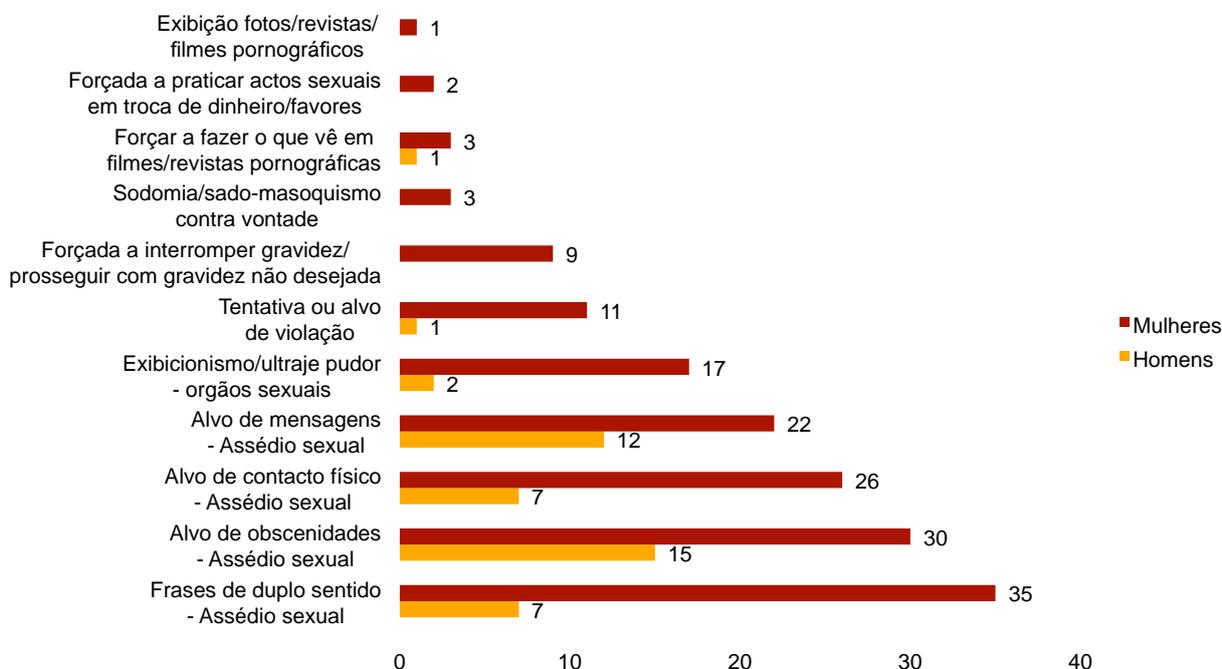


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

Finalmente, no que diz respeito à violência sexual, quer no Continente quer nos Açores, quando comparadas aos homens, em todos os actos, as mulheres têm uma maior probabilidade de serem vítimas.

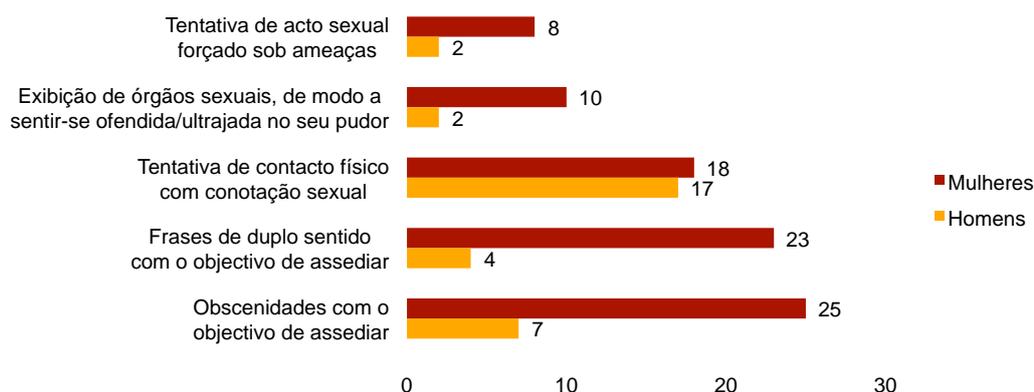
Gráfico 2.29 Vitimação sexual de homens e mulheres, acto a acto – Continente (2007) (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Gráfico 2.30 **Vitimação sexual de homens e mulheres, acto a acto – Açores (2008) (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

Refira-se, no entanto, que, nos Açores, os actos que assumem maior destaque são as “tentativas de contacto físico com conotação sexual” (chegando mesmo a assumir valores muito próximos para homens e mulheres), as “mensagens escritas/telefónicas para assediar” e “obscenidades para assediar”.

É ainda de salientar que, em relação à violência sexual contra os homens, há uma maior probabilidade de eles serem vítimas nos Açores (9,2% e 6%).

Actos criminalizáveis no Código Penal como Violência Doméstica (2007)

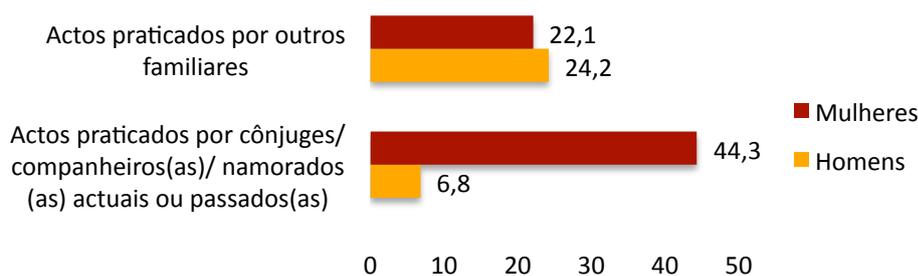
Considerando só os actos que são criminalizáveis pelo Código Penal (2007) como VD⁷, no Continente, verificamos que os homens vítimas no último ano ou em anos anteriores de pelo menos um dos actos que compõem os três tipos de violência assinalados, e que foram perpetrados por qualquer um dos autores considerados, registam uma percentagem de 6,8%. Este valor é significativamente inferior ao que se observa para as mulheres vítimas (44,3%); ou seja, cerca de 6 vezes superior ao observado para os homens.

Considerando só o último ano, a probabilidade das mulheres serem vítimas de VD é cerca de três vezes superior à dos homens (6,4% e 2,3%).

⁷ Para apurar os valores que se referem a estes actos, tivemos em conta o parentesco do autor (cônjuge/companheira(o)/namorada(o) passado(a) ou actual), somente em relação aos actos de violência física, psicologia e sexual, que foram perpetrados no último ano e/ou nos anteriores.

Já no que se refere a actos de VD infligidos por outros familiares, a percentagem é semelhante para homens e mulheres, mostrando-se ligeiramente superior nos homens (24,2% face a 22,1% nas mulheres). Neste caso, os autores são principalmente os pais/padrapos das vítimas e reportam-se a actos ocorridos em anos anteriores, particularmente durante a infância/adolescência.

Gráfico 2.31 Vitimação de homens e mulheres segundo actos criminalizáveis como VD, cometidos por cônjuges e outros familiares – Continente (2007)

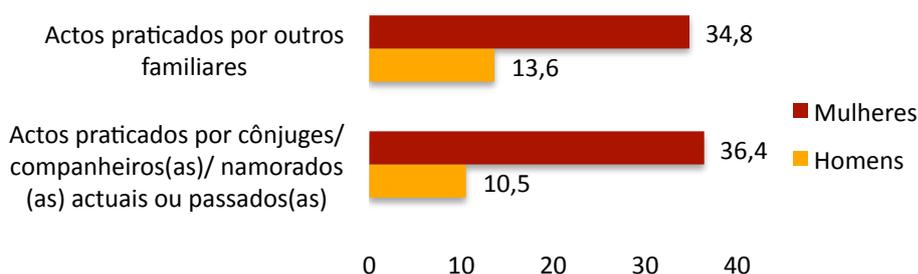


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Quanto aos dados da Região Autónoma dos Açores, para o último ano ou anos anteriores, verifica-se uma percentagem de homens vítimas de actos criminalizáveis como VD de 10,5%; valor bastante inferior ao verificado para as mulheres vítimas (36,4%).

Gráfico 2.32 Vitimação de homens e mulheres segundo actos criminalizáveis como VD, cometidos por cônjuges e outros familiares – Açores (2008)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/ Governo Regional dos Açores, 2008

Nos actos só perpetrados por “outros familiares”, também os homens dos Açores apresentam valores bem inferiores (13,6%) aos das mulheres (34,8%).

A autoria dos actos de violência: Continente (2007) - Açores (2008)

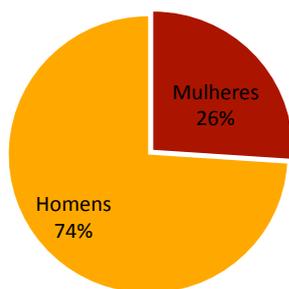
A análise comparativa da autoria dos actos de violência que é perpetrada contra mulheres e homens constitui um bom indicador da desigualdade de género.

Os autores da violência física, psicológica e sexual praticada contra os homens são sobretudo homens, quer no Continente (77,9%), quer nos Açores (61,2% em actos praticados no último ano e 64,8% em anos anteriores).

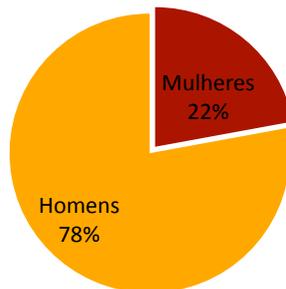
É particularmente significativo o facto do sexo dos autores ser igual nos homens e nas mulheres vítimas, o que configura claramente um fenómeno de desigualdade de género que afecta sobretudo estas. Aliás, no Continente, a percentagem de autores homens é maior nos “homens vítimas” do que nas “mulheres vítimas”.

Gráfico 2.33 Autores da violência física, psicológica e sexual contra homens e mulheres – Continente (2007) (%)

Autores da violência contra as mulheres



Autores da violência contra os homens



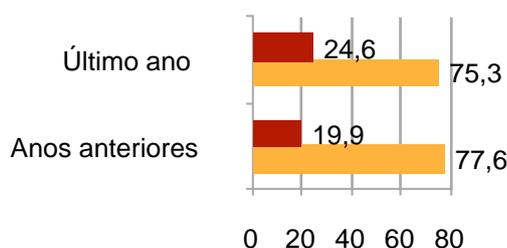
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

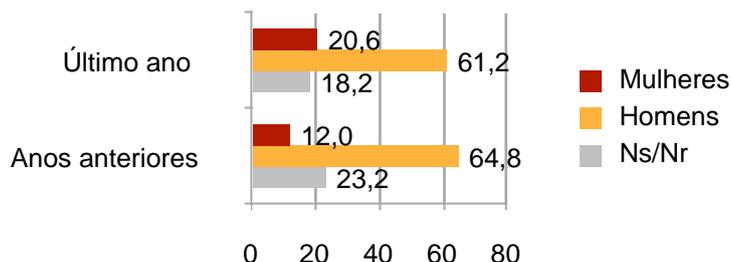
Relativamente à autoria da violência detectada nos Açores, os resultados são semelhantes aos do Continente: os autores da violência contra os homens e mulheres são maioritariamente homens, quer seja no último ano, quer nos anos anteriores.

Gráfico 2.34 Autores da violência física, psicológica e sexual contra homens e mulheres – Açores (2008) (%)

Autores da violência contra as mulheres



Autores da violência contra os homens



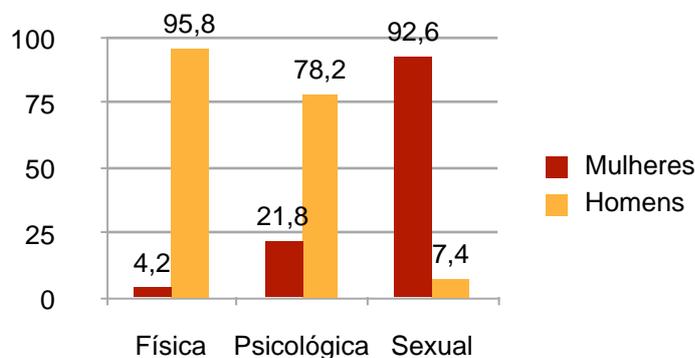
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/ Governo Regional dos Açores, 2008

Todavia, nos homens inquiridos nos Açores, e no caso dos homens, há uma percentagem considerável (18,2% no último anos e 23,2% nos anos anteriores) que diz não saber, ou não responde. Certamente um resultado a merecer estudo mais aprofundado no futuro.

Quando passamos à análise do sexo dos autores por tipos de violência, as diferenças mostram-se igualmente significativas. Ao nível do Continente, os actos de violência psicológica - que, normalmente, o senso comum e um certo discurso ideológico tende a atribuir às mulheres – são praticados maioritariamente por homens (78,2%); a violência física repete o mesmo cenário (95,8% é perpetrada por homens); e a violência sexual, apesar de ter uma prevalência muito baixa, o que dificulta os cálculos, é mais da autoria das mulheres.

Gráfico 2.35 **Autoria da vitimação de homens, por tipo de violência – Continente (2007) (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

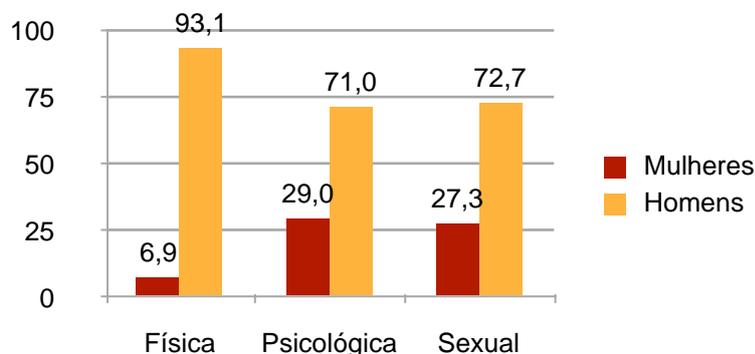
Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Refira-se, no entanto, que os actos que prevalecem na violência sexual contra os homens configuram situações de assédio, e, na nossa sociedade, aqueles são normalmente percebidos pelos homens como um reforço da sua masculinidade e não, propriamente, como uma agressão.

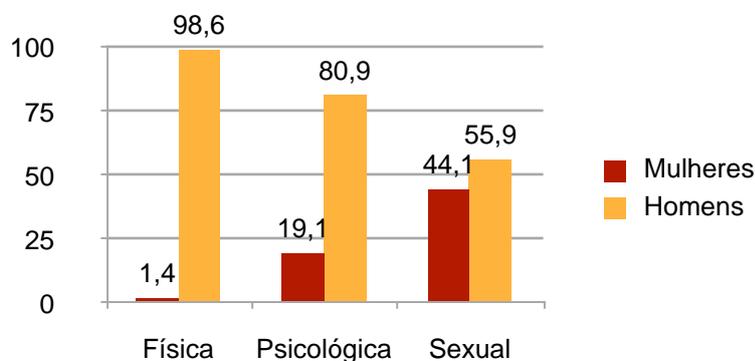
Quando se analisa a autoria dos actos perpetrados contra os homens nos Açores a estrutura dos resultados é semelhante ao Continente: na violência psicológica, os homens são os principais autores, com 66,5% no último ano e 67,8% nos anos anteriores; na violência física, a autoria destes é ainda mais significativa, com 85,7% no último ano e 93,1% em anos anteriores.

Gráfico 2.36 **Autoria da vitimação de homens, por tipo de violência – Açores (2008) (%)**

Último ano



Anos anteriores



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

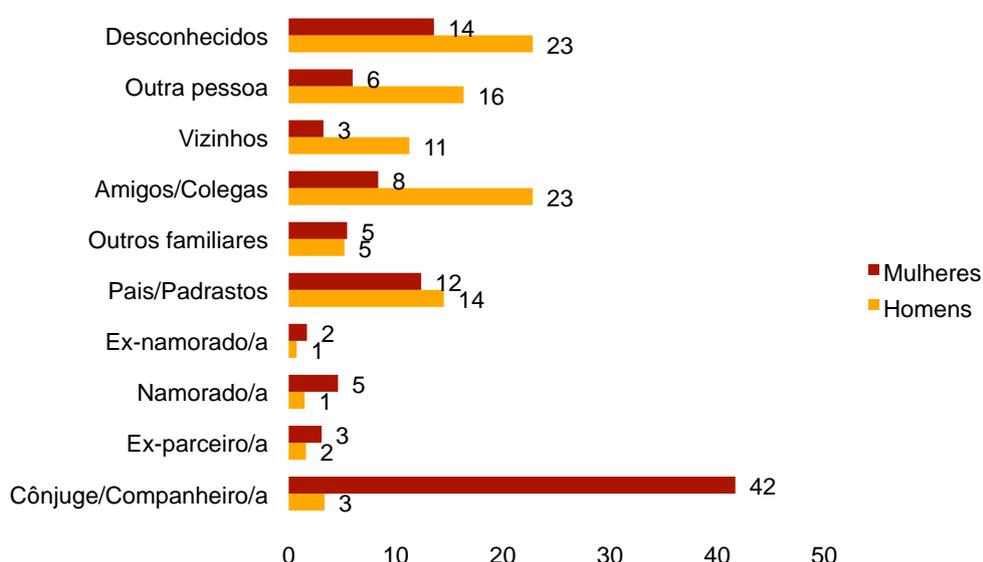
Contudo, no que respeita à autoria dos actos de violência sexual nos Açores, observa-se uma acentuação face ao Continente: os actos são perpetrados na sua totalidade por homens, no último ano (100%) e em 95% dos casos, em anos anteriores.

À semelhança do que se verifica em estudos internacionais, com abrangência nacional, como é o caso da Irlanda, os resultados obtidos para Portugal mostram, claramente, que a vitimação das mulheres tem uma configuração de desigualdade de género, enquanto a dos homens decorre, essencialmente, da vitimação geral que qualquer pessoa pode ser vítima.

Relação de parentesco entre autores e vítimas homens e mulheres

Quando se analisam os actos mais significativos na vitimação dos homens do Continente, e se comparam com os que ocorrem nas mulheres, verifica-se uma diferença significativa relativamente à relação de parentesco que existe entre vítimas e autores: nos homens vítimas, os autores dos actos são sobretudo desconhecidos, vizinhos, colegas e amigos, e raramente as pessoas com quem vivem, ou viveram, em situação de conjugalidade ou de namoro, como acontece com as mulheres vítimas.

Gráfico 2.37 Parentesco entre autores e vítimas na violência física, psicológica e sexual praticada contra homens e mulheres – Continente (2007) (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

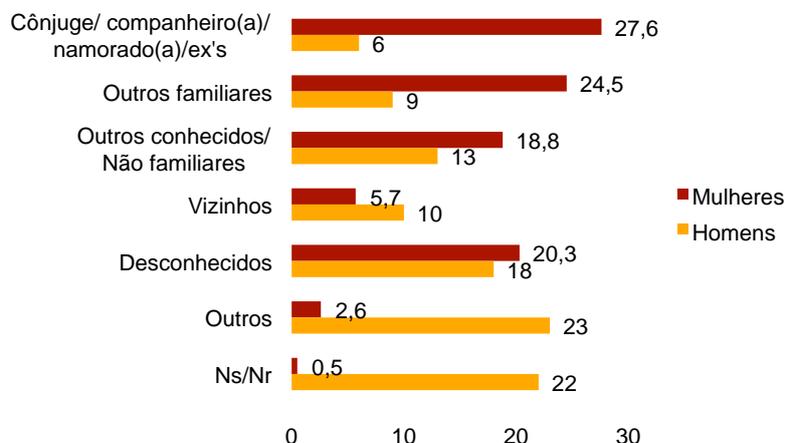
Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

De facto, as únicas situações em que os autores da violência contra os homens fazem parte do universo familiar dizem respeito a situações que envolvem “pressões no sentido de serem mais ambiciosos” e agressões físicas através de “sovas”. Nestes casos, tais autores são sobretudo os pais e referem-se a ocorrências passadas relativas ao processo de socialização. Esta situação verifica-se tanto no Continente como nos Açores.

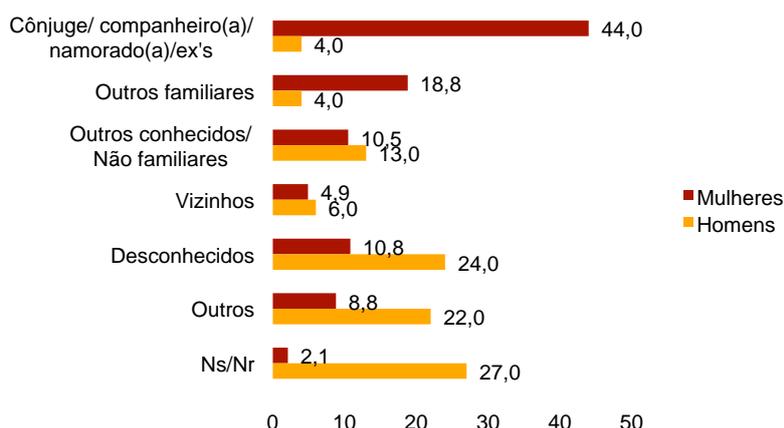
Se fizermos uma análise por tempos de ocorrência dos actos nos Açores, verificamos algumas diferenças: nas mulheres vítimas, o peso dos autores “outros familiares” é mais elevado que no Continente, tanto no último ano, como nos anos anteriores; nos homens, tal verifica-se só nos anos anteriores, reforçando assim o que já se disse para o Continente em relação à violência praticada ao longo do processo de socialização na infância e adolescência.

Gráfico 2.38 Parentesco entre autores e vítimas na violência física, psicológica e sexual praticada contra homens e mulheres – Açores (2008) (%)

Último ano



Anos anteriores



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito à Violência de Género na Região Autónoma dos Açores, SociNova/ CesNova – FCSH-UNL/Governo Regional dos Açores, 2008

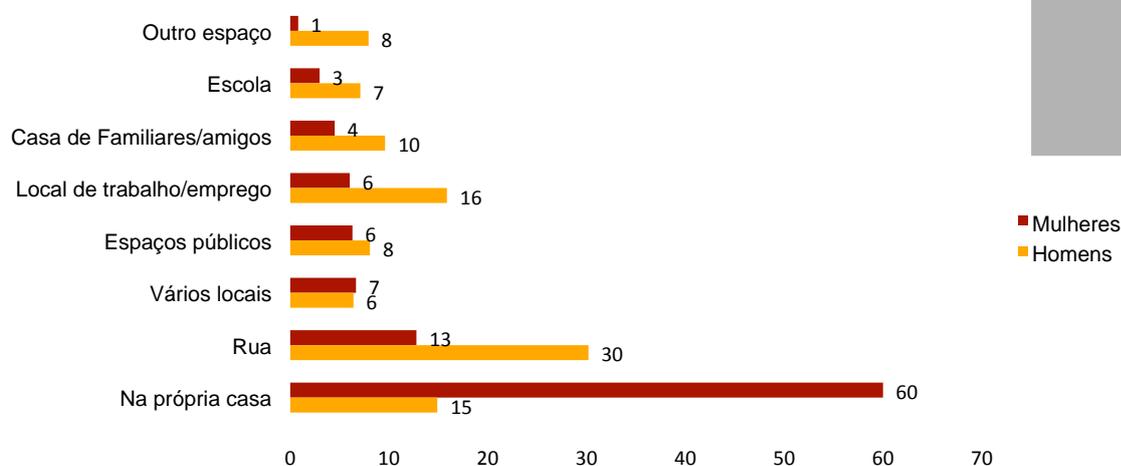
Como nota final, refira-se que, nos Açores, os actos de violência sexual em relação às mulheres são menos imputáveis ao marido/companheiro/namorado que a física e psicológica. Todavia, deverá ter-se em consideração o facto da violência sexual em situação de conjugalidade continuar a ser de difícil observação, uma vez que remete para mecanismos de assimilação dos papéis masculino e feminino, onde a vivência da sexualidade da mulher é condicionada por factores socioculturais profundamente enraizados ao longo do tempo nas atitudes, valores e condutas dos actores sociais. Este tipo de violência é ainda muito difícil de ser percebido como tal, pelas mulheres em situação de conjugalidade (Lisboa, 2009: 27).

Local da vitimação de homens e mulheres

Também no que se refere ao local mais frequente de ocorrência dos actos de que os homens dizem ser vítimas, há uma diferença significativa em relação às mulheres. Nos homens, os locais mais referidos são os “locais públicos”, a “rua” e o “local de trabalho”, e não a casa, como acontece com as mulheres.

As únicas excepções dizem respeito às “pressões no sentido de ser mais ambicioso” e às agressões físicas através de “sovas”, que ocorrem mais no espaço da casa-família, pelas razões já apontadas anteriormente.

Gráfico 2.39 Local da vitimação física, psicológica e sexual de homens e mulheres – Continente (2007)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

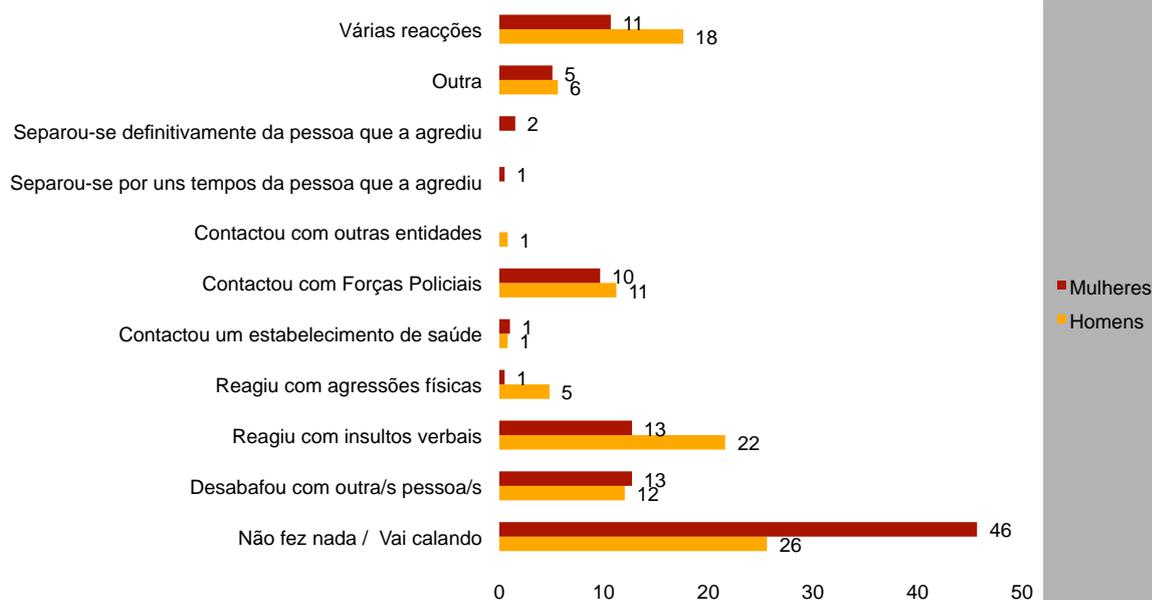
Nos Açores, os resultados são semelhantes: os homens são vítimas de violência quase sempre em “espaços públicos” (41,8% no último ano e 52,6% nos anos anteriores), no “local de trabalho” (com 19,6% no último ano e 15,5% nos anos anteriores), ao contrário do que acontece com as mulheres vítimas, que tendem a ser agredidas no espaço da casa.

Reacção das vítimas homens e mulheres

Comparando as reacções das vítimas face aos actos de violência física, psicológica e/ou sexual, ocorridos no último ano, verificamos que os homens tendem a reagir mais activamente do que as mulheres, combinando “várias reacções” (17,6% nos homens, face a 10,7% nas mulheres), fazendo “insultos verbais” (21,6% nos homens, face a 12,7% nas mulheres), contactam as forças policiais (11,2% nos homens, face a 9,6% nas mulheres) e outras entidades, como é o caso dos tribunais.

As mulheres, como já tínhamos sinalizado, tendem mais frequentemente “não fazer nada/ir calando” (45,7%) e a “desabafar com outras pessoas” (12,7%).

Gráfico 2.40 Reacção das vítimas de violência física, psicológica e sexual no último ano – Continente (2007)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito Nacional Violência de Género, SociNova/CesNova – FCSH-UNL/CIG, 2007

Outro dado importante é o facto de, na reacção aos actos ocorridos nos anos anteriores se notar uma diminuição significativa da percentagem de homens e mulheres vítimas que contactam as forças de segurança, na sequência de um acto de agressão, comparativamente ao ano anterior.

Nos Açores, as mulheres vítimas apresentam percentagens de “não reacção” (não fazer nada/ir calando) ainda mais elevadas do que as verificadas no Continente (56,2% para actos ocorridos no último ano e 47,7% para actos ocorridos nos anos anteriores). Por outro lado, os homens açorianos tendem a reagir mais com insultos verbais (22% para actos ocorridos no último ano, face a 13% nos anos anteriores).

Percepção das causas da violência nos homens e mulheres

As razões apontadas pelos homens para o facto de terem sido vítimas de violência são, em primeiro lugar, o “consumo de álcool” e os “mal-entendidos”. A “diferença de valores” e a “má formação moral” também surgem, mas com valores menos significativos. Os resultados são semelhantes na Região Autónoma dos Açores.

Pelo contrário, e como já tinha sido referido anteriormente, no caso das mulheres vítimas, é o “ciúme”, o “sentimento de posse” e a “mentalidade dos homens em relação às mulheres”, tanto no Continente como nos Açores.

2.2 Vitimação participada

Em seguida, far-se-á a caracterização da evolução das ocorrências de VD que têm sido participadas essencialmente à Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Guarda Nacional Republicana (GNR), com base nos dados da Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI), dos Relatórios de Segurança Interna, da Direcção Nacional da PSP e da Direcção-Geral da Política da Justiça (DGPJ).

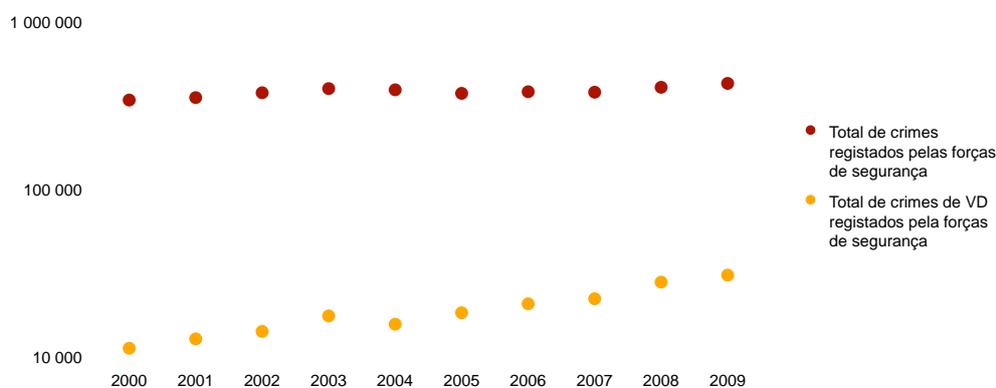
Completar-se-ão estes “dados administrativos”, com informação recolhida junto da APAV e da UMAR. Esperamos que, no futuro, seja possível acrescentar a este tipo de dados outros mais específicos, recolhidos em fontes relativas às áreas da Justiça, Saúde, Educação e do trabalho.

Valerá a pena reforçar o que foi dito inicialmente, quanto à abrangência dos “dados administrativos”: eles referem-se aos actos que chegaram às instituições, ou são sinalizados por elas no seu interior e, pelos inquéritos de vitimação, sabemos que representam uma percentagem reduzida dos actos detectados através daqueles instrumentos de recolha de dados. Assim, não é correcto fazer qualquer extrapolação quanto à prevalência do fenómeno, seja de VD, seja de violência contra as mulheres. Os critérios utilizados para classificar os vários tipos de actos, nomeadamente de VD, é da responsabilidade das entidades que os disponibilizam. Assim, e tendo por referência as recomendações do Conselho da Europa, sobre os cuidados metodológicos a ter com os *administrative data*, a análise que se segue, no presente relatório, é efectuada a partir de informação recolhida e disponibilizada por aquelas entidades.

Participações à PSP e GNR

De 2000 a 2009, as participações de VD à PSP e GNR aumentaram mais do que, no seu conjunto, o total de crimes registados por aquelas forças de segurança. De facto, enquanto estes cresceram em média 2,7%/ano, a VD aumentou 12,3%/ano. Os crescimentos mais significativos da VD verificaram-se em 2002-2003 (23,9%) e 2007-2008 (25,7%). Todavia, se analisarmos os anos seguintes e anterior a cada um dos períodos, verificamos que há aí variações significativas, influenciando aqueles resultados⁸.

Gráfico 2.41 **Evolução das participações às forças de segurança (PSP e GNR) 2000-2009 (log)**

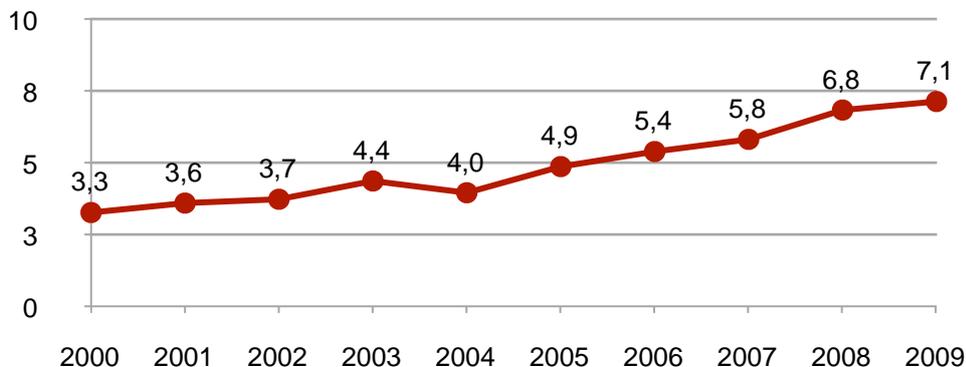


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: DGPJ, a partir dos dados fornecidos pelas forças de segurança (PSP e GNR)

Excepto um ligeiro declínio em 2003-2004, o crescimento da VD no período considerado é consistente, quer em relação com o total dos crimes participados às forças de segurança, quer face só aos crimes contra as pessoas.

Gráfico 2.42 **Evolução das participações de VD, face ao número total de crimes registados pelas forças de segurança (PSP e GNR) 2000-2009 (%)**

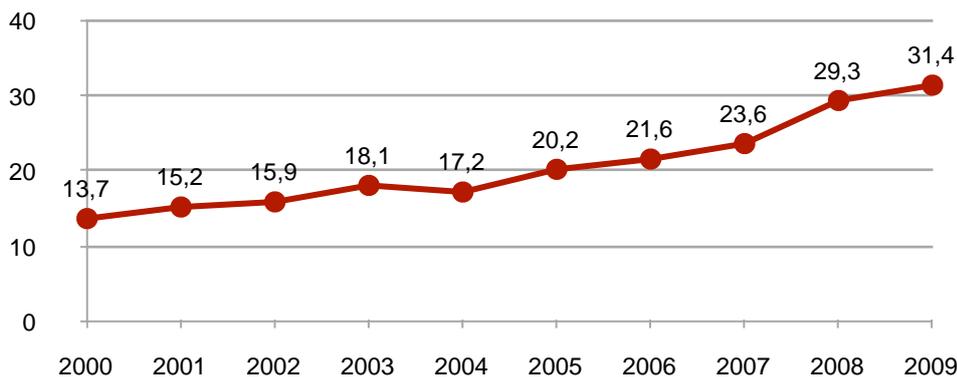


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: DGPJ, a partir dos dados fornecidos pelas forças de segurança (PSP e GNR)

⁸ Em termos da crítica científica das fontes, valeria a pena verificar se tais diferenças não se ficaram a dever a factores administrativos decorrentes das datas de registo dos processos.

Gráfico 2.43 Evolução das participações de VD, face ao número total de crimes contra as pessoas registados pelas forças de segurança (PSP e GNR) 2000-2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: DGPJ, a partir dos dados fornecidos pelas forças de segurança (PSP e GNR)

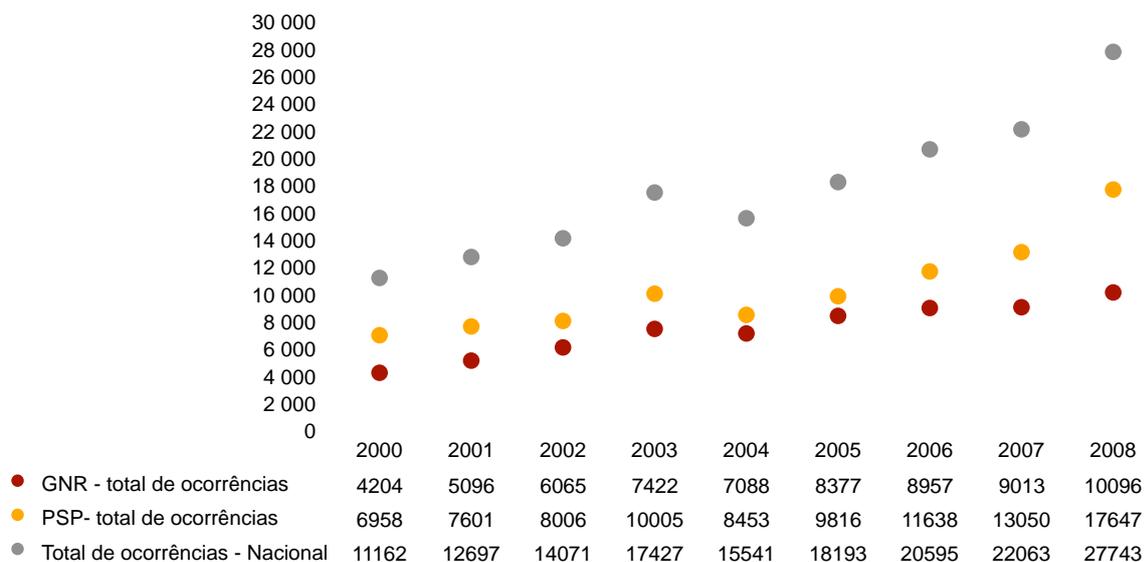
Analisando agora os dados da evolução das participações de VD registadas pelas forças de segurança (PSP e GNR) – informação desagregada por Polícia, disponível de 2000 a 2008 –, verifica-se um aumento constante, tanto em valores absolutos, como em percentagem relativamente ao total de participações efectuadas àquelas forças de segurança.

O aumento das participações é particularmente visível a partir de 2004, sobretudo para a PSP.

Convém lembrar que só em 2000 a VD passou a “crime público” e que, no que se refere às forças de segurança, a rede nacional de atendimento de VD, com instalações e recursos humanos próprios, começou primeiro na PSP.

De facto, estes resultados devem também ser lidos como um sinal da melhoria das condições de atendimento das vítimas pelas forças de segurança.

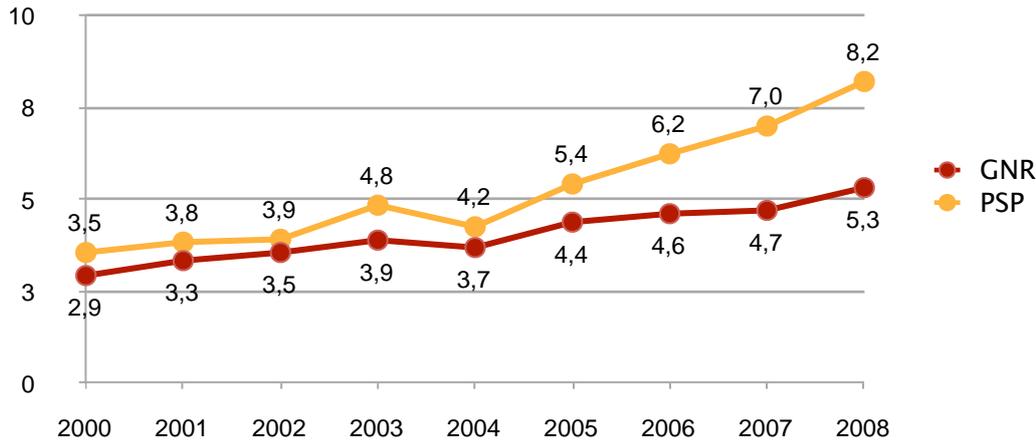
Gráfico 2.44 Evolução do número de ocorrências de VD registadas pelas forças de segurança, de 2000 a 2008 (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: DGPJ, a partir dos dados fornecidos pelas forças de segurança (PSP e GNR)

Gráfico 2.45 **Evolução percentual do volume de ocorrências de VD reportadas face ao número total de crimes registados, por força de segurança, de 2000 a 2008 (%)**



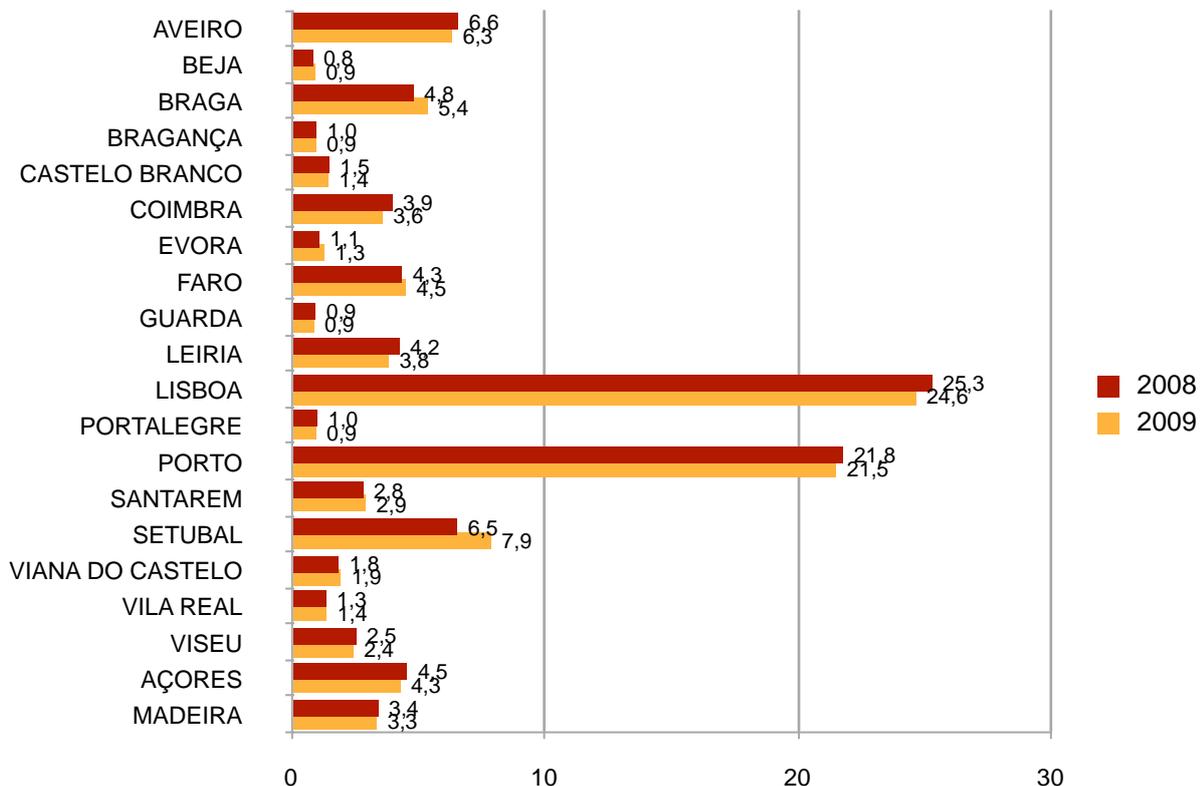
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: DGPJ, a partir dos dados fornecidos pelas forças de segurança (PSP e GNR)

Territorialização das participações à PSP e GNR

Ainda que duas observações (2008 e 2009) sejam insuficientes para se obterem resultados consistentes sobre a evolução da criminalidade participada, o gráfico seguinte, sobre a VD registada pela PSP e GNR por distrito, revela que, entre 2008 e 2009, as alterações são pouco significativas, excepto no distrito de Setúbal (com um aumento mais elevado).

Gráfico 2.46 **Total de participações de VD registadas pelas forças de segurança (PSP e GNR), por Distrito/Região Autónoma - 2008-2009 (%)**

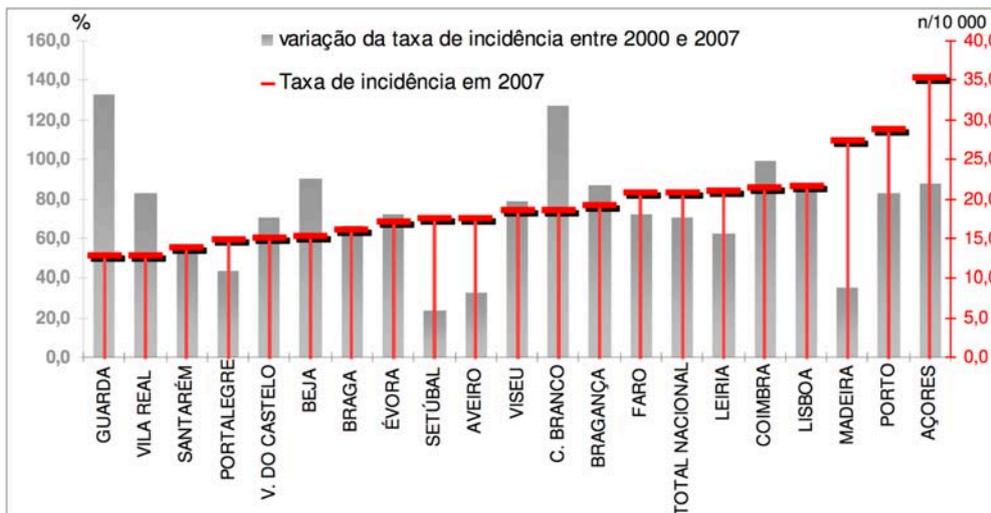


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: DGPJ, a partir dos dados fornecidos pelas forças de segurança (PSP e GNR)

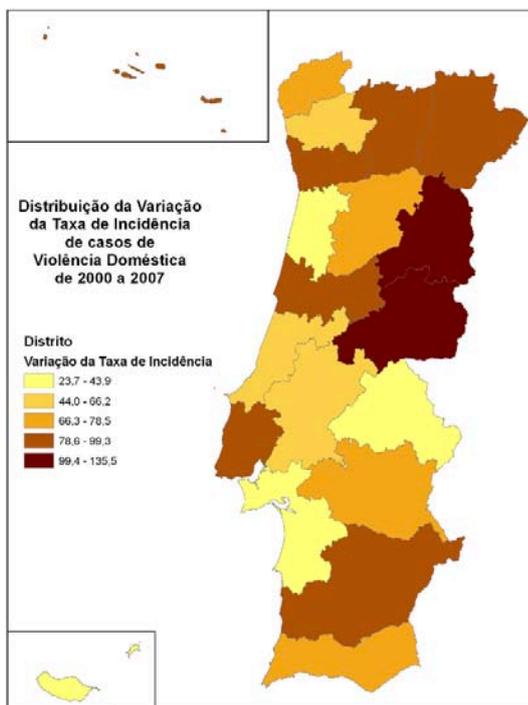
Procurando agora analisar a incidência do fenómeno por 10.000 habitantes, verifica-se, igualmente, que a participação da VD às forças de segurança não é homogênea a nível nacional. Esta diferença, por distrito e Regiões Autónomas, pode estar associada à evolução do alargamento da rede nacional de atendimento nas esquadras da PSP e postos da GNR. De facto, em 2007, a incidência por 10.000 habitantes varia entre o máximo nos Açores (35) e o mínimo na Guarda (15), que, conjuntamente com Castelo Branco, desde 2000 têm a maior variação daquela taxa. No Continente, em 2007, a incidência mais elevada das participações situa-se no distrito do Porto, seguido de vários distritos do Litoral.

Gráfico 2.47 Taxa de incidência da VD em 2007, por distritos e Regiões Autónomas e variação da taxa de incidência entre 2000 e 2007



Fonte: DGAI

Gráfico 2.48 Variação da incidência da VD em Portugal entre 2000 e 2007, por distritos e Regiões Autónomas (%)

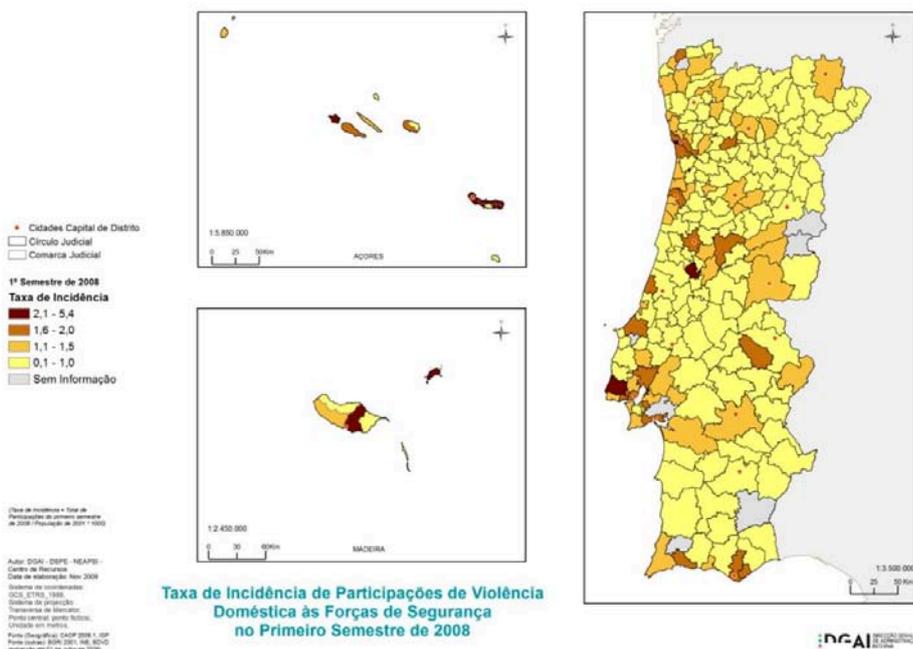


Fonte: DGAI

Desagregando mais a análise ao nível da comarca judicial, para os primeiros semestres de 2008 e 2009, nota-se que, salvo poucas exceções, as maiores incidências das participações (agora, por mil habitantes) se situam mais no Litoral Norte, Algarve e algumas ilhas, como é particularmente visível em 2009.

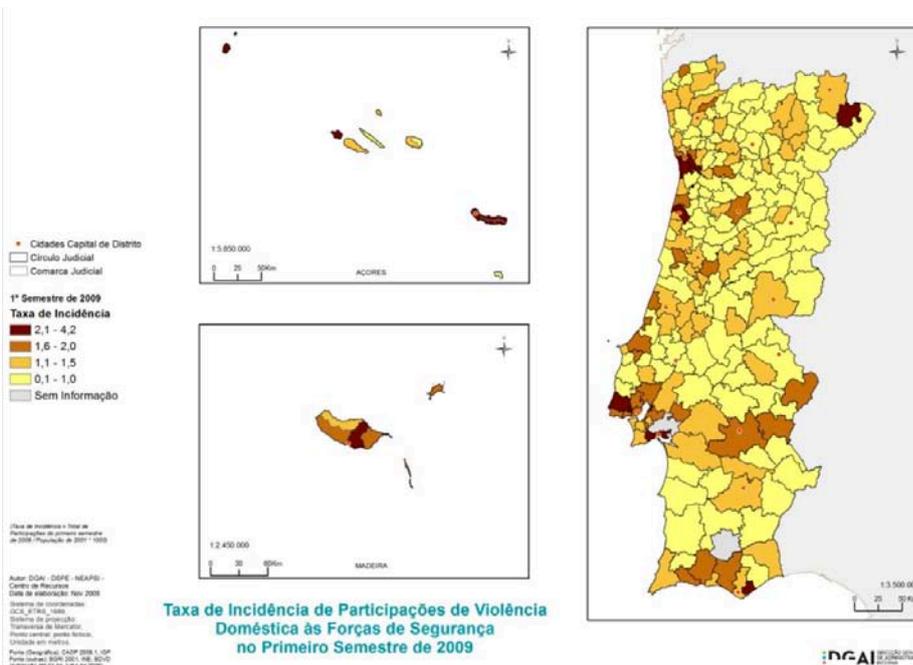
Refira-se, no entanto, que, do ponto de vista da crítica das fontes, as observações semestrais de um ou dois anos são particularmente sensíveis a variações administrativas, devendo as conclusões a retirar destes dados ser relativizadas.

Gráfico 2.49 Taxa de incidência de ocorrências participadas às forças de segurança no 1º semestre de 2008, por comarca judicial (por mil habitantes)



Fonte: DGAJ

Gráfico 2.50 Taxa de incidência de ocorrências participadas às FS no 1º semestre de 2009, por comarca judicial (por mil habitantes)



Fonte: DGAJ

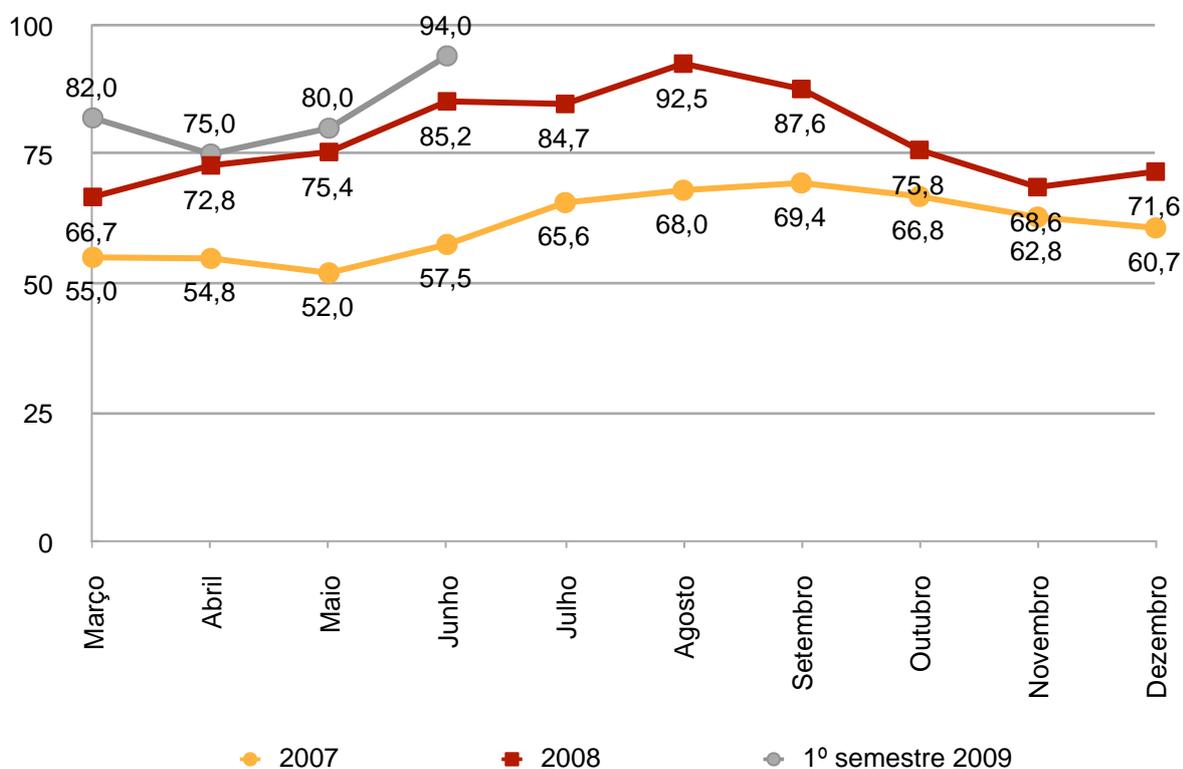
Regularidades nas participações à PSP e GNR no quotidiano

Tomando os valores calculados pela DGAI, em relação às médias de participações de VD à PSP e GNR segundo o mês, e fazendo a análise comparativa em 2007, 2008 e 1º semestre de 2009, verifica-se que são os meses de Verão que têm os valores mais elevados.

Tendo em consideração o conhecimento sociológico já adquirido neste domínio, nomeadamente o resultante dos inquéritos nacionais sobre a violência contra as mulheres, é de admitir a hipótese que os valores e papéis sociais inerentes às desigualdades de género podem estar subjacentes a uma parte significativa dos actos participados no Verão, bem como o facto de nesse período, normalmente correspondente às “férias grandes”, no contexto da conjugalidade, haver maior probabilidade de interacção entre as vítimas e os potenciais agressores.

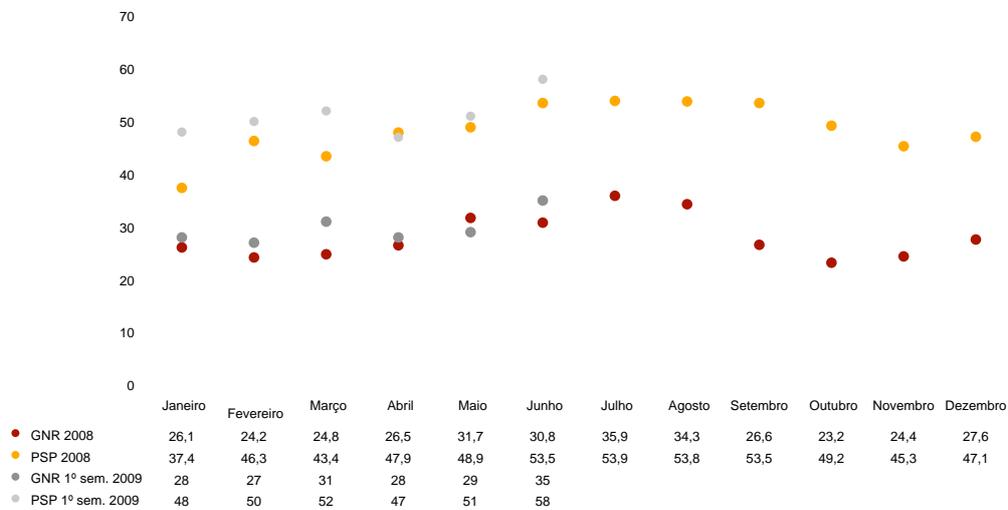
Esta regularidade verifica-se tanto em relação à PSP como à GNR, notando-se, no entanto, que naquela força de segurança o período de maior participação alargar-se aos meses de Junho a Setembro, enquanto na GNR está mais circunscrito a Julho e em menor grau a Agosto.

Gráfico 2.51 Média de ocorrências de VD participadas diariamente às forças de segurança segundo o mês - 2007-2008 e 1º semestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

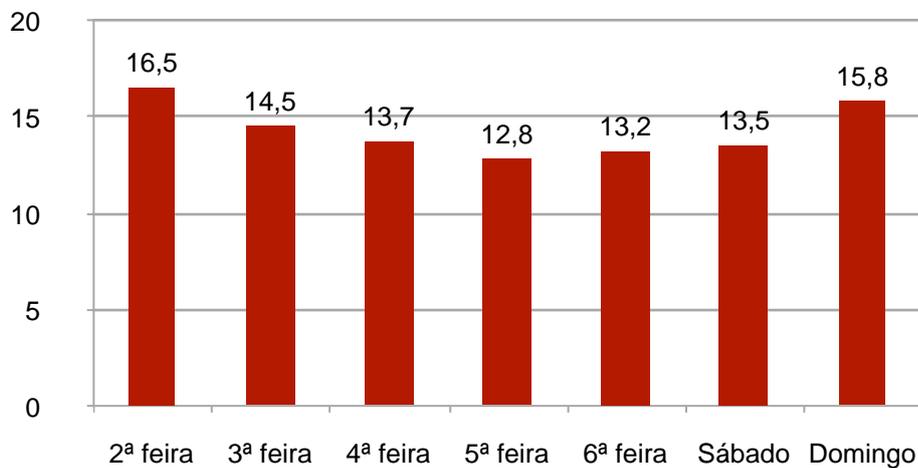
Gráfico 2.52 Média de ocorrências de VD participadas diariamente segundo o mês, por força de segurança - 2007-2008 e 1º semestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAJ

No que se refere aos dias de semana, nota-se uma regularidade no sentido de haver mais participações no fim-de-semana e na segunda-feira.

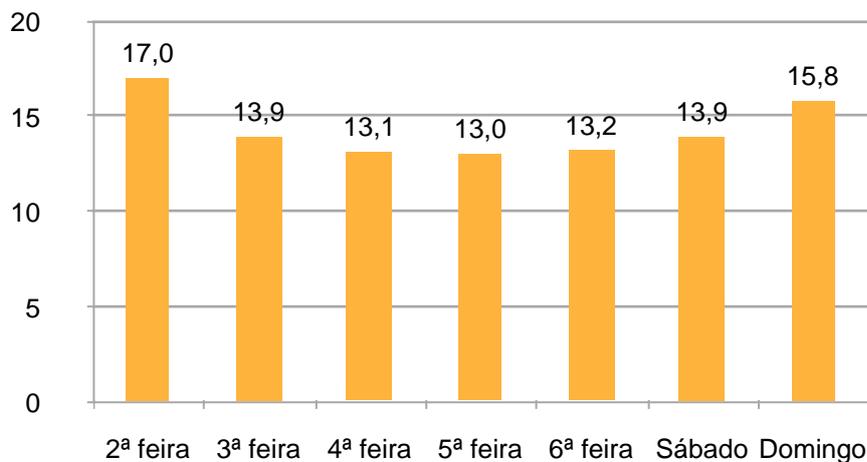
Gráfico 2.53 Participação da VD às forças de segurança segundo o dia da semana - 2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAJ

Refira-se, no entanto, que uma desagregação dos dados de origem ao nível do dia e do mês, ou mesmo da semana, permitiriam a construção de séries temporais que facilitaríamos uma análise mais fina, no sentido de detectar se tais regularidades correspondem a fenómenos sazonais e cíclicos.

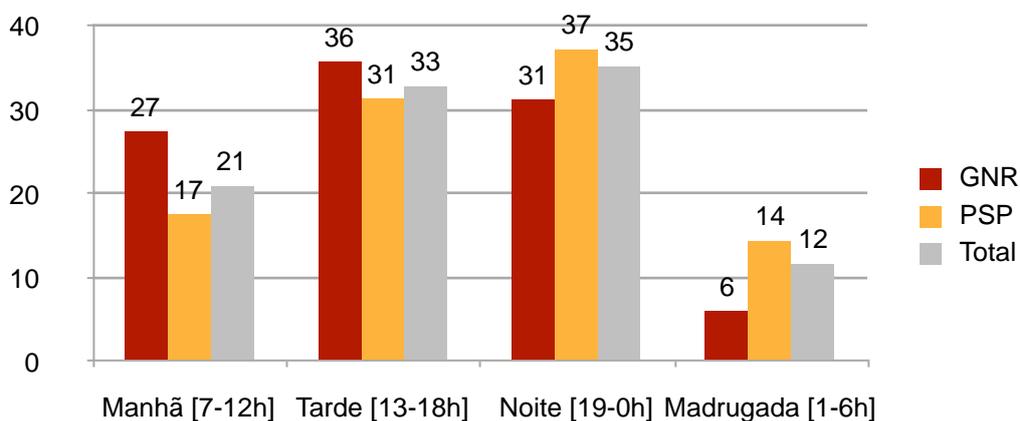
Gráfico 2.54 Participação da VD às forças de segurança segundo o dia da semana – 1º semestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAJ

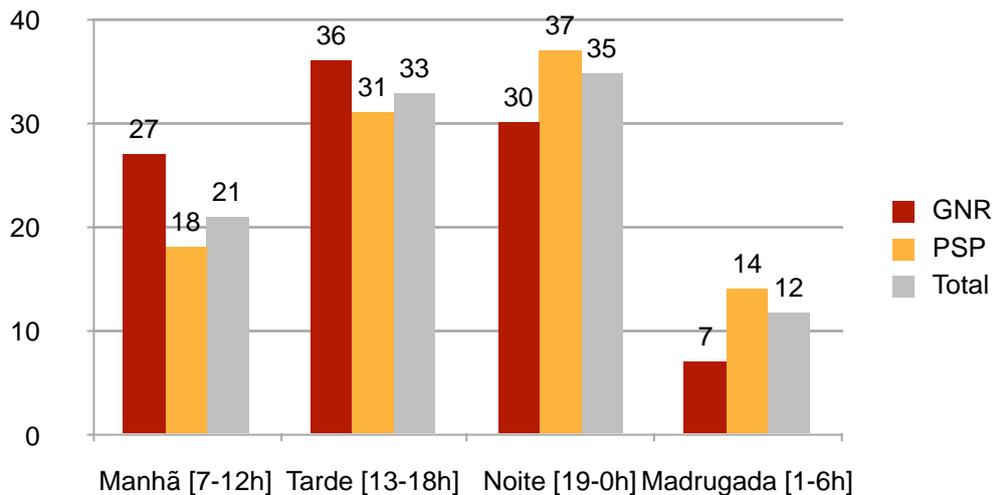
Comparando os resultados de 2008 com os do 1º semestre de 2009, verifica-se que as participações ocorrem sobretudo à tarde e à noite; resultado que deve merecer a atenção das forças de segurança, no sentido de reforçar as condições de atendimento das vítimas naqueles períodos, particularmente nas situações de risco de vida para as vítimas.

Gráfico 2.55 Hora de participação da VD, em termos globais e segundo as forças de segurança - 2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAJ

Gráfico 2.56 Hora de participação da VD, em termos globais e segundo as forças de segurança – 1º semestre de 2009 (%)

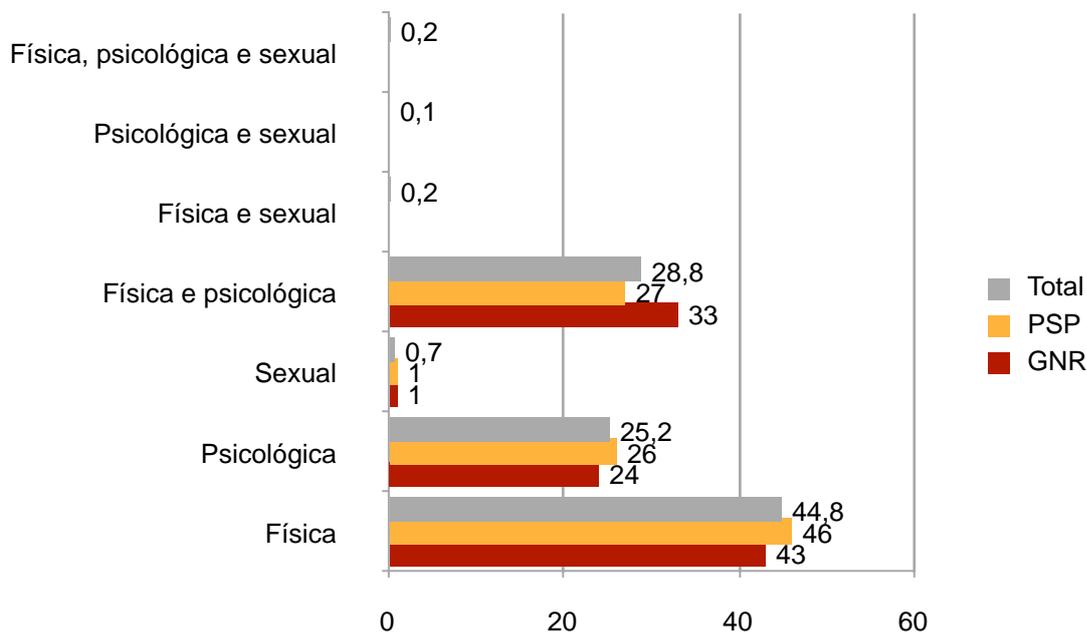


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAJ

Tipos de violência participada à PSP e GNR

Os dados do 1º semestre de 2009 revelam que os actos de violência física são os mais participados às forças de segurança, logo seguidos dos referentes à combinação entre esta e a psicológica; revelando que mesmo em relação à VD participada, por vezes, é difícil separar os dois tipos de violência, como já se tinha concluído nos inquéritos à população. Assim, pela sua natureza mais oculta e face aos resultados dos inquéritos, as forças de segurança deverão dar uma atenção particular na construção de indicadores que facilitem a detecção da violência psicológica; o mesmo se devendo fazer em relação a violência sexual.

Gráfico 2.57 Tipos de violência - casos participados no 1º semestre de 2009 (%)



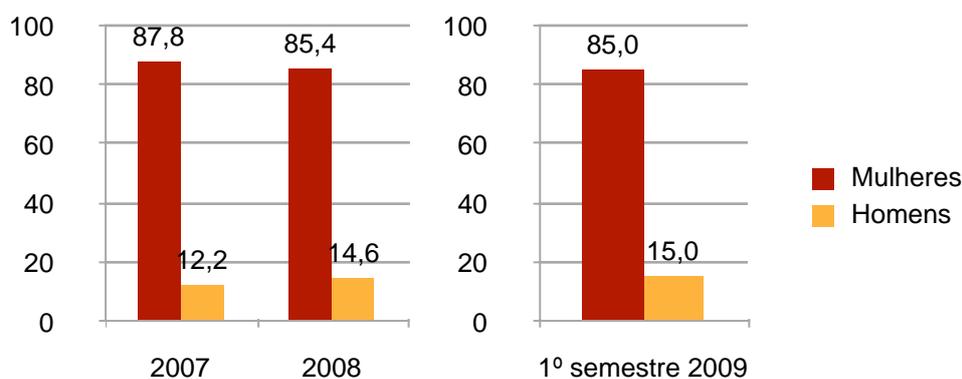
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAJ

Características socioculturais das vítimas de VD participada à PSP e GNR

À semelhança do que se tem verificado nos inquéritos nacionais e regionais sobre a violência contra as mulheres, desde 1995, também as vítimas da VD participada às forças de segurança são sobretudo as mulheres casadas, adultas, com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos (particularmente na faixa etária dos 25-44). Refira-se, no entanto, o peso das vítimas jovens, com menos de 24 anos, que se situa próximo dos 15%.

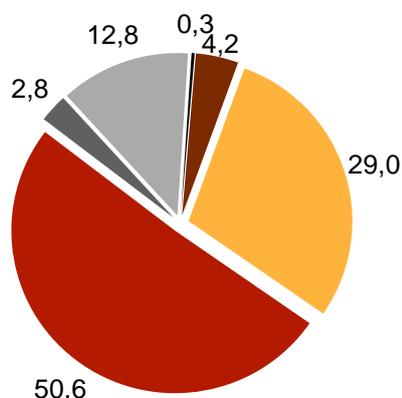
Esta violência ocorre essencialmente no contexto da conjugalidade, seja presente ou passada; contudo, e ainda que com valores que no máximo se situam próximo dos 10%, são também participados actos de VD de pais em relação aos filhos e vice-versa.

Gráfico 2.58 **Sexo da vítima - 2007-2008 e 1º semestre de 2009 (%)**



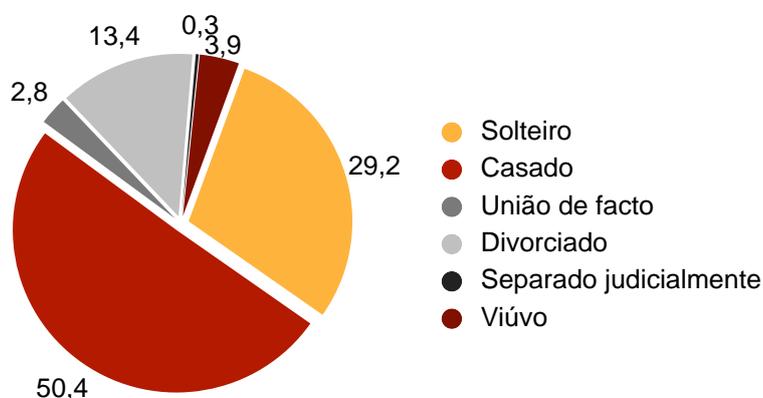
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Gráfico 2.59 **Estado civil da vítima - 2008 (%)**



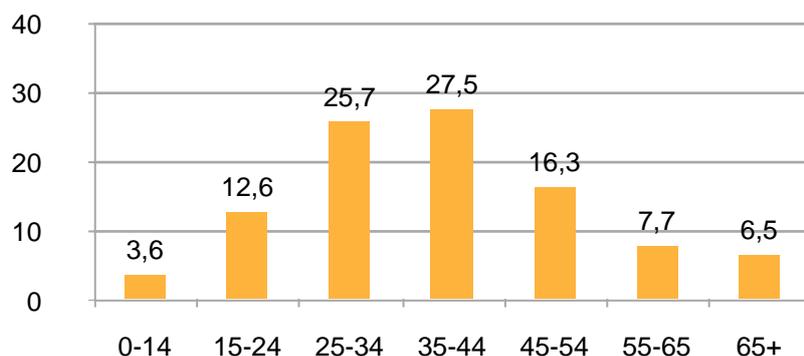
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Gráfico 2.60 **Estado civil da vítima - 1º semestre de 2009 (%)**



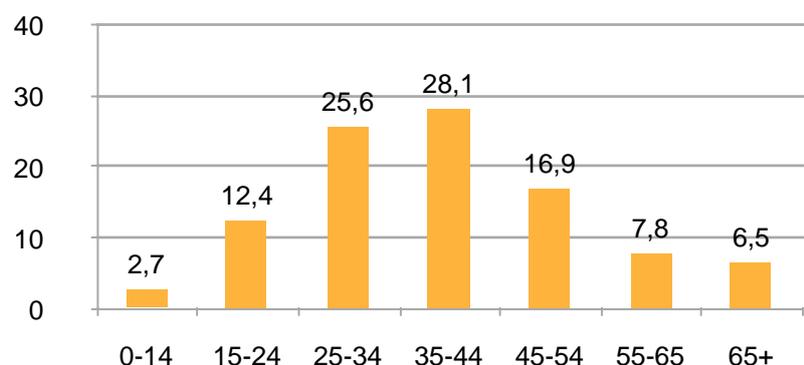
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Gráfico 2.61 Escalão etário da vítima - 2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Gráfico 2.62 Escalão etário da vítima - 1º semestre de 2009 (%)



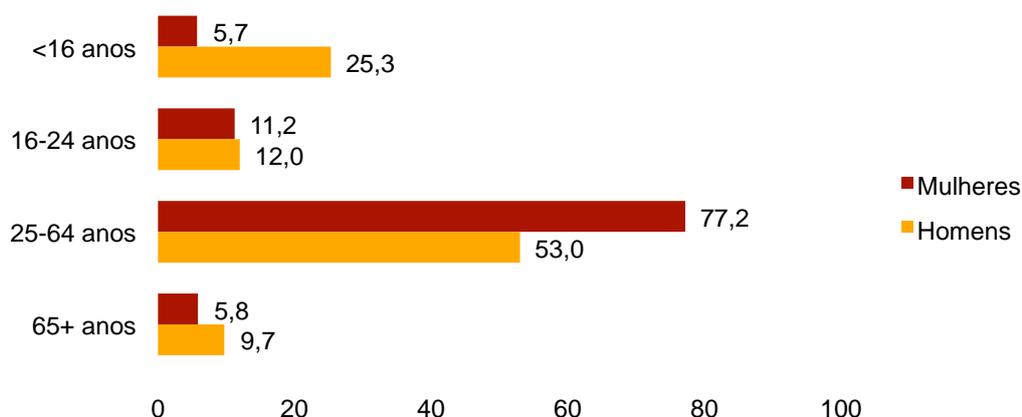
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Ao facilitar o cruzamento da idade, sexo desagregados territorialmente pelos comandos regionais, os dados disponibilizados pela PSP para 2008 e 2009, permitem uma análise mais fina em relação às características das vítimas da VD participada àquela força de segurança. No entanto, seriam necessárias séries mais longas para se poder avaliar melhor a permanência, ou não, de factores estruturais a corrigir em cada região.

Recorrendo só aos dados das participações à PSP, para 2008 e 2009, verifica-se que apesar de globalmente, a nível nacional, haver uma maior probabilidade das vítimas com participação serem mulheres, tal não ocorre em todos os escalões etários. Em 2009, entre os homens, a probabilidade de encontrar vítimas com menos de 16 anos quadruplica a que encontramos nas raparigas para o mesmo escalão. O mesmo se passa em relação ao escalão +65 anos onde tal probabilidade duplica. É ainda de referir que os valores calculados para 2009, são semelhantes aos de 2008.

Todavia, dos resultados anteriores não se pode inferir que os homens com 65 ou mais anos tenham uma maior probabilidade de serem vítimas de VD, uma vez que nos falta a população de controlo das não vítimas, como acontece nos inquéritos de vitimação de âmbito mais alargado e representativos da população. Aliás, no inquérito efectuado em 2008, estatisticamente representativo da população com 18 ou mais anos residente na Região Autónoma dos Açores, quando se compararam os homens e as mulheres com 65 ou mais anos, verificou-se que as mulheres tinham uma maior probabilidade estatisticamente significativa de serem vítimas.

Gráfico 2.63 Vítimas de VD participada à PSP (2009) segundo o sexo e o escalão etário (%)



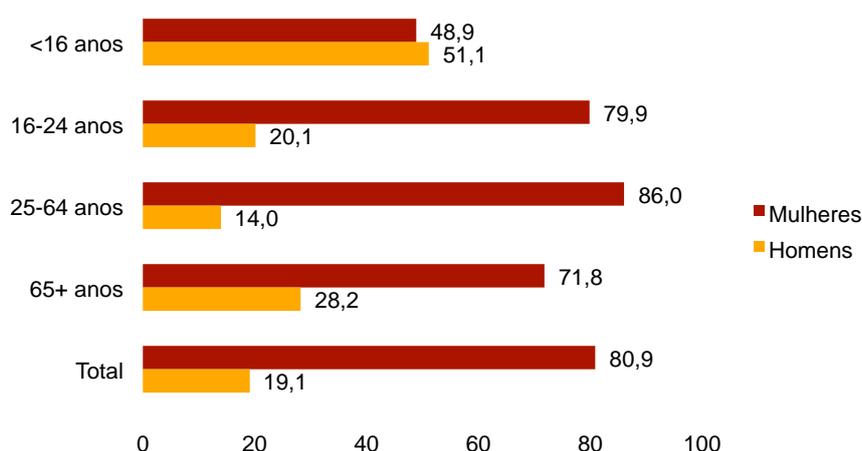
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: PSP

Efectuando uma análise mais fina por escalão etário, verifica-se que, no de menores de 16 anos, a probabilidade de encontrar homens (51,1%) é claramente superior ao valor global sinalizado pela PSP (19,1%).

No escalão +65 anos, apesar da percentagem de homens vítimas ser superior ao valor total, a probabilidade de encontrar mulheres é claramente superior (28,2% e 71,8%).

Estes resultados vão no sentido das conclusões já feitas no inquérito *Violência de Género*, onde uma parte da violência contra os homens decorria essencialmente do processo de socialização da infância e adolescência.

Gráfico 2.64 Vítimas de VD participada à PSP (2009) por escalão etário nos homens e mulheres (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: PSP

Vejamos agora as mesmas participações regionalizadas, segundo o sexo e idade das vítimas. Começando pela diferença de sexo das vítimas, verifica-se que, em 2008 e 2009, apesar de em todos os comandos distritais prevalecerem as participações das mulheres, tal se faz de uma forma diferenciada. O mesmo se passa em relação aos escalões etários, onde naturalmente prevalece o dos 25-64 anos.

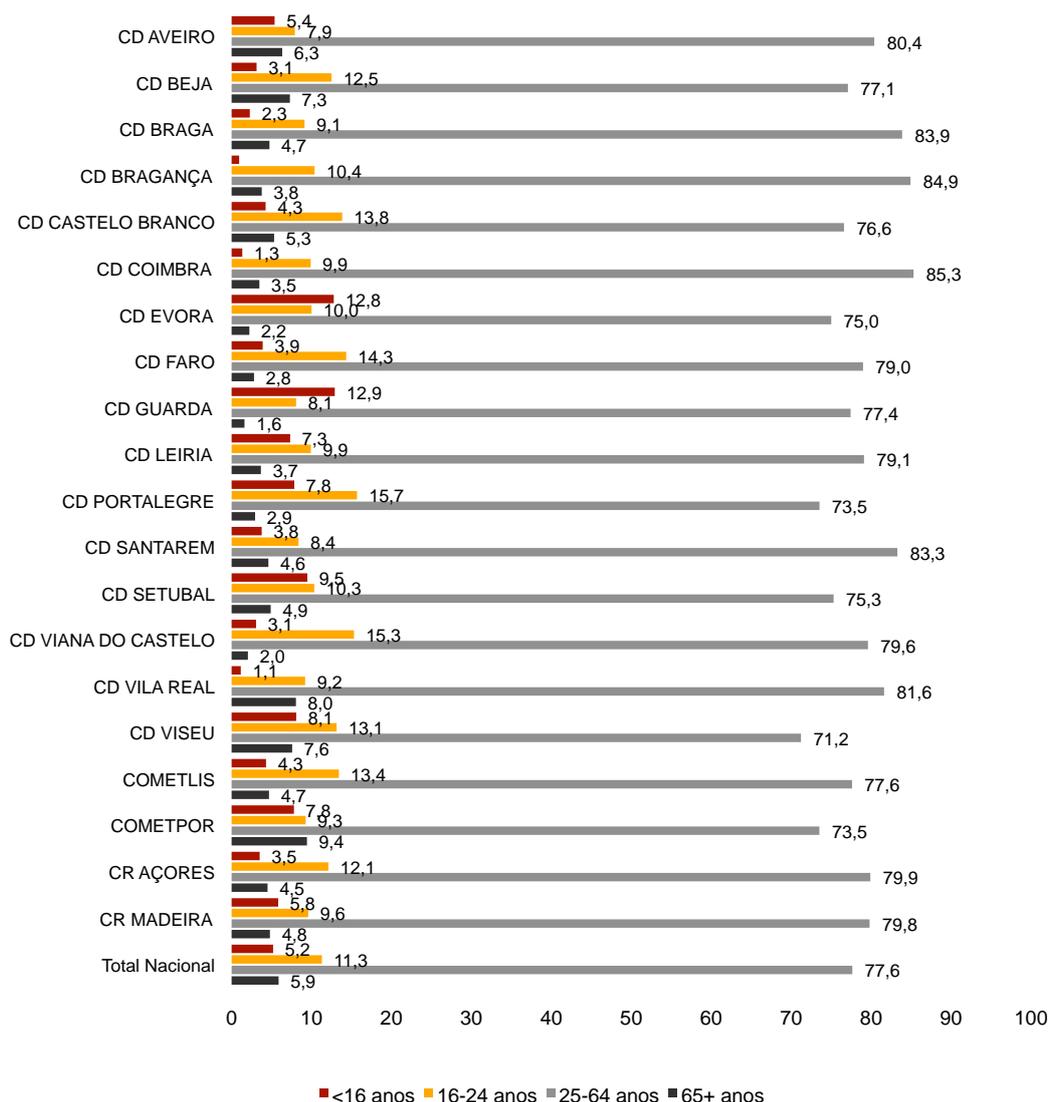
Assim, face às diferenças registadas naquelas variáveis, entre os valores nacionais e os dos diferentes comandos distritais, optou-se por regionalizar a informação em função dos grupos etários e do sexo das vítimas.

No que se refere às jovens e crianças meninas com menos de 16 anos, em 2009, os comandos regionais com uma percentagem superior aos valores nacionais para o mesmo escalão etário são os seguintes: Viseu, Guarda, Setúbal, Évora e, numa escala menor, Portalegre, Leiria e o Comando Metropolitano do Porto.

No mesmo ano, e quanto às mulheres com 65 e mais anos, pela mesma razão, destacam-se os comandos de Vila Real, Comando Metropolitano do Porto, Beja, Viseu e Aveiro; todavia, e à semelhança do que já ocorria em 2008, as diferenças não são tão significativas como nos mais jovens.

Relativamente à participação das mulheres vítimas do escalão etário 25-64 anos, em 2009, deve referir-se como mais significativos os pesos das participações à PSP em Coimbra, Bragança, Braga, Santarém e Vila Real. No escalão etário 16-24 anos, destacam-se com valores mais elevados, as participações em Viana do Castelo, Portalegre, Faro, Castelo Branco, Comando Metropolitano de Lisboa e Viseu.

Gráfico 2.65 Participação à PSP em 2009 de VD contra as mulheres, por escalão etário e segundo o comando distrital (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: PSP

Já no que se refere aos rapazes e crianças meninos com menos de 16 anos, em 2009, os comandos regionais com uma percentagem superior aos valores nacionais para o mesmo escalão etário são: Aveiro, Évora, Portalegre, Setúbal, Viseu, Área Metropolitana do Porto e Madeira.

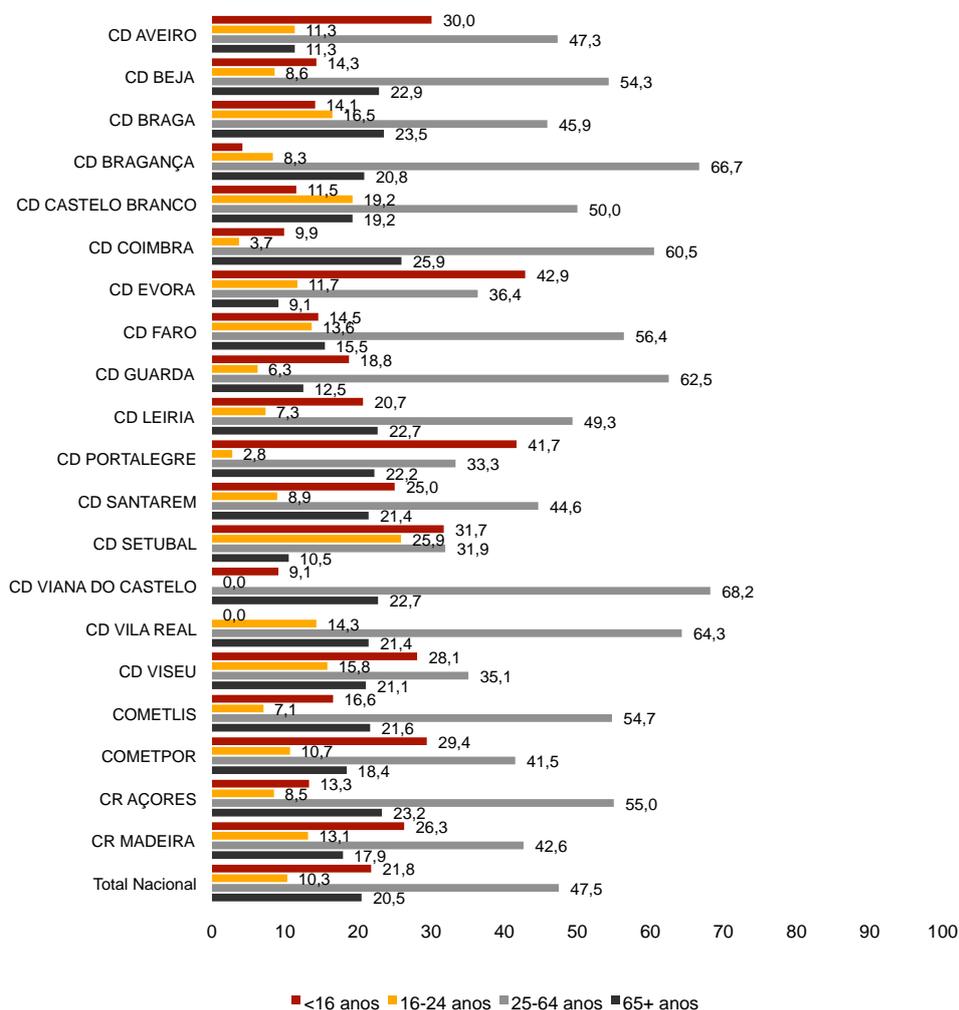
Também para os homens com participação de VD à PSP, em 2009, e com 65 e mais anos, destacam-se com percentagens superiores aos totais nacionais, os comandos de Coimbra Braga, Beja, Leiria, Viana do castelo e Açores. Neste caso, e à semelhança do que já ocorria em 2008, as diferenças não são tão significativas como nos mais jovens.

Relativamente ao escalão etário 16-24 anos, é de salientar o peso das participações à PSP em Setúbal e Castelo Branco, cujos valores praticamente duplicam os totais nacionais. Braga tem também um valor elevado.

Já no que se refere ao escalão 25-64 anos, os maiores destaques vão para Viana do Castelo, Bragança, Guarda, Coimbra, Açores e Comando Metropolitano de Lisboa.

Relativamente à participações dos homens vítimas em 2009, do escalão etário 26-64 anos, é de destacar os valores mais elevados de Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Guarda e Coimbra e, em menor grau, Açores, Comando Metropolitano de Lisboa, Faro, e Beja.

Gráfico 2.66 Participação à PSP em 2009, de VD contra os homens, por escalão etário e segundo o comando distrital (%)

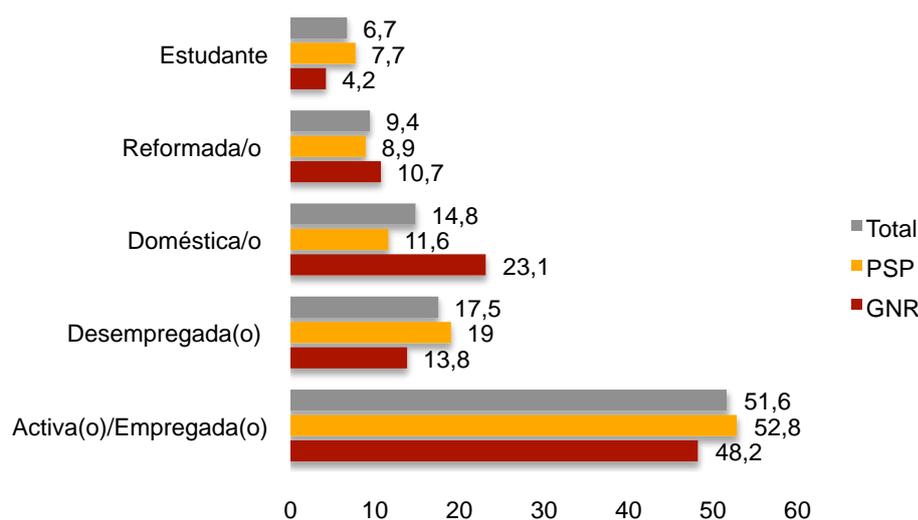


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: PSP

Quando se pretende analisar as características socioculturais das vítimas de VD que participam às forças de segurança, ainda se faz sentir mais a necessidade de ter uma população de controlo, para que possam ser retiradas outras conclusões de âmbito sociológico. Ainda assim, valerá a pena referir que as queixas cobrem um amplo leque sociocultural, sobretudo pessoas activas/empregadas. Todavia, os valores relativos aos desempregados são estatisticamente consideráveis (14,8%), o que, associado à crise económica que actualmente se vive, poderá ser um factor de agravamento da VD no futuro; convém lembrar que, pelos inquéritos de vitimação, sabemos que as vítimas são maioritariamente mulheres e que os actos tendem a ocorrer mais no espaço da casa-família.

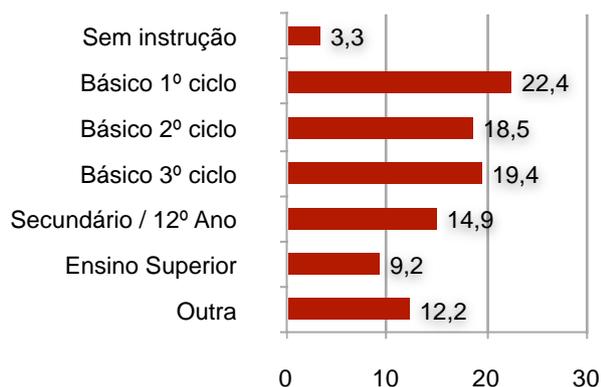
Deste modo, o desemprego do homem ou da mulher pode agravar a conflitualidade entre o casal, quer pela maior probabilidade da existência de relações interpessoais no quotidiano, quer pela deterioração económica e emocional resultante da diminuição da sua capacidade económica.

Gráfico 2.67 Situação perante a profissão da vítima - 1º semestre de 2009 (%)



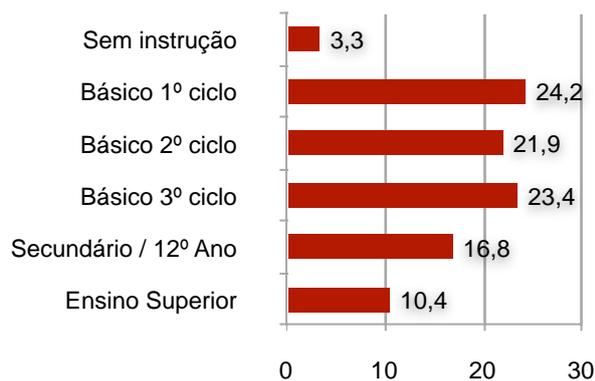
FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Gráfico 2.68 Nível de instrução da vítima - 2008 e 1º semestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Gráfico 2.69 Nível de instrução da vítima - 1º semestre de 2009 (%)



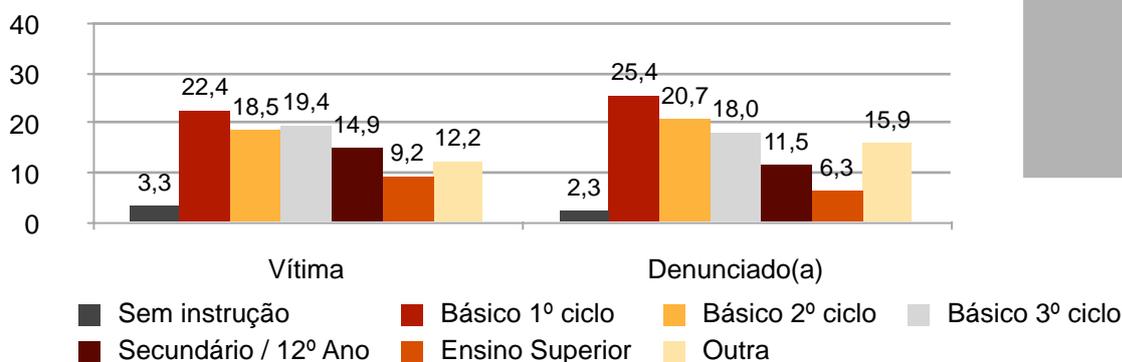
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

No que se refere aos níveis de instrução formal, prevalecem os 1º, 2º e 3º ciclos. Não há elementos de referência por escalão etário para se poder comparar com os valores nacionais e tirar conclusões nesse sentido.

O contexto da vitimação da VD participada à PSP e GNR

Na linha do que já tinha sido concluído nos inquéritos de vitimação estatisticamente representativos da população, nomeadamente os realizados pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa, as características socioculturais das vítimas e dos denunciados da VD participada às forças de segurança são semelhantes.

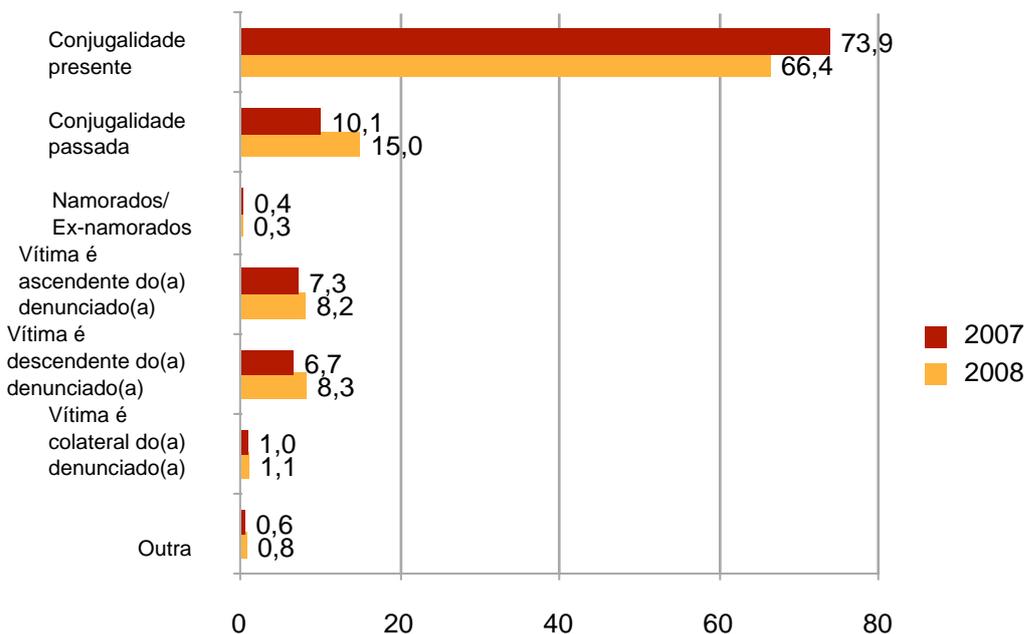
Gráfico 2.70 Nível de instrução da vítima e denunciado(a) - 2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAJ

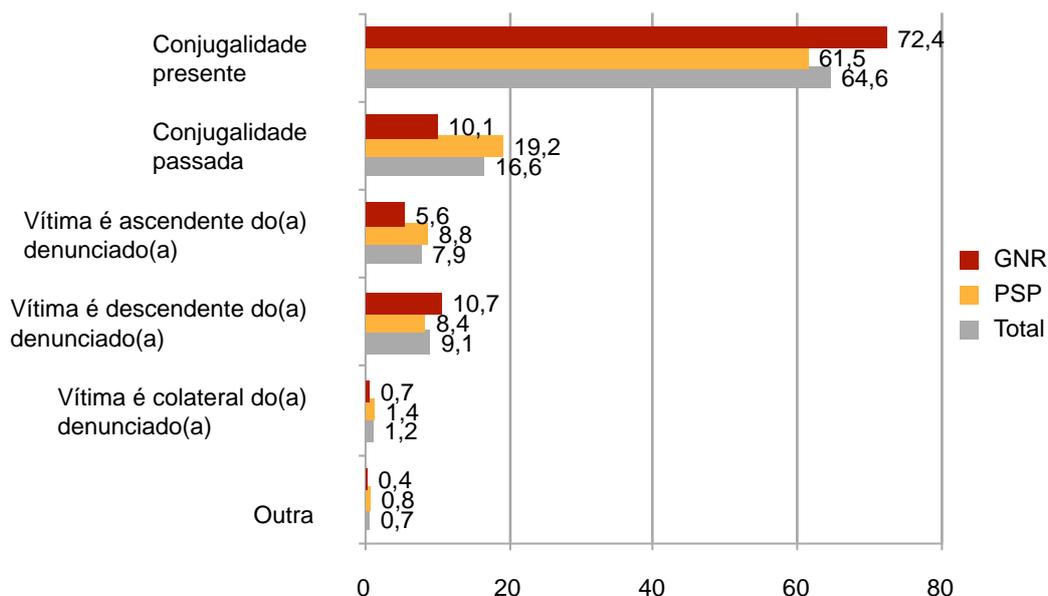
Ao comparar a relação que existe entre a vítima e o denunciado (possível autor), reforça-se a conclusão que os casos de VD que chegam às forças de segurança ocorrem essencialmente no contexto da conjugalidade, seja presente ou passada.

Gráfico 2.71 Relação entre vítima e denunciado(a) - 2007-2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAJ

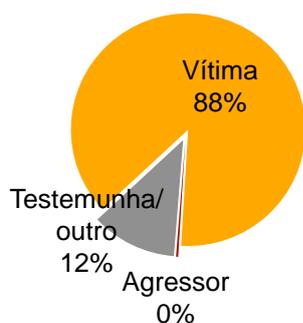
Gráfico 2.72 Relação entre vítima e denunciado(a) - 1º semestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAI

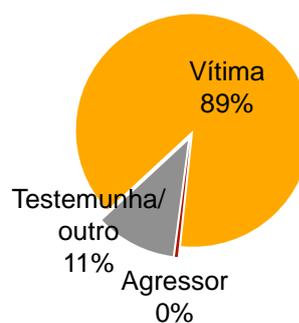
Comparando os dados de 2007, 2008 e 1º semestre de 2009, nota-se igualmente uma relativa permanência nas características de quem faz a participação de VD: é fundamentalmente a vítima, seguida das testemunhas e são maioritariamente mulheres casadas. É, no entanto, de assinalar o peso das solteiras, que podem representar cerca de um terço das pessoas denunciadas.

Gráfico 2.73 Tipo de denunciante - 2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAI

Gráfico 2.74 Tipo de denunciante - 1º semestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAI

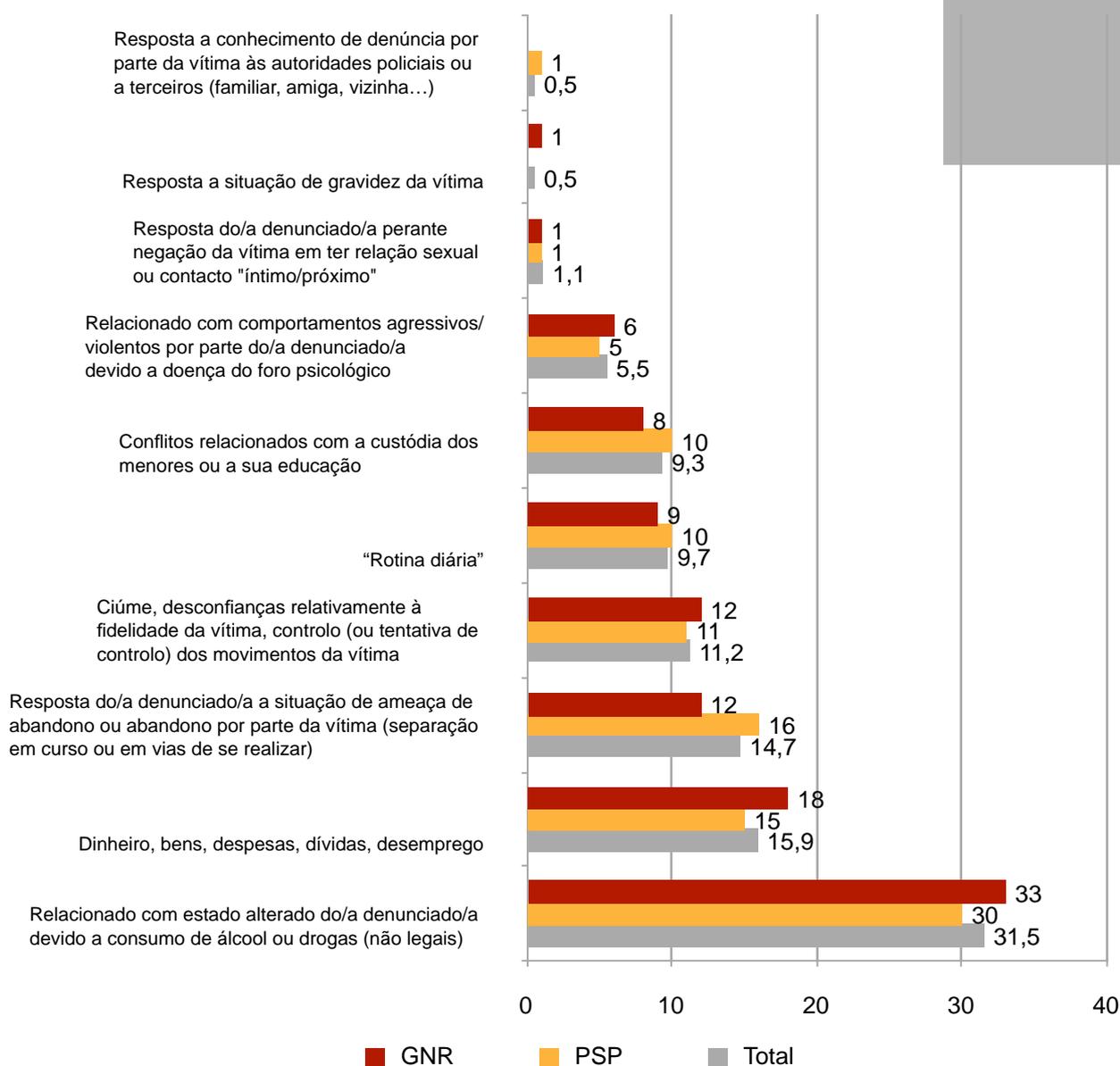
No que se refere às possíveis causas dos actos de VD participados, convém ter em atenção o que já foi dito anteriormente no capítulo sobre os inquéritos à população, sobre a violência contra as mulheres, quando comparada com a dos homens.

Ainda assim, refira-se que o consumo de álcool, ou de drogas não legais, é percebido como o principal detonador dos actos de VD que chegam à PSP e GNR. No entanto, no que se refere ao álcool, e pelos estudos internacionais efectuados neste domínio, sabemos que não é possível concluir por uma relação de causa-efeito entre os dois fenómenos, mas sim que a ingerência excessiva daquele pode constituir-se como um facilitador/desinibidor para a acção do agressor.

À semelhança do que já tinha sido detectado em estudos anteriores, a posse e o ciúme, que de uma forma explícita está patente na 4ª situação mais referida, tem também nas participações às forças de segurança um peso considerável; ainda assim, mais baixo do que o obtido nos IML, em 2002.

Sabemos também por vários estudos realizados, que, muitas vezes, o poder e o controlo do agressor em relação à vítima estão igualmente presentes nas questões económicas, ou no receio em “serem abandonados” por ela.

Gráfico 2.75 “Factor precipitante” para a ocorrência de VD - casos participados no 1º semestre de 2009 (%)



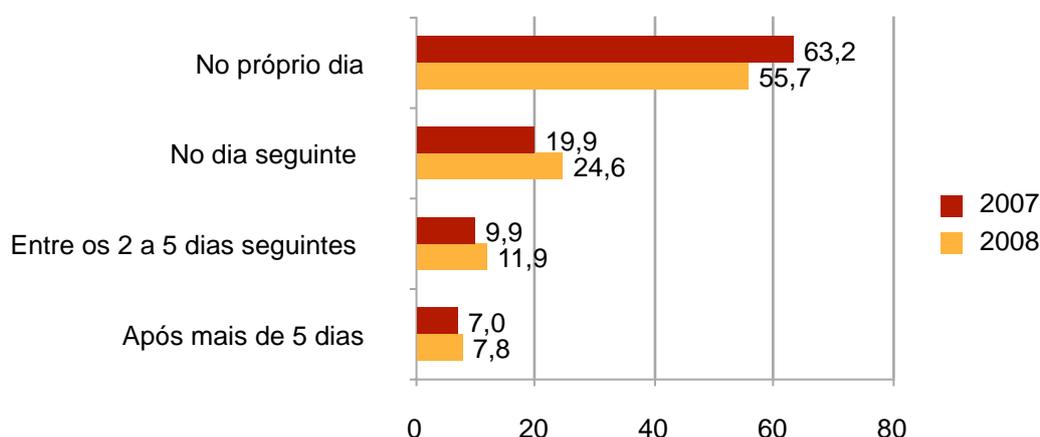
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte dos Dados: DGAJ

Percursos institucionais da VD: da vitimação à Polícia

A grande maioria dos actos de VD que chega à PSP e GNR é participada no próprio dia da ocorrência do último episódio, ou no dia seguinte. Muitas vezes, as situações de risco, correspondem aos casos que demoram mais tempo a chegar às forças policiais.

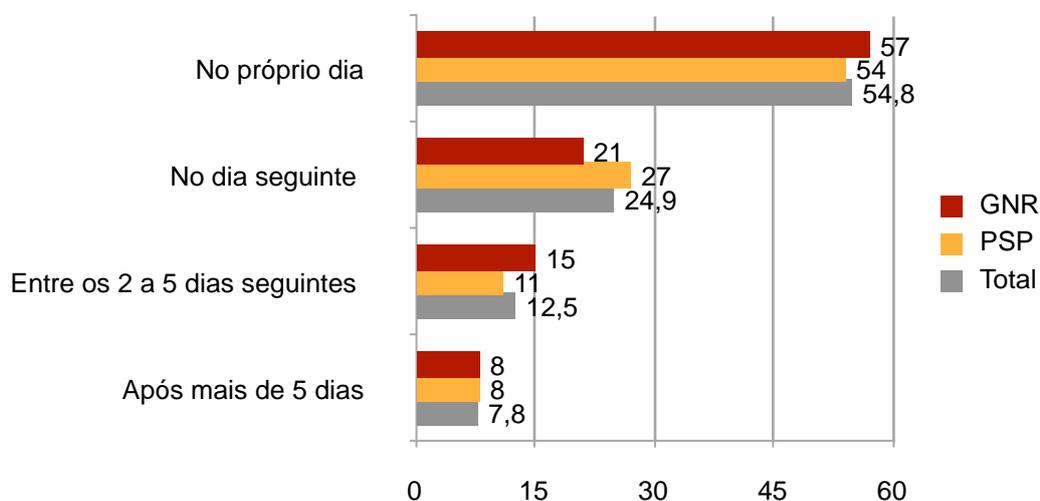
Refira-se, no entanto, que pelo conhecimento já adquirido nos inquéritos de vitimação, e nos estudos sobre os IML, normalmente este último episódio corresponde ao fim de um ciclo de violência que pode vir desde muitos anos atrás; mesmo desde a adolescência ou da infância, ainda que, por vezes, com outros autores.

Gráfico 2.76 Tempo decorrido entre a data da participação à força de segurança e a data da ocorrência que é reportada - 2007 e 2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAJ

Gráfico 2.77 Tempo decorrido entre a data da participação e a data da ocorrência que é reportada, por força de segurança – 1º semestre 2009 (%)

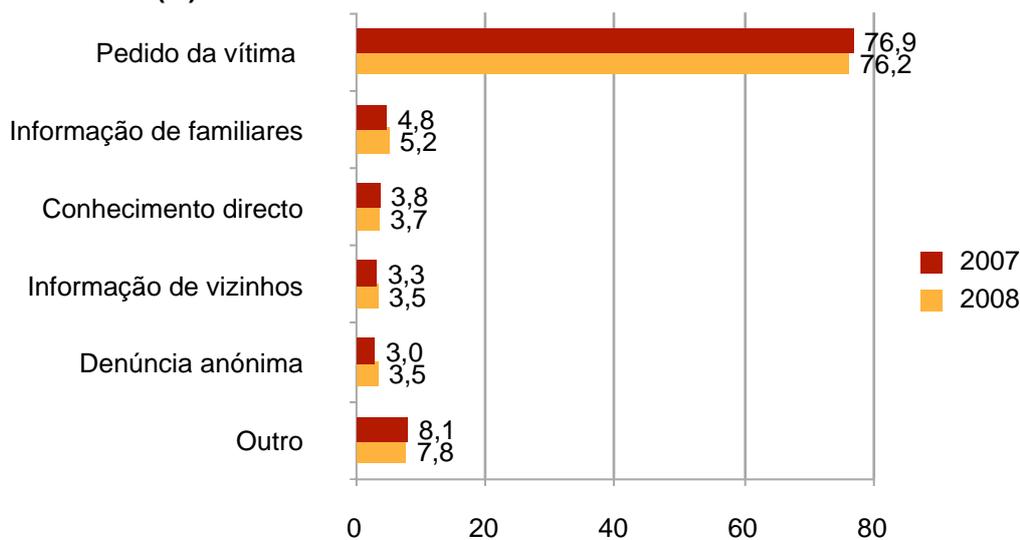


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAJ

Por outro lado, os dados revelam que a denúncia dos casos participados é feita essencialmente a partir dos actores do meio social e afectivo mais próximo da vítima, ela própria, ou familiares.

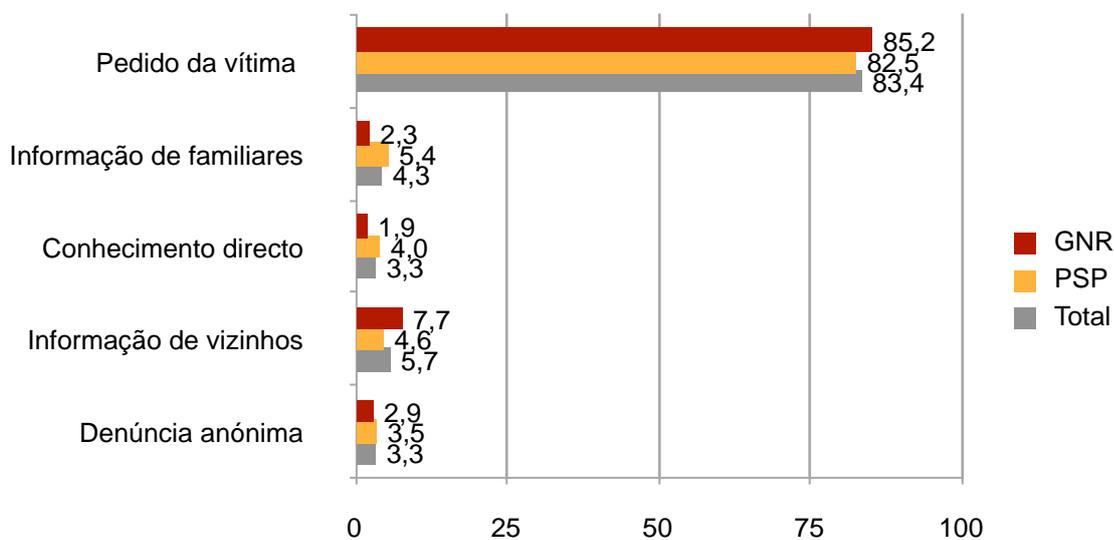
Os vizinhos e anónimos têm um peso reduzido. Esta circunstância significa que, apesar da dimensão pública que o crime de VD já tem, a participação dos vizinhos e de outros não familiares é ainda reduzida. Ou seja, resiste em ser quebrado o “muro de silêncio” em torno da casa-família, o que muitas vezes continua a contribuir para silenciar os actos de VD.

Gráfico 2.78 Motivo da intervenção policial - Casos participados em 2007-2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Gráfico 2.79 Tempo decorrido entre a data da participação e a data da ocorrência que é reportada, por força de segurança – 1º semestre 2009 (%)

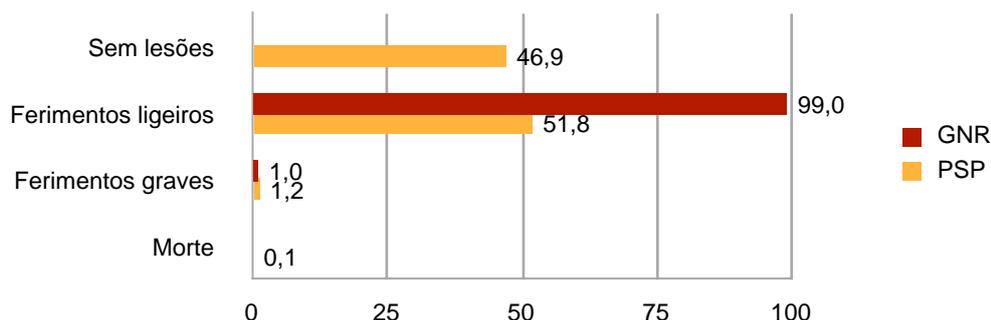


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Consequências pessoais e familiares da VD participada às forças de segurança

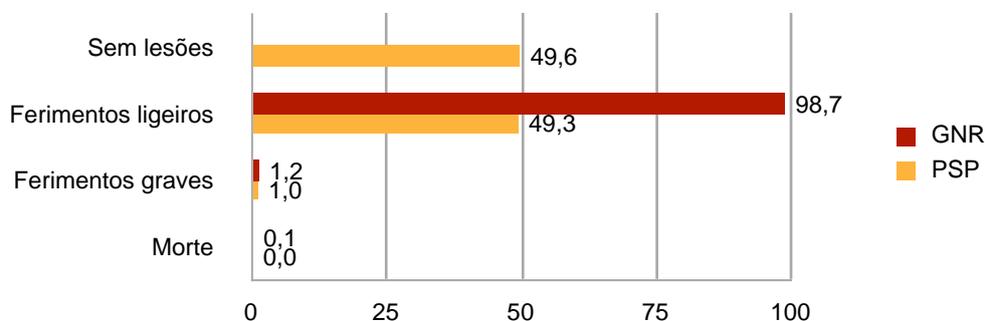
Ainda que os “custos” da violência sejam objecto de um tratamento específico em ponto posterior, no que se refere às participações de VD às forças de segurança, prevalecem os ferimentos ligeiros, sendo que na maioria dos casos não há internamento hospitalar e ainda menos são as situações de baixa médica.

Gráfico 2.80 Consequência da VD para a vítima, por força de segurança – 2008 (%)



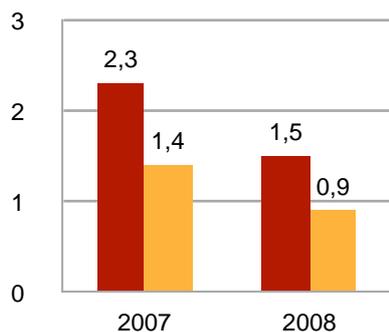
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAJ

Gráfico 2.81 Consequência da VD para a vítima, por força de segurança – 2008 (%)



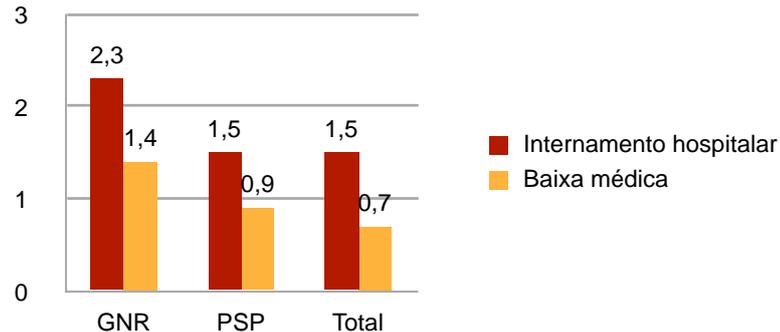
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAJ

Gráfico 2.82 Vítima - Internamento hospitalar e baixa médica - Casos participados em 2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAJ

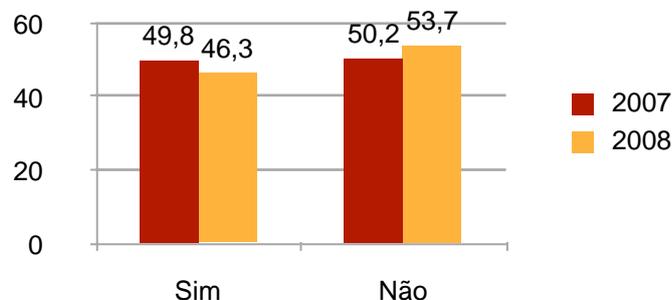
Gráfico 2.83 Vítima - Internamento hospitalar e baixa médica - Casos participados no 1º semestre de 2009 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAJ

À semelhança do que já tinha sido detectado em estudo anterior sobre os processos entrados nos IML (2002), é considerável o peso dos menores que assistem aos actos de VD; sendo, pois, de questionar sobre as suas consequências ao nível do seu desenvolvimento futuro, também como elementos de reprodução da violência.

Gráfico 2.84 **VD presenciada por menores e participada à PSP e GNR - 2007-2008 (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
Fonte dos Dados: DGAI

Vitimação participada à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e à União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)

A visibilidade da VD, particularmente da violência contra as mulheres, tem aumentado de uma forma gradual, ao longo da última década, tendo vindo, progressivamente, a ser ultrapassada a ideia de que este é um problema da esfera privada para se tornar naquilo que já é reconhecido desde 2000, como um crime de natureza pública.

Nesta conquista, há que destacar o papel pioneiro de algumas Organizações Não Governamentais (ONG) portuguesas e internacionais, que se mobilizaram para estruturar respostas de apoio às vítimas de VD, em articulação com a anterior CIDM e actual CIG. A elas se deve o impulso para a implementação das primeiras Casas de Abrigo e os primeiros Núcleos e Gabinetes de Atendimento a Vítimas de VD.

Tendo em conta a sua missão – apoiar e encaminhar as vítimas deste crime –, estas estruturas também se revelam importantes fontes de informação no que respeita a indicadores estatísticos (sobre o serviço que prestam à população, o perfil da vítima que a si recorre, a caracterização do autor do crime e da vitimação propriamente dita) e a resultados de estudos sobre os problemas da vítima.

É preciso salientar que os dados que disponibilizam espelham visibilidades particulares que dizem respeito, unicamente, ao universo de casos que recorre a cada uma delas, bem como a diferentes métodos de tratamento e análise dos dados. Nesse sentido, deverá ter-se em atenção o que já foi referido anteriormente para os “dados administrativos”, não devendo por isso fazer-se extrapolações para o resto da população.

APAV

Os dados disponibilizados pela APAV, relativamente aos casos de VD que chegam àquela associação, revelam um aumento de 2000 a 2009, ainda que menos expressivo do que se verifica em igual período em relação às forças de segurança. No entanto, e à semelhança do que já tinha sido detectado no Inquérito nacional sobre a “Violência de Género” (2007), é de assinalar que o número de participações à APAV é consideravelmente inferior ao que chega à PSP e GNR; diferença que tem vindo a ampliar-se de uma forma consistente desde 2004.

Gráfico 2.85 Comparação das participações de VD à APAV e às forças de segurança (2000-2009)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos Dados: APAV

Quanto aos perfis socioculturais das vítimas e autores dos actos de VD de que a APAV nos dá conta, eles são relativamente estáveis de 2000 a 2009, e correspondem, no essencial, ao já referido para os outros “dados administrativos” da PSP e GNR, bem como para os inquéritos à população efectuados desde 1995.

Quadro 2.1 Perfil da vítima e do autor de violência doméstica - 2000 a 2009

Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2009	Sexo: feminino (86,6%)	Sexo: masculino (84%)
	Idade: 26-55 (41,9%)	Idade: 26-55 (36,1%)
	Estado civil: casada (44%)	Estado civil: casado (47,6%)
	Família: nuclear com filhos (47,1%)	Família:
	Nacionalidade: Portuguesa (78%)	Nacionalidade: Portuguesa (68,3%)
	Habilitações: 1º ciclo e ensino superior (31,4%)	Habilitações: 1º ciclo e ensino superior (21,8%)
	Situação profissional: empregada (34,4%)	Situação profissional: empregado (40,7%)
	Relação com o autor: Cônjuge/companheira	Relação com a vítima: cônjuge/companheiro (72,3%)
	Vítimação: VD continuada	Crime: VD continuada

Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2008	Sexo: feminino	Sexo: masculino
	Idade: 26-45	Idade: 26-55
	Estado civil: casada	Estado civil: casado
	Família: nuclear com filhos	Família: nuclear com filhos
	Nacionalidade: Portuguesa	Nacionalidade: Portuguesa
	Habilitações: 1º ciclo e ensino superior	Habilitações: 1º ciclo e ensino superior
	Situação profissional: empregada	Situação profissional: empregado
	Relação com o autor: Cônjuge/companheira Vítimação: física e psicológica continuada	Relação com a vítima: cônjuge/companheiro Crime: VD continuada
Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2007	Sexo: feminino (87%)	Sexo: masculino (90%)
	Idade: 26-45 (34,1%)	Idade: 26-55 (38,2%)
	Estado civil: casada (47%)	Estado civil: casado (50,9%)
	Família: nuclear com filhos (51,4%)	Família:
	Nacionalidade: Portuguesa (78%)	Nacionalidade: Portuguesa (64,6%)
	Habilitações: 3º ciclo e ensino superior	Habilitações: 3º ciclo (5%) e ensino superior (5,7%)
	Situação profissional: empregada (40,8%)	Situação profissional: empregado (46,9%)
	Relação com o autor: Cônjuge/companheira Vítimação: física e psicológica continuada (78%)	Relação com a vítima: cônjuge/companheiro Crime: VD continuada (87,2%)
Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2006	Sexo: feminino (88%)	Sexo: masculino (88%)
	Idade: 36-45 (16,5%)	Idade: 36-45 (38,2%)
	Estado civil: casada (48,5%)	Estado civil: casado (52,4%)
	Família: nuclear com filhos	Família: nuclear com filhos
	Nacionalidade: Portuguesa (73%)	Nacionalidade: Portuguesa (64,6%)
	Habilitações: ensino superior (8,3%)	Habilitações: ensino superior (5,2%)
	Situação profissional: empregada (41%)	Situação profissional: empregado (45%)
	Relação com o autor: Cônjuge/companheira Vítimação: física e psicológica continuada (75%)	Relação com a vítima: cônjuge/companheiro (57,6%) Crime: VD continuada (86,3%)
Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2005	Sexo: feminino	Sexo: masculino
	Idade: 26-45	Idade: 36-45
	Estado civil: casada	Estado civil: casado
	Família: nuclear com filhos	Família:
	Nacionalidade: Portuguesa	Nacionalidade: Portuguesa
	Habilitações: 1º ciclo e ensino superior	Habilitações: 1º ciclo e ensino superior
	Situação profissional: empregada	Situação profissional: empregado
	Relação com o autor: Cônjuge/companheira Vítimação: física e psicológica continuada	Relação com a vítima: cônjuge/companheiro Crime: VD continuada
Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2004	Sexo: feminino	Sexo: masculino
	Idade: 26-45	Idade: 26-45
	Estado civil: casada	Estado civil:
	Família: nuclear	Família:
	Nacionalidade: Portuguesa	Nacionalidade:
	Habilitações: ensino secundário e ensino superior	Habilitações:
	Situação profissional: empregada/desempregada	Situação profissional: empregado
	Relação com o autor: cônjuge/companheira Vítimação: física e psicológica continuada	Relação com a vítima: cônjuge/companheiro Crime: VD continuada

Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2003	Sexo: feminino	Sexo: masculino
	Idade: 26-45	Idade: 26-45
	Estado civil: casada	Estado civil:
	Família: nuclear	Família:
	Nacionalidade: Portuguesa	Nacionalidade:
	Habilitações: ensino secundário e ensino superior	Habilitações:
	Situação profissional: empregada/desempregada	Situação profissional: empregado
	Relação com o autor: cônjuge/companheira	Relação com a vítima: cônjuge/companheiro
Vitimação: física e psicológica continuada	Crime: VD continuada	
Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2002	Sexo: feminino (87,8%)	Sexo: masculino (76,9%)
	Idade: 26-45 (33,4%)	Idade: 26-45 (21,4%)
	Estado civil: casada (51,6%)	Estado civil:
	Família: nuclear (53,5%)	Família:
	Nacionalidade: Portuguesa (75,2%)	Nacionalidade:
	Habilitações: 1º ciclo (7,8%); ensino secundário (7,7%); ensino superior (7,3%)	Habilitações:
	Situação profissional: empregada (37,1%)	situação profissional:
	Relação com o autor: cônjuge/companheira	Relação com a vítima: cônjuge/companheiro (54,8%)
Vitimação: física (29,3%) e psicológica (28,1%) continuada	Crime: VD continuada	
Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2001	Sexo: feminino	Sexo: masculino
	Idade: 25-45 (36,3%)	Idade: 25-55 (35,7%)
	Estado civil: casada (51,6%)	Estado civil: casado
	Família: nuclear (53,5%)	Família: nuclear
	Nacionalidade: Portuguesa (75,2%)	Nacionalidade: Portuguesa
	Habilitações: ensino secundário	Habilitações:
	Situação profissional: empregada; desempregada (14,1%)	Situação profissional: empregado
	Relação com o autor: cônjuge/companheira	Relação com o autor: cônjuge/companheira
Vitimação: física e psicológica continuada	Vitimação: física e psicológica continuada	
Ano	Perfil da vítima	Perfil do autor
2000	Sexo: feminino (87,1%)	Sexo: masculino (75,4%)
	Idade: 25-45 (36,7%)	Idade: 25-55 (36,7%)
	Estado civil: casada (51,6%)	Estado civil: casado
	Família: nuclear (53,5%)	Família: nuclear (53,5%)
	Nacionalidade: Portuguesa (67%)	Nacionalidade:
	Habilitações: 1º ciclo (8,7%) e ensino superior (8,4%)	Habilitações:
	Situação profissional: empregada; desempregada (40,8%)	Situação profissional: empregado
	Relação com o autor: cônjuge/companheira	Relação com o autor: cônjuge/companheira (58,5%)
Vitimação: física e psicológica continuada	Vitimação: física e psicológica continuada	

Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos Dados: APAV

Homicídio conjugal: dados da DGPJ e comparação com os da UMAR

Antes de entrar na análise dos dados sobre o homicídio conjugal, e face à exiguidade da informação disponível neste domínio, bem como à importância do tema, julga-se importante fazer uma breve contextualização sociocultural do fenómeno, que poderá ajudar a uma melhor crítica das fontes e validação dos dados.

A família é simultaneamente um espaço de afectos e de práticas de violência, cometidas sobretudo contra mulheres. A maior parte da violência perpetrada na família tem-se mantido oculta e somente os casos mais graves são tornados públicos. O homicídio é, normalmente, o epílogo extremado de práticas de violência que se prolongam no tempo. Tal como se verifica em outros países, em Portugal, a morte por homicídio ocorre em situações de grande proximidade entre vítimas e agressores.

Em alguns distritos, no período 1980-1989, a percentagem de homicídios ocorridos no contexto das relações familiares situou-se entre 34% e 42% (Pais, 2004: 23). O homicídio cometido na família, ou intrafamiliar, pode envolver pessoas consanguíneas, no caso do parricídio (homicídio do pai ou da mãe), filicídio (homicídio dos filhos) e fratricídio (homicídio de irmãos), ou ainda pessoas que não têm laços de consanguinidade, no caso do homicídio conjugal (Almeida, 2004).

O homicídio, ou a tentativa de homicídio de mulheres às mãos dos maridos/companheiros/parceiros, actuais ou anteriores, assenta normalmente em diferenças de género socialmente enraizadas sendo a expressão mais dramática da VD.

Quem em Portugal levou mais longe o estudo do homicídio conjugal foi Elza Pais (1998), constituindo o seu trabalho uma chave para a compreensão sociocultural do fenómeno. Para a autora, a família não é alheia a transformações sociais, é o palco para onde convergem os conflitos e as divergências inconciliáveis e onde o divórcio está cada vez mais presente na lógica do casamento como uma “válvula de escape” (Pais, 1998: 77).

Todavia, a violência conjugal não é exclusivamente masculina. Acontece, porém, que as mulheres agridem sobretudo os objectos “amados”, próximos, que as maltratam, enquanto os homens agridem as pessoas que os impedem de possuir o objecto “amado” (amantes e ex-cônjuges das mulheres/companheiras) (Pais, 1998: 179).

O debate em torno da violência cometida contra as mulheres e da VD deixa claro que para compreendermos o homicídio conjugal não podemos ficar limitados ao contexto da conjugalidade. Ele extravasa o espaço da casa-família, quer pelos universos psicossociais dos actores sociais envolvidos, quer pelas causas socioculturais que o originam, quer, ainda, pelas suas consequências.

Especial atenção deve ser dada ao homicídio entre antigos parceiros/as pois, por vezes, as situações de violência agravam-se após o fim do relacionamento, com a rejeição de uma das partes ou um novo relacionamento, culminando no homicídio de um dos elementos do ex-casal.

Entre outros aspectos, na análise deste tipo particular de homicídio, deve atender-se a diversos elementos: o ciclo da relação entre a vítima e o/a homicida, o historial de violência no casal, filhos comuns, acesso a armas, saúde psicológica e mental, consumo de álcool ou estupefacientes, entre outros.

Por vezes, o homicídio no contexto do casal termina com o suicídio do homicida, denominado de homicídio-suicídio.

Torna-se ainda necessário perceber as condições em que a vítima morreu, dado que a morte da vítima nem sempre ocorre imediatamente após os ferimentos serem infligidos; é necessário estabelecer um fio condutor e cronológico entre os episódios de violência e respectivas consequências, a autoria e a morte da vítima.

Em Portugal, tem havido uma relativa falta de informação credível, suficientemente qualificada e desagregada, sobre o homicídio conjugal, de modo a uma compreensão mais ampla e profunda do fenómeno.

Espera-se que a Lei n.º 34/2009, de 14 de Julho, que recentemente entrou em vigor, e estabelece o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial, possa já ser um contributo nesse sentido.

Ainda assim, permanecem barreiras no acesso à informação que dificultam o seu manuseamento para fins científicos⁹.

Para já, recorreremos aos dados da Direcção-Geral de Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça, que é responsável pela informação estatística do sector da Justiça.

A par daqueles dados administrativos oficiais, em Portugal, o homicídio e a tentativa de homicídio de mulheres têm vindo a ser crescentemente debatidos pela UMAR, através do Observatório das Mulheres Assassinadas, criado em 2004, e que tem recolhido dados das notícias de jornais sobre o homicídio de mulheres, também no quadro da relação amorosa. Mesmo que a informação seja objecto de pesquisa posterior por parte do Observatório, trata-se de dados em que a principal fonte depende do registo de outrem (órgão de comunicação social).

Dados da DGPJ

Os dados disponíveis na DGPJ referem-se a julgamentos findos, nos anos de 2007 e 2008. Para estes dados, verifica-se que o número de homicídios conjugais (nas suas diferentes formas, tentada e consumada) é semelhante nos dois anos. É ainda de salientar que, do total de condenações registadas, o autor é maioritariamente o homem; só em 2008 são registadas 5 mulheres como autoras, face a 35 homens.

Admitindo que algumas das células nulas se referem a casos onde prevalece o segredo estatístico, os valores atrás analisados ainda poderão ser mais expressivos.

⁹ Por exemplo, o diploma estipula que, no caso dos arguidos em processo penal serem pessoas singulares, pode ser recolhida informação sobre a sua relação com a vítima (identificando-se os casos de VD e de tráfico de pessoas), assim como os antecedentes criminais e indicador de reincidência. Para fins estatísticos, das duas categorias mencionadas, apenas é permitida a utilização da categoria relativa à relação entre o arguido e a vítima com a identificação dos casos de VD e de tráfico de pessoas.

Quadro 2.2 Condenações em processos-crime na fase de julgamentos findos, nos anos de 2007 e 2008, nos Tribunais Judiciais de 1ª instância, em crimes de homicídio em que a vítima é o cônjuge ou companheiro/a, segundo o sexo do arguido

	2007		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Homicídio privilegiado
Homicídio qualificado	13	..	15	..
Homicídio qualificado na forma tentada	5	..	8	..
Homicídio simples	11	..	5	..
Homicídio na forma tentada	14	..	7	..
Total	43	..	35	5

Nota:

(a) A partir de 2007, os dados estatísticos sobre processos nos Tribunais Judiciais de 1ª instância passaram a ser recolhidos com recurso ao sistema informático dos tribunais, representando a situação dos processos registados nesse sistema.

(b) Dados apurados em 18-11-2009.

(c) Inclui medidas de segurança de internamento e outra medida ou medidas.

.. Resultado nulo/ao abrigo do segredo estatístico

Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Direcção-Geral da Política de Justiça

Dados da UMAR

Os dados da UMAR disponibilizados pelo Observatório das Mulheres Assassinadas foram pioneiros em Portugal na recolha sistemática de informação sobre o homicídio contra as mulheres, começando em 2004. Todavia, os 42 casos sinalizados em 2004 ainda combinam homicídios conjugais com homicídios praticados no âmbito da VD, e que envolvem outras relações de parentesco (11); situação que se repete, pelo menos até 2008.

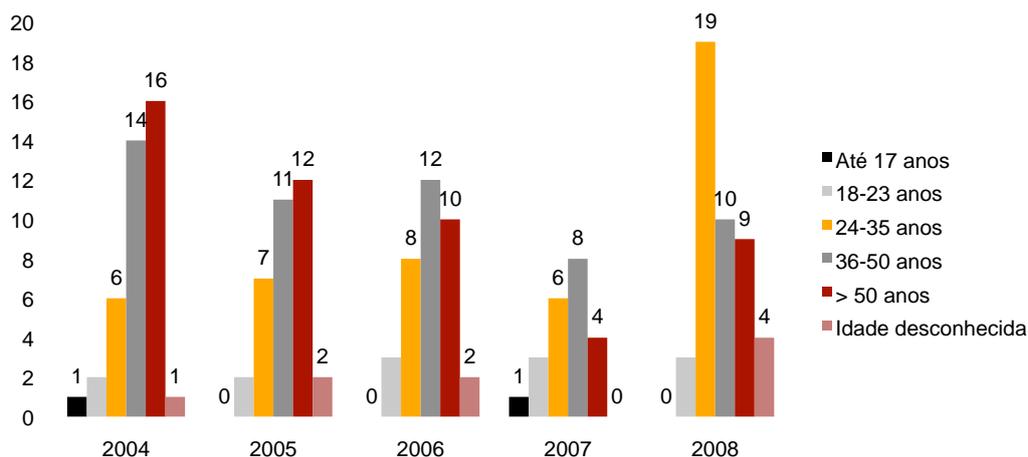
Mesmo que seja difícil a comparação entre os dados da DGPJ e da UMAR, uma vez que os primeiros se referem ao arguido do homicídio, enquanto que os segundos dizem respeito a mulheres vítimas, poderá referir-se que o homicídio conjugal registado pela UMAR em 2007 é inferior ao da DGPJ (20 e 43); situação que se altera em 2008, onde os valores já são semelhantes (40).

Ao não estar sujeita às limitações temporais da DGPJ, em que os casos já estão julgados, os dados da UMAR têm a vantagem de serem mais actuais e da informação estar mais desagregada. Todavia, requerem uma leitura redobradamente cuidada e uma “crítica das fontes” cuidadosa, face à natureza da principal fonte de informação utilizada.

Homicídio de mulheres: 2004-2008

Tomado como referência o ano de 2008, já que os dados de 2009 são ainda anunciados pela UMAR como provisórios, as idades prevaletentes das mulheres vítimas de homicídio (tentado e consumado) variam de 2005 a 2008, ainda que se note uma relativa regularidade no maior peso das que têm mais de 35 anos, excepto em 2008, onde há uma frequência considerável do escalão 24-35 anos.

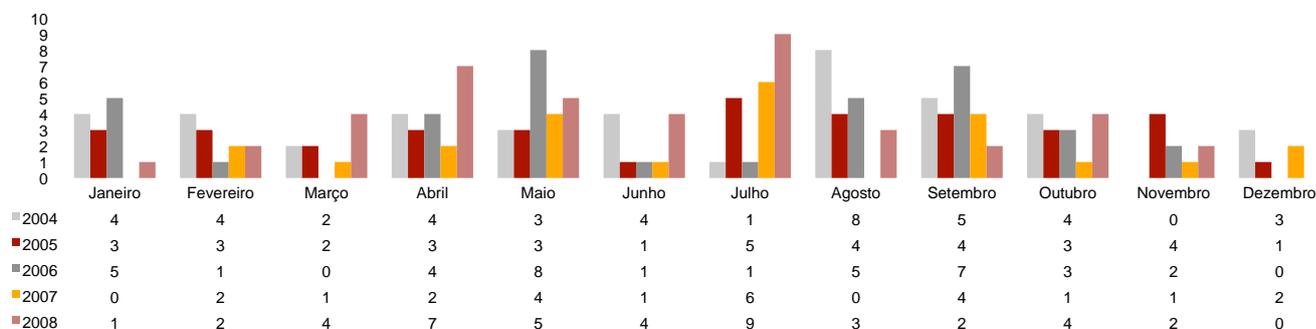
Gráfico 2.86 Idade das mulheres vítimas de homicídio (tentado e consumado) registadas pela UMAR, 2004-2008 (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte: Observatório de Mulheres Assassinadas – UMAR

Apesar dos dados da UMAR só corresponderem às observações de cinco anos, o que dificulta a análise de tendências, nota-se que os casos registados por aquela ONG ocorrem mais no pico da Primavera e nos meses finais do Verão. Também a este propósito convém lembrar o que foi dito anteriormente sobre alguns dos factores socioculturais que podem estar associados à maior violência no Verão.

Gráfico 2.87 Mulheres vítimas de homicídio (tentado e consumado) registadas mensalmente pela UMAR, 2004-2008 (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte: Observatório de Mulheres Assassinadas – UMAR

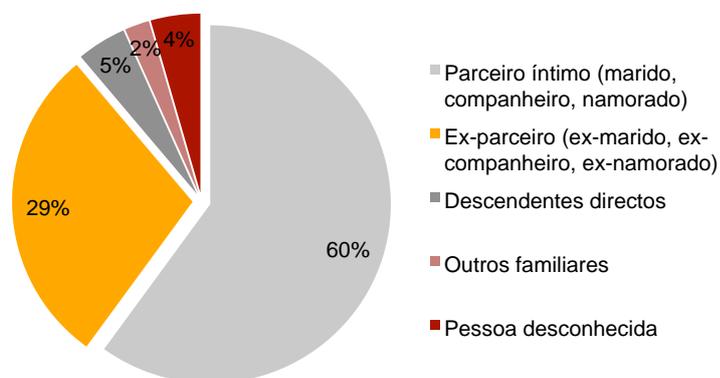
Gráfico 2.88 Médias mensais dos casos de mulheres vítimas de homicídio (tentado e consumado) registadas mensalmente pela UMAR, 2004-2008 (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010
 Fonte: Observatório de Mulheres Assassinadas – UMAR

À semelhança do que já tinha sido detectado nos inquéritos de vitimação e nos dados administrativos das forças policiais e da APAV, também nos autores de homicídio de mulheres (tentado e consumado) registadas pela UMAR, prevalecem claramente os maridos(ex) e companheiros(ex).

Gráfico 2.89 Relação entre os autores e as mulheres vítimas de homicídio (tentado e consumado) registados pela UMAR, 2004-2008 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte: Observatório de Mulheres Assassinadas – UMAR

2.3 Consequências da violência contra as mulheres

Os estudos sobre as consequências da violência exercida contra as mulheres, incluindo a doméstica, nas várias esferas da vida das vítimas, são relativamente recentes no estrangeiro e em Portugal. Perguntava-se muitas vezes se a violência contra as mulheres acarretava custos individuais e sociais que fossem estatisticamente relevantes e pudessem ser objecto de investigação científica.

Em Portugal, uma equipa da investigação da Universidade Nova de Lisboa (SociNova/CesNova) realizou o primeiro estudo de âmbito nacional, apoiado pela CIDM, sobre os *Custos Sociais e Económicos e Sociais da Violência Contra as Mulheres*¹⁰. Mais tarde, em 2003, efectuado pela mesma equipa e apoiado pela DGS, decorreu o trabalho de campo de um outra investigação, também representativa a nível nacional, realizada com as utentes dos centros de saúde e orientada só para a *As Relações Existentes Entre a Saúde das Mulheres e as Várias Dimensões de Violência de que Tenham Sido Vítimas*¹¹. Face aos resultados obtidos, em 2005/2006, a DGS e equipa da Nova desenvolvem um novo estudo sobre *Os Custos Económicos com a Saúde Resultantes da Violência Doméstica Exercida contra as Mulheres*¹², junto de utentes de centros de saúde e hospitais.

¹⁰ Equipa de investigação constituída por Manuel Lisboa, Isabel do Carmo, Luísa Vicente, António Nóvoa, Pedro Pita Barros, Ana Roque, Sofia Marques da Silva, Luísa Franco e Sofia Amândio.

¹¹ Equipa de investigação constituída por Manuel Lisboa, Isabel do Carmo, Luísa Vicente, António Nóvoa, Pedro Pita Barros, Ana Roque, Sofia Marques da Silva, Luísa Franco e Sofia Amândio.

¹² Equipa de investigação constituída por Manuel Lisboa (Coordenador do Estudo), Pedro Pita Barros, (Coordenador da área Económica), Dalila Cerejo, Eliana Barrenho.

Estas pesquisas foram pioneiras tanto a nível nacional como internacional e, pela importância dos seus resultados, teriam obrigatoriamente que fazer parte deste relatório.

Concluiu-se que existem custos directamente relacionados com os actos de violência e outros onde a relação é indirecta; custos que se manifestam individualmente e custos que têm uma expressão mais abrangente em termos sociais; custos a curto e longo prazos, por vezes ao longo de toda a vida – *stress pós-traumático* – ou nas gerações futuras. Igualmente, custos que se expressam de um ponto de vista económico e podem ser quantificados, e outros onde é difícil a sua avaliação quantitativa.

Em seguida, apresentam-se os principais resultados obtidos nos estudos referidos, sobre as consequências para as vítimas ao nível da relação com amigos e familiares, da vida profissional, da saúde física e psicológica e da educação, delas e dos filhos (Lisboa, Carmo, Vicente, Nóvoa, Barros, Roque, Silva, Franco, Amândio, 2006; Lisboa, Vicente e Barroso, 2005; Barros, Lisboa, Cerejo, Barrenho, 2008).

Comparando as vítimas com as não vítimas, e considerando apenas as diferenças estatisticamente significativas, verifica-se que as primeiras têm uma maior probabilidade de terem vários custos adicionais.

Começando pelos custos económicos com a saúde, resultantes da VD, verificou-se que, quando comparada com as não vítimas, uma mulher vítima gasta mais 140€/ano e que 90% são pagos pelo Serviço Nacional de Saúde, ou seja, por todos os contribuintes. Estes custos com a saúde envolvem gastos ao nível de consultas, exames, tratamentos, medicamentos, e transportes.

Assim, também pela via dos custos económicos, fica demonstrada a dimensão pública da VD que é exercida contra as mulheres.

Nas relações com familiares e amigos, os resultados mostram claramente que as vítimas têm uma maior probabilidade de terem separações forçadas de pessoas que lhe são importantes, dos filhos adoecerem e terem insucesso escolar; na vida profissional, elas têm maior dificuldade em arranjar emprego, em serem promovidas e são mais facilmente despedidas.

Quadro 2.3 Custos interpessoais, profissionais e educacionais resultantes da violência exercida contra as mulheres (comparação de vítimas e não vítimas)

Indicadores de custos interpessoais, profissionais e educacionais	Probabilidade de ocorrer mais nas vítimas quando comparadas com as não vítimas
Separação forçada de pessoa importante	198%
Filhos doentes	90%
Teve ou tem tido dificuldades em arranjar emprego	69%
Dificuldades em ser promovida no trabalho	74%
Alguma vez foi despedida do trabalho	107%

Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: *Inquérito Nacional Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

No que se refere às consequências ao nível da saúde física e psicológica, quando comparadas com as não vítimas, as vítimas têm uma maior probabilidade de terem feridas, hemorragias, terem estado em coma, equimoses/hematomas, intoxicação, lesões genitais, diarreias, modificação do desejo e/ou resposta sexual, obesidade, fracturas, aumento das pulsações, asma, queimaduras, tremores, colite, cefaleias, vômitos frequentes, dermatites, úlcera gastroduodenal, dificuldades respiratórias, sudação, peso/dor na zona abdominal inferior, aumento da vontade de urinar, dor/pressão no peito (precordialgias), náuseas, vertigens, hipertensão arterial, secura de boca e insónias.

Quadro 2.4 Custos com a saúde física resultantes da violência exercida contra as mulheres (comparação de vítimas e não vítimas)

Indicadores de custos com a saúde física	Probabilidade de ocorrer mais nas vítimas quando comparadas com as não vítimas
Feridas	100%
Hemorragias	95%
Coma	89%
Equimoses/hematomas	82%
Intoxicação	79%
Lesões genitais	74%
Diarreias	61%
Modificação do desejo e/ou resposta sexual	61%
Obesidade	57%
Fracturas	54%
Aumento das pulsações	52%
Asma	47%
Queimaduras	46%
Tremor	43%
Colite	42%
Cefaleias	40%
Vômitos	40%
Dermatite	37%
Dificuldades respiratórias	37%
Úlcera gastroduodenal	37%
Sudação	36%
Peso/dor na zona abdominal inferior	36%
Aumento da vontade de urinar	33%
Dor/pressão no peito (precordialgias)	30%
Náuseas	29%
Vertigens	26%
Hipertensão arterial	26%
Secura de boca	26%
Insónias	24%

Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: *Saúde e Violência Contra as Mulheres*, SociNova – FCSH-UNL/DGS, 2004.

Em termos de saúde psicológica, e quanto à maior probabilidade de ocorrer entre as vítimas, a lista é ainda mais expressiva: automutilação, tentativas de suicídio sem ser sob o efeito de álcool ou drogas, obsessões, pensamentos de suicídio, diagnóstico de pânico, comportamento destrutivo, consultas no psicólogo, alucinações auditivas ou visuais, consultas no psiquiatra, fobias, medos excessivos, comportamento violento, depressão, falta de esperança, sentimento de solidão e sensação de desmaio.

Quadro 2.5 Custos com a saúde psicológica resultantes da violência exercida contra as mulheres (comparação de vítimas e não vítimas)

Indicadores de custos com a saúde psicológica	Probabilidade de ocorrer mais nas vítimas quando comparadas com as não vítimas
Automutilação	484%
Tentativas de suicídio sem ser sob o efeito de álcool ou drogas	393%
Obsessões	241%
Pensamentos de suicídio	183%
Diagnóstico de pânico	150%
Comportamento destrutivo	134%
Consultas no psicólogo	127%
Alucinações auditivas ou visuais	117%
Consultas no psiquiatra	114%
Fobias	110%
Medos excessivos	95%
Comportamento violento	95%
Depressão	74%
Falta de esperança	61%
Sentimento de solidão	58%
Sensação de desmaio	51%

Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: *Saúde e Violência Contra as Mulheres*, SociNova – FCSH-UNL/DGS, 2004.

Ainda, quando comparadas com as mulheres não vítimas, a lista das consequências da violência nas vítimas é também maior, e estatisticamente significativa, em relação a: sentimentos de desespero (sempre), vazio (sempre), prostração/desânimo, culpa (sempre), angústia (sempre), tristeza e pesar (sempre), autodesvalorização (maior parte do tempo), sentir prazer e alegria (nunca) e ansiedade (a maior parte do tempo).

Quadro 2.6 Outras consequências ao nível da saúde psicológica resultantes da violência exercida contra as mulheres (comparação de vítimas e não vítimas)

Outras consequências para a saúde psicológica	Com que frequência	Probabilidade de ocorrer mais nas vítimas quando comparadas com as não vítimas
Sentir desespero	Sempre	556%
Sentir vazio	Sempre	479%
Sentir prostração/desânimo	Sempre	368%
Sentir sentimentos de culpa	Sempre	355%
Sentir angústia	Sempre	354%
Sentir tristeza/pesar	Sempre	344%
Sentir autodesvalorização	Maior parte do tempo	255%
Sentir prazer/alegria	Nunca	211%
Sentir ansiedade	Maior parte do tempo	159%

Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: *Saúde e Violência Contra as Mulheres*, SociNova – FCSH-UNL/DGS, 2004.

Bibliografia temática

Monografias

- ACKER, Hanneke (1987). *Violence sexuelle contre les femmes*. Groupe Socialiste Parlement Européen.
- ALBERTO, Isabel Maria Marques (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- ALBUQUERQUE, Afonso de (2006). *Minorias eróticas e agressores sexuais*. Lisboa: Dom Quixote.
- ALMEIDA, F. (1999). *Homicidas em Portugal*. Maia: Ed. Publismal.
- AMMERMAN, R.T.; HERSEN, M. (eds.) (2000). *Case Studies in Family Violence*. New York: Kluwer Academic Publishers.
- ANDERSON, Irina (2008). *Accounting for rape: psychology, feminism and discourse analysis in the study of sexual violence*. New York: Routledge.
- ANGULO-TUESTA, Antónia de Jesus (1997). *Género e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde.
- ANICA, Aurízia (2005). *As mulheres, a violência e a justiça no Algarve de oitocentos*. Lisboa: Colibri.
- Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (2005). *Ousar vencer a violência sobre as mulheres na família: guia de boas práticas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.
- Association Normande de Criminologie (1979). *De la violence dans les relations sexuelles: étude pluridisciplinaire*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- BARROSO, Zélia (2007). *Violência nas relações amorosas: uma análise sociológica dos casos detectados nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto*. Lisboa: Colibri/SociNova.
- BART, Pauline B. (1985). *Stopping rape: successful survival strategies*. Oxford: Pergamon.
- BELEZA, Maria Teresa Couceiro Pizarro (1990). *Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra*. Lisboa: AAFDL.
- BELEZA, Maria Teresa Pizarro (1989). *Maus tratos conjugais: o art. 153º, 3 do Código Penal*. Lisboa: AAFDL.
- BELEZA, Maria Teresa Couceiro Pizarro (1984). *A mulher no direito penal*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.
- BRAGHINI, Lucélia (2000). *Cenas repetitivas de VD: um impasse entre Eros e Tanatos*. Campinas: Unicamp.
- BROWNE, A.; WILLIAMS, K.R.; DUTTON, D.C. (1998). *Homicide: a sourcebook of social research*. Thousand Oaks: Sage.
- BRUYNOOGHE, R. (1991). *Physical and sexual violence against women: situation in Europe 1991*. Brussels: Cabinet of the Secretary of State for the Environment and Social Emancipation.
- CARDOSO, Ana Margarida Rodrigues (2006). *Suzannah: relato e vivência de uma jovem num ambiente de VD*. Porto: Papiro.
- CEREJO, Sara Dalila (2007). *Risco e Identidade de Género no Universo do Graffiti*. Lisboa: Colibri.
- CHOI, Alfred (1994). *An examination of police intervention in domestic disturbances in a Canadian context*. Lewiston: Mellen University Press.
- CLARK, Anna (1987). *Women's silence men's violence: sexual assault in England 1770-1845*. London: Pandora.
- CNIDFF (1991). *Les violences conjugales*. Paris: CNIDFF. Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (1996). *Violência contra as mulheres na família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (2002). *Urgências: saúde e violência doméstica: uma questão de vida ou de morte*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- COSTA, Dália Maria de Sousa Gonçalves da (2005). *Percepção social de mulher vítima de violência conjugal: estudo exploratório realizado no concelho de Lisboa*. Lisboa: Univ. Técnica.
- COSTA, Maria Emília (2000). *Violência familiar*. Porto: Âmbar.
- CRAWFORD, M.; GARTNER, R. (1992). *Killing: Intimate femicide in Ontario, 1974-1990*. Ontario: Women we honour action committee.
- CRUZ, Carla (2001). *A violência conjugal na ilha da Madeira: uma investigação sociológica dos maus tratos sobre a mulher durante o ano 2000*. Lisboa: Edições Avante.
- DALY, M.; WILSON, M. (1988). *Homicide*. New York: Aldine de Gruyter.
- Delegação Norte da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2000). *Violência contra as mulheres na família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- DIAS, Isabel (2004). *Violência na família: uma abordagem sociológica*. Porto: Afrontamento.
- DONALDSON, Jan (1982). *The rapes of Lucrecia: a myth and its transformation*. New York: Oxford University.
- EDWARDS, Susan S.M. (1991). *Policing "domestic" violence: women, the law and the state*. London: Sage.
- FARGIER, Marie-Odile (1976). *Le viol*. Paris: Bernard Grasset.
- FERREIRA, Maria Elisabete da Costa (2005). *Da intervenção do Estado na questão da violência conjugal em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- FONTAINE, Maurice (1980). *Mère mortifère, mère meurtrière mère mortifiée*. Paris: ESF.
- FREITAS, Fernanda (2008). *Sem medo, Maria!*. Alfragide: Caderno.
- GARCIA, Ada (1991). *Sexual violence against women: contribution to a strategy for countering the various forms of such violence in the Council of Europe member states*. Strasbourg: European Committee for Equality Between Women and Men.
- GARRIDO, Vicente (2002). *Amores que matam: assédio e violência contra as mulheres*. Cascais: Principia.
- GILES-SIMS, Jean (1986). *Wife battering: a systems theory approach*. New York: The Guilford Press.
- GREGORY, Jeanne (1999). *Policing sexual assault*. London: Routledge.
- HIRIGOYEN, Marie-France (1999). *Assédio, coacção e violência no quotidiano*. Lisboa: Pergaminho.
- HIRIGOYEN, Marie-France (2003). *Violencia en la pareja: la detección de la violencia psicológica*. Madrid: Dirección General de la Mujer, Consejería de Trabajo.
- HORLEY, Sandra (2002). *Power and control: why charming men can make dangerous lovers*. London: Vermilion.
- INFANTE, Fernanda; GOMES, Elsa Mota; LIMA Lúcia (1991). *O homicídio doloso em quatro distritos do Continente*. Lisboa: CEJ.
- INFANTE, Fernanda (1992). *O homicídio doloso no distrito de Lisboa*. Lisboa: CEJ.
- INFANTE, Fernanda (1994). *Crime de homicídio doloso consumado em Portugal: contributo para o seu estudo*. Lisboa: CEJ.
- KOSS, Mary P. (1991). *The rape victim: clinical and community intervention*. Newbury Park: Sage.
- KTARAKOS, Christine (2004). *Europeans and their opinion about domestic violence against women*. Brussels: European Commission Womens Information Sector.
- LERMAN, Lisa G. (1982). *Legal help for battered women*. Washington: Center for Women Policy Studies.

- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; MARTELEIRA, Joana (2003). *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM.
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana; LEANDRO, Alexandra (2009). *Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência Contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; SILVA, Sofia Marques da; ROQUE, Ana; AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Colibri.
- LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa; BARROSO, Zélia (2005). *Saúde e Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa; CARMO, Isabel; NÓVOA, António (2003). *Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.
- London Rape Crisis Centre (1999). *Sexual violence: the reality for women*. London: Centre Rape Crisis Centre.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel; PAIS, Elza (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- MACHADO, Carla (2002). *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto.
- MACHADO, Carla (2008). *Manual da escala de crenças sobre violência conjugal (E.C.V.C.) e do inventário da violência conjugal (I.V.C.)*. Lisboa: Psiquilibrios.
- MANITA, Celina (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: estudo preliminar de caracterização*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- MARIA, Susana (2004). *Mulheres sobreviventes de violação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARSHALL, William L. (2001). *Agresores sexuais*. Barcelona: Ariel.
- MARTIN, Del (1977). *Battered wives*. New York: Pocket Books.
- MARTIN, Patricia Yancey (2005). *Rape work: victims, gender & emotions in organization & community context*. New York: Routledge.
- MEDEA, Andra (1976). *Contre le viol: un livre pour les femmes: comment éviter le viol et comment le surmonter*. Paris: Pierre Horay.
- MONTEIRO, Fátima Jorge (2000). *Mulheres agredidas pelos maridos: de vítimas a sobreviventes*. Lisboa: ONG do CC da CIDM.
- NEVES, Sofia (2008). *Amor, poder e violências na intimidade: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.
- NOVACEK, Jill; RASKIN, R.; RYBICKI, S.; BAHLINGER, D.; FIRTH, L. (s.d.). *Rape: Tulsa women speak out*. Tulsa: Tulsa Institute of Behavioral Sciences.
- OGRODNIK, L. (ed.) (2007). *Family Violence in Canada: A Statistical Profile, 2007*. Ottawa: Canadian Centre for Justice Statistics, Statistics Canada.
- OLIVIER, Christiane (2001). *Violência pessoal e familiar: suas origens*. Lisboa: Prefácio.
- OSÓRIO, Conceição (2001). *Poder e violência: femicídio e homicídio em Moçambique*, WLSA, Moçambique.
- PAIS, Elza Maria Henriques Deus (1998). *Homicídio conjugal em Portugal: rupturas violentas da conjugalidade*. Lisboa: Hugin.
- PEREIRA, Marta (2005). *Histórias de vida, violência conjugal e género*. Tábuas: Gaudeamus- Associação Juvenil, Gabinete para a Mulher.
- RADFORD, J.; RUSSELL, D.E.H. (eds.) (1992). *Femicide: The Politics of Woman Killing*. New York: Twayne Publishers.
- RAPHAEL, Jody (2000). *Saving Bernice: battered women, welfare, and poverty*. Boston: Northeastern University.

RODRIGUEZ, Luíz Ramos (1998). *La justicia ante la libertad sexual de las mujeres: jurisprudencia, datos estadísticos y doctrina*. Madrid: Ministerio de Cultura, Instituto de la Mujer.

ROSS, Liz (1995). *Da sobrevivência ao crescimento, estratégias de mulheres sobreviventes a abusos sexuais na infância, analisadas através da utilização de serviços*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.

RUEBSAAT, Gisela (1987). *Les nouvelles infractions on matière d'agression sexuelle: questions juridiques d'actualité*. Ottawa: Ministre des Approvisionnement et Services Canada.

RUSSELL, D.E.H.; HARMES, R.A. (eds.) (2001). *Femicide in Global Perspective*. New York: Teachers College Press.

SÃO PEDRO, Maria de (2003). *Senhores do Medo*. Lisboa: Garrido.

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (2002). *Prevenir a violência doméstica trabalhando em rede*. Ponta Delgada: Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, D.L.

SHAPIRO, Evelyn (1979). *The women say, the men say: women's liberations and men's consciousness: issues in politics, work, family, sexuality and power*. New York: Dell Pub.

SILVA, Marlise Vinagre (1992). *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. São Paulo: Cortez.

SMART, Carol (1976). *Women, crime and criminology: a feminist critique*. London: Routledge & Kegan Paul.

STANLEY, Marilyn G. (1987). *Les victimes de viol et la justice pénale avant le projet de Loi C-127*. Ottawa: Ministère de la Justice; Ministre des Approvisionnement et Services Canada.

STOYANOVA, Elena (2003). *O diário do medo: a violência sobre as mulheres na vida doméstica*. Lisboa: Presença.

TANGELDER, Simone (1997). *Police combatting violence against women*. European Network of Policewomen.

VEIGA, Manuel Alte da (2001). *Vida, violência, escola, família*. Braga: APPACDM.

VIGARELLO, Georges (1998). *História da violação: séculos XVI-XX*. Lisboa: Estampa.

WALKER, Alice (1982). *The colour purple*. New York: Washington Square.

WALKER, Lenore E.A. (2000). *Abused women and survivor therapy: a practical guide for the psychotherapist*. Washington, DC: American Psychological Association.

Websdale N. (1999). *Understanding Domestic Homicide*. Boston, MA: Northeastern University Press.

WEISS, Elaine (2004). *Surviving domestic violence: voices of women who broke free*. Volcano: Volcano Press.

Wilt SA, Illman SM, Brodyfield M. (1995). *Female Homicide Victims in New York City*. New York, NY: New York City Department of Health.

ZUBIAUR, Paula (2005). *Gritos silenciosos: o terrível testemunho de uma mulher sobre a violência doméstica*. Porto: Âmbar.

Artigos

ALMEIDA, Ana Nunes de; ANDRÉ, Isabel; ALMEIDA, Helena Nunes de (1999). "Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família", *Análise Social*, Vol. XXXIV (150), pp. 91-121.

ARBUCKLE, J.; OLSON, L.; HOWARD, M.; BRILLMAN, J.; ANCTIL, C.; SKLAR, D. (1996). "Safe at home? Domestic violence and other homicides among women in New Mexico", *Annals of Emergency Medicine*, 27, pp. 210-215.

ANDERSON, Kristin, L. (2005). "Theorizing Gender in Intimate Partner Violence Research", *Sex Roles*, Vol. 52, Nos. 11/12, pp. 853-865.

- BARROS, Pedro P.; LISBOA, Manuel; CEREJO, Dalila; BARRENHO, Eliana (2008). "Health Care Costs of Domestic Violence Against Women - Evidence from Portugal", *SSRN*, 15.
- BARROSO, Zélia (2005). "La Violencia Contra las Mujeres en Portugal: Un Análisis Sociológico", *Revista Eliminar Obstáculos para Alcanzar la Igualdad*, 1.
- BELFRAGE, H.; RYING, M. (2004). "Characteristics of spousal homicide perpetrators: a study of all cases of spousal homicide in Sweden 1990–1999", *Criminal Behaviour and Mental Health*, 14, pp.121-133.
- BREWER, V.E.; PAULSEN, D. (1999). "A comparison of US and Canadian findings on uxoricide risk for women with children sired by previous partners", *Homicide Studies*, 3(4), pp.317-332.
- CAMPBELL, J.C. (1981). "Misogyny and homicide of women", *Advances in Nursing Science*, 3(2), pp. 67-85.
- CAMPBELL, J.C.; WEBSTER, D.; KOZIOL-McLAIN, J.; BLOCK, C.; CAMPBELL, D.; CURRY, M.A.; GARY, F.; GLASS, N.; McFARLANE, J.; SACHS, C.; SHARPS, P.; ULRICH, Y.; WILTS, S.A.; MANGANELLO, J.; XU, X.; SCHOLLENBERGER, J.; FRYE, V.; LAUGHON, K. (2003). "Risk factors for femicide in abusive relationships: results from a multisite case control study", *American Journal of Public Health*, 93(7), pp.1089-1097.
- CARCACH, Carlos; JAMES, Marianne (1998). "Homicide between partners in Australia", *trends & issues*, n.º 90.
- CARIDADE, Sónia; MACHADO, Carla (2006). "Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração", *Análise Psicológica*, (XXIV) 4, pp. 485-493.
- CARIDADE, Sónia; MACHADO, Carla (2008). "Violência Sexual no Namoro: relevância da prevenção", *PSICOLOGIA*, Vol. XXII (1), pp. 77-104.
- CARNEY, Michelles; BUTTELL, Fred; DUTTON, Don (2007). "Women who perpetrate intimate partner violence: A review of the literature with recommendations for treatment", *Agression and Violent Behavior* 12, pp. 108-115.
- CASIMIRO, Cláudia (2002dil). "Representações sociais da violência conjugal", *Análise Social*, Vol. XXXVIII (163), pp. 603-630.
- CASIMIRO, Cláudia (2008). "Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género", *Análise Social*, Vol. XLIII (3º), pp. 579-601.
- DALY, M.; WISEMAN, K.A.; WILSON, M. (1997). "Women with children sired by previous partners incur excess risk of uxoricide", *Homicide Studies*, 1(1), pp. 61-71.
- Dawson R, Gartner R. (1998). «Differences in the characteristics of intimate femicides: the role of relationship state and relationship status» in *Homicide Studies*. 1998; 2, p. 378-399.
- DECKER, M.; MARTIN, S.; MORACCO, K. (2004). "Homicide Risk Factors Among Pregnant Women Abused by Their Partners. Who Leaves the Perpetrator and Who Stays?", *Violence Against Women*, Vol. 10, N.º 5, pp. 498-513.
- DIXON, L.; HAMILTON-GIACHRITSIS, C.; BROWNE, K. (2008). "Classifying partner femicide", *Journal of Interpersonal Violence*, 23(1), pp. 74-93.
- DOBASH, R.E.; DOBASH, R.P.; CAVANAGH, K.; LEWIS, R. (2004). "Not an ordinary killer, just an ordinary guy. Men who kill their intimate female partner", *Violence Against Women*, 20(6), pp. 577-605.
- FONSECA, António Castro; LOPES, Maria da Conceição Carreiras (1984). "Vítimas e agressores: estudo sobre a formação de estereótipos sexuais na infância", *Sep. Revista Portuguesa de Pedagogia*, 18, pp. 303-312.
- GELLES, Richard J. (1985). "Family Violence", *Annual Review of Sociology*, Vol. 11, pp. 347-367.
- HARDESTY, J.; CAMPBELL, J.; McFARLANE, J.; LEWANDOWSKI, L. (2007). "How Children and Their Caregivers Adjust After Intimate Partner Femicide", *Journal of Family Issues*, 29, pp. 100-124.
- HOLLANDER, Jocelyn A. (2001). "Vulnerability and Dangerousness: The Construction of Gender through Conversation about Violence", *Gender & Society*, 15, pp. 83-109.

- JOHNSON, Ida M.; SIGLERM, Robert T. (2000). "Forced Sexual Intercourse Among Intimates", *Journal of Family Violence*, Vol. 15, N.º 1, pp. 95-108.
- JOHNSON, Michael P. (2006). "Conflict and Control. Gender Symmetry and Asymmetry in Domestic Violence", *Violence Against Women*, Vol 12, N.º 11, pp. 1003-1018.
- JOHNSON, Michael P.; FERRARO, Katherine J. (2000). "Research on Domestic Violence in the 1990s: Making Distinctions", *Journal of Marriage and the Family*, Vol. 62, N.º 4, pp. 948-963.
- JOHNSON, H.; SACCO, V.F. (1995). "Researching violence against women: Statistics Canada's national survey", *Canadian Journal of Criminology*, 37, pp. 281-304.
- KELLERMANN, A.L.; MERCY, J.C. (1992). "Men, women, and murder: gender-specific difference in rates of fatal violence and victimization", *The Journal of Trauma*, 33, pp. 1-5.
- KIMMEL, Michael S. (2002). "«Gender Symmetry» in Domestic Violence: A Substantive and Methodological Research Review", *Violence Against Women*, Vol. 8, N.º 11, pp. 1332-1363.
- KRAHÉ, Barbara; BIENECK, Steffen; MOLLER, Ingrid (2005). "Understanding Gender and Intimate Partner Violence from an International Perspective", *Sex Roles*, Vol. 52, N.º 11/12, pp. 807-827.
- LANGFORD, L.; ISAAC, N.E.; KABAT, S. (1998). "Homicides related to intimate partner violence in Massachusetts", *Homicide Studies*, 2, pp. 353-377.
- MATOS, António Coimbra de (1983). "A propósito da identificação ao agressor", *Sep. O Médico*, 104.
- McFARLANE, Judith; WILLSON, Pamela; MALECHA, Ann; LEMMEY, Dorothy (2000). "Intimate Partner Violence: a Gender Comparison", *Journal of Interpersonal Violence*. Vol. 15, N.º 2, pp. 158-169.
- MEDINA-ARIZA, Juanjo; BARBERET, Rosemary (2003). "Intimate Partner Violence in Spain: Findings from a National Survey", *Violence Against Women*, Vol. 9, N.º 3, pp. 302-322.
- MELTON, Heather C.; BELKNAP, Joanne (2003). "He hits, She hits: Assessing Gender Differences and Similarities in Officially Reported Intimate Partner Violence", *Criminal Justice and Behaviour*, Vol. 30, N.º 3, pp. 328-348.
- MERCY, J.A.; SALTZMAN, L.E. (1989). "Fatal violence among spouses in the United States, 1976-85", *American Journal of Public Health*, 79(5), pp. 595-599.
- MESSERSCHMIDT, James W. (2000). "Becoming "Real Men": Adolescent Masculinity Challenges and Sexual Violence", *Men and Masculinities*, Vol. 2, N.º 3, pp. 286-307.
- MORACCO, K.E.; RUNYAN, C.W.; BUTTS, J.D. (1998). "Femicide in North Carolina, 1991-1993: a statewide study of patterns and precursors", *Homicide Studies*, 2(4), pp. 422-446.
- MUEHLENHARD, Charlene L.; KIMES, Leigh Ann (1999). "The Social Construction of Violence: The Case of Sexual and Domestic Violence", *Personality and Social Psychology Review*, Vol. 3, N.º 3, pp. 234-235.
- PIISPA, Minna (2002). "Complexity of Patterns of Violence Against Women in Heterosexual Partnerships", *Violence Against Women*, Vol. 8, N.º 7, pp. 873-900.
- PUZONE, C.; SALTZMAN, L.; KRESNOW, M.; THOMPSON, M.; MERCY, J. (2000). "National trends in intimate partner homicide, United States, 1976-1995", *Violence Against Women*, 6(4), pp. 409-425.
- SANI, Ana Isabel (2006). "Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar", *Análise Social*, Vol. XLI (180), pp. 849-864.
- SHACKELFORD, T.K.; MOUZOS, J. (2005). "Partner killing by men in cohabiting and marital relationships: a comparative, cross-national analysis of data from Australia and the United States", *Journal of Interpersonal Violence*, 20(10), pp. 1310-1324.
- SILVA, Luísa Ferreira da (1991). "«O direito de bater na mulher» – violência interconjugal na sociedade portuguesa", *Análise Social*, Vol. XXVI (111), (2º), pp. 385-397.
- STOUT, K.D. (1991). "Intimate femicide: a national demographic overview", *Violence Update*, 1(6):3.

Relatórios

BROOKMAN, Fiona; MAGUIRE, Mike (2003). *Reducing Homicide: a review of the possibilities*. Home Office Online Report 01/03, Home Office.

Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (2009). *Relatório Anual de Segurança Interna Ano 2008*.

GARCIA-MORENO, C.; JANSEN, H.A.F.M.; ELLSBERG, M.; HEISE, L.; WATTS, C. (2005). *WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women*. Geneva: World Health Organization.

KRUG, E.; DAHLBERG, L.; MERCY, J.; ZWI, A.; LOZANO, R. (eds.) (2002). *World Report on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization.

LISBOA, Manuel; BARROS, Pedro Pita; CEREJO, Sara Dalila; BARRENHO, Eliana (2007). *Custos económicos da prestação de cuidados de saúde às vítimas de violência*.

LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; MARTELEIRA, Joana (2003). *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal*.

LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana; LEANDRO, Alexandra (2009). *Inquérito Nacional Violência de Género*.

LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel do; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; SILVA, Sofia Marques da; ROQUE, Ana; FRANCO, Luísa; AMÂNDIO, Sofia Lai (2004). *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*.

LISBOA, Manuel; CEREJO, Sara; FAVITA, Andreia (2008). *Inquérito Violência de Género - Região Autónoma dos Açores*.

LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa; BARROSO, Zélia; ALFARROBA, Ana; AMÂNDIO, Sofia; CEREJO, Sara Dalila; MARTELEIRA, Joana; PATRÍCIO, Joana; TEIXEIRA, Ana Lúcia (2005). *Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões da violência de que tenham sido vítimas*.

MATHEWS, S.; ABRAHAMS N.; MARTIN, L.J.; VETTEN, L.; VAN DER MERWE, L.; JEWKES, R. (2004). *Every six hours a woman is killed by her intimate partner: a national study of female homicide in South Africa*. MRC Policy Brief; 5.

PATH, InterCambios, MRC, WHO (2009). *Strengthening Understanding of Femicide. Using research to galvanize action and accountability*.

POVEY, D. (ed.); COLEMAN, K.; KAIZA, P.; ROE, S. (2009). *Homicides, Firearm Offences and Intimate Violence 2007/08*. Supplementary Volume 2 to Crime in England and Wales 2007/2008. SCHULMAN, Mark A. (1979). *Survey of spousal violence against women in Kentucky: study nº 792701 conducted for Kentucky Commission on Women*. Washington, D.C: U.S Department of Justice, Law Enforcement Assistance Administration.

Statistics Canada - Canadian Centre for Justice Statistics (2009). *Family Violence in Canada: A Statistical Profile*. Minister of Industry.

Universidad Internacional Valenciana (VIU) e Centro Reina Sofía (Espanha). *Informe Mujeres asesinadas por su pareja España (2009)*, Universidad Internacional Valenciana (VIU) e Centro Reina Sofía.

Teses de doutoramento

Mariana Porto Ruwer de Azambuja

Violência de género e os discursos circulantes nos cuidados de saúde primários

Domínio científico: Psicologia

Universidade do Minho

Orientadora: Maria da Conceição Oliveira Carvalho Nogueira

2008

Célia Cristina Casaca Soares
Género. Afectos e poderes. Representações sociais em crianças do ensino básico
Domínio científico: Psicologia
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Orientador: Jorge Correia Jesuíno
2008

Cidália Maria Neves Duarte
Percepções da Relação Conjugal: violência e (in)satisfação conjugal: percepções de conflito e violência conjugal
Domínio científico: Psicologia
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto
Orientadora: Maria Emília Costa
2006

Maria Lúcia Pereira da Rocha
A violência física sobre a mulher grávida: efeitos na saúde da mulher e do recém-nascido
Domínio científico: Ciências Biológicas
Faculdade de Medicina - Universidade do Porto
Orientador: José Henrique Preto Barros
2006

Marlene Alexandra Veloso de Matos
Violência nas relações de intimidade. Estudo sobre a mudança psicoterapêutica da mulher
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Minho
Orientador: Mário Miguel Machado Osório Gonçalves
2006

Ana Sofia Antunes das Neves
A (Des) Construção dos discursos enderizados sobre o amor, o poder e a violência nas relações íntimas: metodologias feministas na psicologia social crítica
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Minho
2005

Ana Isabel Martins Sani
As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Minho
2004

Aurízia Félix Sousa Anica
As mulheres, a violência e a justiça no século XIX
Domínio científico: Sociologia
Faculdade Ciências Sociais Humanas - Universidade Nova de Lisboa
Orientador: Jorge Cresso
2003

Maria Isabel Correia Dias
Representações e práticas de violência doméstica em famílias de diferentes meios socioprofissionais
Domínio científico: Sociologia
Faculdade de Letras - Universidade do Porto
Orientadora: Ana Nunes de Almeida
2003

Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira
Um novo olhar sobre as relações sociais de género - perspectiva feminista crítica na psicologia social
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Minho
1997

Irene Maria Monteiro Montezuna Carvalho Mendes Vaquinhas
Violência, justiça e sociedade Rural: Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918
Domínio científico: História e Arqueologia
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra
1991

em curso

Ana Patrícia Pereira Duarte Baltazar
O papel do amor e dos papéis tradicionais de género na percepção de risco de violência nas relações íntimas
Domínio científico: Psicologia
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Elza Maria Henriques Deus Pais
Violência doméstica e género - práticas e percursos das relações conjugais violentas
Domínio científico: Sociologia
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Carlos Manuel Pereira Barbosa
A violência na construção social da masculinidade: impacto em contexto escolar
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Minho

Cláudia Casimiro Ferreira da Costa
Violência conjugal: um problema simétrico? Representações sociais masculinas e femininas
Domínio científico: Sociologia
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

Dália Maria de Sousa Costa
As respostas sociais dirigidas às mulheres vítimas de violência conjugal em Portugal
Domínio científico: Sociologia
Universidade Aberta

Inês Sofia Silva Pimentel
Violência conjugal e respostas institucionais
Domínio científico: Psicologia
Faculdade de Psicologia de Ciências da Educação – Universidade de Coimbra

Madalena Sofia Alves de Oliveira
Violência intergeracional: da violência no casal à violência no namoro
Domínio científico: Psicologia
Universidade Fernando Pessoa

Manuel Salvador Gomes de Araújo
Preditores organizacionais e individuais de violência no local de trabalho
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Minho

Teresa Maria de Moura Anjinho
O tribunal penal internacional pela janela da violência sexual
Domínio científico: Ciências Jurídicas
Faculdade de Direito - Universidade Nova de Lisboa

Zélia Maria Barroso Fernandes
Trajectórias de violência de género
Domínio científico: Sociologia
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Teses de mestrado

Ana Cristina Mateus Barata
Violência doméstica: porque permanecem as mulheres na relação violenta
Domínio científico: Política Social
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa
2000

Ana Cristina Novo Azeiteiro
Violência na conjugalidade: narrativas de vítimas e de agressores: das redundâncias às singularidades
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia
Orientadores: Rui Abrunhosa Gonçalves; Isabel Alberto
2007

Ana Filipa Dias de Carvalho
O estilo de vinculação em mulheres vítimas de violência conjugal
Domínio científico: Psicologia
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Lisboa
Orientadora: Maria Helena dos Santos Afonso
2008

Ana Rita Conde Dias
Discursos culturais e violência conjugal: o olhar dos media sobre a mulher, as relações de género e a violência
Domínio científico: Psicologia
Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho
Orientadora: Carla Machado
2006

Ana Sofia Alves Tello-Gonçalves
A violência doméstica contra as mulheres enquanto problema de saúde pública: as representações sociais dos profissionais de saúde portugueses face a esta questão
Orientador: Jacques Houart
2004

Aurízia Félix Sousa Anica
A Transformação da violência no Séc. XIX: o caso da comarca de Tavira
Domínio científico: Sociologia
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa
1993

Aurora Silva
Papel de género e práticas familiares
Domínio científico: Psicologia Social
Universidade do Porto
1999

Bárbara Luís Mendes dos Santos
Prevenção da violência no namoro: implementação e avaliação da eficácia de um programa com adolescentes em risco
Domínio científico: Psicologia
Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho
Orientadora: Carla Machado
2008

Cidália Maria Neves Duarte
Percepções de conflito e violência conjugal
Orientadora: Maria Emília Costa

Cidália Vargas Pecegueiro
Violência conjugal: representações e práticas em mulheres economicamente independentes
Domínio científico: Sociologia
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa
Orientadora: Sónia Frias
2008

Cláudia Casimiro Costa
Representações sociais da violência conjugal
Domínio científico: Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa
Orientadora: Ana Nunes de Almeida
1998

Cristina Dias de Almeida
Violência doméstica. Que políticas?: o impacto das políticas sociais no combate à violência doméstica no concelho de Montemor-o-Velho
Domínio científico: Sociologia
Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Orientador: Pedro Hespanha
2008

Cristina Manuela Mendes de Araújo
Violência sexual e famílias disfuncionais no cinema americano contemporâneo
Universidade do Minho
Orientador: Anthony Barker
1996

Dália Maria de Sousa Gonçalves da Costa
Percepção social de mulher vítima de violência conjugal: estudo exploratório no concelho de Lisboa
Domínio científico: Sociologia
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa
Orientador: Óscar Soares Barata
2002

Elza Maria Henriques Deus Pais
Rupturas violentas da conjugalidade: os contextos do homicídio conjugal em Portugal
Domínio científico: Sociologia
Universidade Nova de Lisboa
Orientador: Nelson Lourenço
1996

Fátima Jorge Monteiro
Mulheres agredidas pelos maridos: de vítimas a sobreviventes
Domínio científico: Estudos sobre as mulheres
Universidade Aberta
2000

Felicidade Cândida Pinto Fernandes
A mulher vítima de violência conjugal
Domínio científico: Psiquiatria e Saúde Mental
Universidade do Porto
2002

Inês Santos Estevinho Fronteira Gonçalves
Prevalência de vítimas de violência física e psicológica (nas suas diferentes formas) nos trabalhadores de um hospital distrital
Domínio científico: Saúde Pública
Universidade Nova de Lisboa
2002

Isabel Dias
Representações e práticas de violência doméstica em famílias de diferentes meios socioprofissionais
Domínio científico: Sociologia
Universidade do Porto
2002

Isilda Maria Oliveira Carvalho Ribeiro
Violência familiar contra a mulher e saúde mental
Domínio científico: Psiquiatria e Saúde Mental
Universidade do Porto
Orientadora: Cristina Queirós
2002

Joana Margarida Aguiar Patrício
Violência sexual no feminino: universos temporais e contextos sociais
Domínio científico: Estudos sobre as Mulheres
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa
Orientador: Manuel Lisboa
2010

Liliana Patrícia Pinto Rodrigues Marinho
O atendimento policial à mulher vítima de violência conjugal: estudo no comando metropolitano da polícia de segurança pública do Porto
Orientadora: Teresa Maria Salgado de Magalhães
2006

Maria Alberta Fernandes Pacheco Aguiar
A grávida vítima de violência: uma perspectiva de saúde mental sobre a violência doméstica
Domínio científico: Psiquiatria e Saúde Mental
Universidade do Porto
1999

Maria Elisabete da Costa Ferreira
Da intervenção do Estado na questão da violência conjugal em Portugal
Orientador: Heirich Ewald Hörster
2003

Maria de Fátima da Silva Jorge Ribeiro
Mulheres agredidas pelos maridos: de vítimas a sobreviventes
Domínio científico: Estudos sobre as mulheres
Universidade Aberta
Orientadora: Teresa Joaquim
1998

Maria Hermínia Pinto Costa da Cunha Leal
História pessoal de crianças vitimadas
Domínio científico: Medicina Escolar
Faculdade de Medicina - Universidade de Lisboa
Orientador: João Gomes Pedro
2000

Maria Joana Veloso Antunes
A violência nas relações afectivas ocasionais
Domínio científico: Psicologia
Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho
Orientadora: Carla Machado

Maria João B. Pena
Violência nas relações pais-filhos adolescentes, disciplina ou mau trato?
Domínio científico: Sociologia
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
1995

Maria Margarida Eirô Frutuoso
Violência familiar: um estudo qualitativo dos crimes contra familiares

Maria Paula Pelúcia Canelas
Violência doméstica contra as mulheres / relação entre os valores dos profissionais de saúde e a motivação para fazer uma abordagem diferenciada às vítimas
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Algarve
2008

Maria de la Salette Esteves Calvinho Branco
Violência conjugal contra a mulher
Domínio científico: Ciências Sociais
Universidade Aberta
Orientadora: Natália Ramos
2007

Marlene Alexandra Veloso de Matos
Violência conjugal: o processo de construção de identidade da mulher
Domínio científico: Psicologia
Universidade do Minho
2000

Marta Gomes dos Santos
Mulheres vítimas de violência na conjugalidade: uma caracterização
Domínio científico: Política Social
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa
1998

Nélia Maria Agrela de Freitas
A realidade do apoio institucional: as mulheres vítimas de violência doméstica
Domínio científico: Política Social
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa
Orientadora: Maria do Rosário Amaro da Costa Carneiro
2002

Rita Joana Basílio de Simões
A violência contra as mulheres nos media: lutas de género no discurso das notícias
Domínio científico: Comunicação e Jornalismo
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra
Orientadora: Maria João Silveirinha
2006

Sandra Maria de Azevedo Pascoal Roque dos Santos
Representações sociais da violência sobre as crianças
Domínio científico: Psicologia Social
Universidade do Porto
2000

Susana Gabriela da Silva Maria
Mulheres sobreviventes de violação
Domínio científico: Estudos sobre as Mulheres
Universidade Aberta
2001

Susana Valente de Carvalho
A vida fechada à chave: o abuso sexual intra-familiar em adolescentes
Orientador: Francisco Esteves
2005

Teresa Cansado
Violência conjugal: uma visão sociológica
Orientador: Eduardo Jorge Esperança
2005

Zélia Barroso
Violência de género nas relações amorosas: uma análise sociológica dos casos detectados nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto
Domínio científico: Sociologia
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa
Orientador: Manuel Lisboa
2005

Campanhas



Campaign to Combat Violence Against Women, Including Domestic Violence (2006-2008)

Campanha promovida pelo Conselho de Europa.

“Recognising the different levels of progress in combating violence against women in the 47 member states of the Council of Europe, the Campaign aimed to: raise awareness that violence against women is a human rights and encourage every citizen to challenge it; urge member states to demonstrate political will by providing adequate resources to deliver concrete results in eradicating violence against women; promote the implementation of effective measures

for preventing and combating violence against women, through legislation and national action plans for the implementation of Recommendation Rec(2002)5 and to regularly monitor progress.”

www.coe.int/t/dc/campaign/stopviolence/default_en.asp



Maltrato Zero

Campanha promovida pela Secretaria-Geral Ibero-americana e Organização Ibero-americana da Juventude; em Portugal: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e Instituto Português da Juventude.

“A violência é uma forma de desigualdade que torna vulneráveis os direitos das pessoas. Por isso, pela primeira vez, o mundo une-se numa mensagem comum contra a violência de género. O movimento Maltrato Zero é uma iniciativa inovadora que leva todos e todas as jovens de 22 países ibero-americanos a unirem-se para expressarem a sua total repulsa a qualquer tipo de violência de género. A intenção do movimento é aproveitar a força de milhões de jovens que querem deixar claro o seu NÃO aos maus-tratos. O lema da campanha: “Entre um homem e uma mulher, maltrato zero” é o eixo central de todo o movimento. É o grito de todos/as que estão dispostos/as a mudar as coisas.

O nosso desafio é converter o movimento Maltrato Zero numa corrente mobilizadora, diversa e intercultural que unirá todas as pessoas e países, num único objectivo: parar os maus-tratos.

O movimento Maltrato Zero surgiu na Cimeira Ibero-americana de El Salvador de 2008 onde se propôs à Secretaria-Geral Ibero-americana e à Organização Ibero-americana da Juventude desenvolver uma Campanha onde os/as jovens pudessem expressar a sua veemente oposição à violência entre homens e mulheres.”

www.maltratozero.com

SAY NO – UNITE
End Violence against Women

Say No to Violence Against Women
Campanha promovida pela UNIFEM.

“UNIFEM’s Say NO initiative is a global platform for advocacy and action, contributing towards the objectives of the UN Secretary-General Ban Ki-moon’s campaign UNITE to End Violence against Women through social mobilization. On 25 November 2008, Say NO presented more than 5 million signatures to the UN Secretary-General, demonstrating public support to make ending violence against women a top priority for governments everywhere. The next chapter of Say NO, geared to launch in fall 2009, will collect and demonstrate actions from individuals, organizations and decision makers everywhere.

www.saynotoviolence.org

STOP
Violence Against Women

Stop Violence Against Women Campaign

Campanha promovida pela Amnistia internacional (EUA).
“In 2004, Amnesty International launched its global Stop Violence Against Women Campaign to help break the

silence around this scandal, stop the violence, and create a world where women and girls are afforded their basic human rights. Across the globe, Amnesty International members have united to work towards making women's human rights a reality; the campaign is intended as a contribution to the efforts of the women's rights movements around the world. With this campaign, Amnesty International will show that the right of women to be free from violence is integral to the Universal Declaration of Human Rights. As long as violence against women continues, the promise to humanity of the Universal Declaration cannot be fulfilled.”

www.amnestyusa.org/violence-against-women/stop-violence-against-women-svaw/page.do?id=1108417



Contra a Violência no Namoro

Campanha promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

“Estudos recentes realizados em Portugal revelam que a violência nas relações afectivas é cada vez mais precoce. Um em cada quatro jovens

em Portugal já foi vítima de violência no namoro. Em geral, vítimas e agressores não percebem que a violência não é “aceitável”. Muitos jovens “toleram” e chegam a “desculpabilizar” a violência: “Só fez aquilo porque estava descontrolado, perdeu a cabeça” ou “tem medo de a/o perder”. São afirmações recorrentes.

A violência sexual no namoro também nem sequer é reconhecida como tal.

É importante distinguir um conflito de uma situação de violência, uma vez que esta tende a ocorrer de forma repetido e a agravar-se com o passar do tempo. Numa situação de violência, um dos membros do casal tenta exercer poder e controlo sobre o outro, não respeitando as suas ideias e opiniões.”

www.igualdade.gov.pt/index.php/pt/praticas-bem-sucedidas/campanhas-e-premios/265-campanha-contra-a-violencia-no-namoro



UNite to End Violence against Women

Campanha promovida pelas Nações Unidas.

“In February 2008, United Nations Secretary-General Ban Ki-moon launched his campaign, “UNite to End Violence against Women,” a multi-year effort aimed at preventing and eliminating violence against women and girls in all parts of the world.”

<http://endviolence.un.org>



Fim à Mutilação Genital Feminina – Campanha Europeia

Campanha promovida pela Amnistia internacional

(Irlanda). Em Portugal, pela Amnistia Internacional Portugal e Associação Portuguesa para o Planeamento da Família.

“Constitui uma estratégia coordenada entre as parcerias e em articulação directa com os compromissos assumidos nos Planos nacionais em cada país. Reclama uma maior atenção dos sectores de decisão técnica e política a este tema de Direitos Humanos, de Saúde, de Migrações, Cooperação e Desenvolvimento, Educação, Igualdade de Oportunidades e Discriminação com base no Género. Visa a elaboração e adopção de uma estratégia europeia para o fim definitivo da prática de MGF, procurando também garantir a existência de programas de apoio para mulheres e raparigas que tenham sido vítimas de MGF e/ ou em risco de serem mutiladas. Procura ainda assegurar participações activas e significativas por parte das pessoas e comunidades directamente afectadas por esta prática através da colaboração com os parceiros dos vários Estados europeus e dos países onde a MGF existe. Pretende também, e através do reforço das capacidades pessoais e institucionais das várias parcerias, desenvolver ao nível nacional e europeu iniciativas de informação e reforço de compromisso, bem como assegurar a sustentabilidade das iniciativas.”

Portugal: www.apf.pt/?mnu=000&area=000&tipo=destaques&id=CNT4a6ebe22d94b1

Irlanda: www.amnesty.ie/amnesty/live/irish/action/default.asp?page=29741&rec=20&pos=1

women'ssecret

A violência doméstica não pode ser um segredo

Campanha promovida pela Amnistia Internacional Portugal e women'ssecret.

“Esta campanha visa dar voz a cada mulher afectada por este tipo de violência em Portugal, assim como sensibilizar a população e a sociedade. Para tal foi criada uma colecção de roupa assinada pelo ilustrador André Letria, que se encontra à venda nas lojas da marca e cujas receitas revertem inteiramente para a Amnistia Internacional - Portugal.

Nos últimos anos, a violência sobre as mulheres tem sido um dos temas fulcrais do trabalho da Amnistia Internacional - Portugal. A women'ssecret, como marca socialmente responsável e solidária, propõe-se agora a participar e apoiar esta causa. Numa iniciativa conjunta, que visa acabar com o silêncio, promover a denúncia e terminar com as situações de sofrimento silencioso, as duas entidades lançam uma colecção-chave, muito feminina e sem segredos.”

<http://violenciadomesticanaopodeserumsegred.blogspot.com>

Sítios na internet consultados

Amnistia Internacional Irlanda (www.amnesty.ie)

Amnistia Internacional Portugal (www.amnistia-internacional.pt)

Amnistia Internacional USA (www.amnestyusa.org)

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (www.apav.pt)

Associação Portuguesa para o Planeamento da Família (www.apf.pt)

Banco de dados sobre feminicídio - América Latina e Caribe Espanhol (www.feminicidio.cl)

Base de dados sobre violência contra as mulheres das Nações Unidas (<http://webapps01.un.org/vawdatabase/home.action>)

Biblioteca Nacional (www.bnportugal.pt)

Bureau of Justice Statistics, Office of Justice Program, EUA (<http://bjsdata.ojp.usdoj.gov>)

Conselho da Europa (www.coe.int)

Direcção Geral de Administração Interna (www.dgai.mai.gov.pt)

Direcção Geral da Política de Justiça (www.dgpj.mj.pt)

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
(www.gpearl.mctes.pt)

Guarda Nacional Republicana (www.gnr.pt)

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (www.unifem.org)

Ministério da Administração Interna (www.mai.gov.pt)

Nações Unidas (www.un.org)

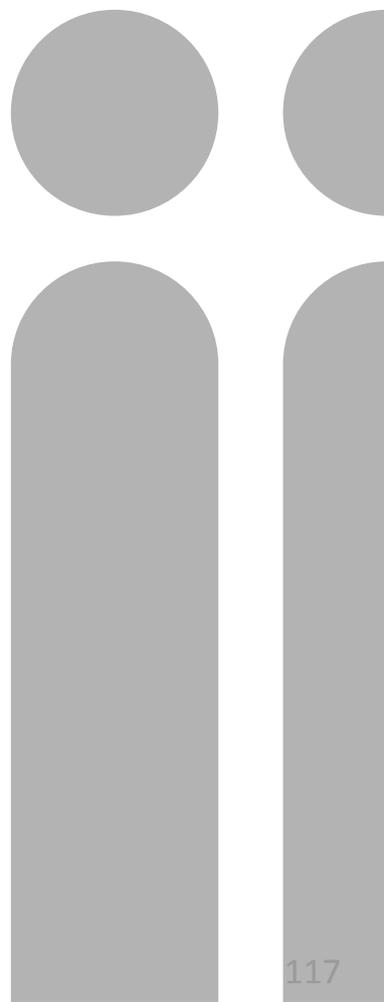
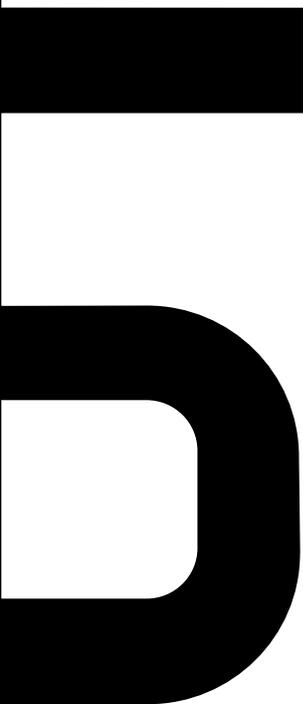
Polícia de Segurança Pública (www.psp.pt)

Portal para a Igualdade (www.igualdade.gov.pt)

Program for Appropriate Technology in Health (www.path.org)

União de Mulheres Alternativa e Resposta (www.umarfeminismos.org)

Anexos



População empregada por sexo e profissão, em 1997 e 2009

	1997					2009				
	H	M	TOTAL	%H	%M	H	M	TOTAL	%H	%M
Forças Armadas	34 200	2 400	36 600	93,4%	6,6%	26 000	3 300	29 300	88,7%	11,3%
Membros de Corpos Legislativos, Quadros Dirigentes da Função Pública, Directores e Dirigentes de Empresas	228 200	113 400	341 600	66,8%	33,2%	228 700	104 700	333 400	68,6%	31,4%
Profissões Intelectuais e Científicas	141 700	145 500	287 200	49,3%	50,7%	205 800	271 100	476 900	43,2%	56,8%
Profissões Técnicas Intermédias	210 500	212 400	422 900	49,8%	50,2%	255 500	222 300	477 800	53,5%	46,5%
Empregados Administrativos	182 200	271 100	453 300	40,2%	59,8%	170 300	307 400	477 700	35,6%	64,4%
Pessoal dos Serviços de Segurança, Serviços Pessoais e Domésticos e Trabalhadores Similares	224 600	390 800	615 400	36,5%	63,5%	254 700	543 900	798 600	31,9%	68,1%
Trabalhadores da Agricultura e Pesca	244 500	266 600	511 100	47,8%	52,2%	290 300	262 000	552 300	52,6%	47,4%
Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos	663 300	216 500	879 800	75,4%	24,6%	746 700	168 400	915 100	81,6%	18,4%
Operadores de Instalações Industriais e Máquinas Fixas, Condutores, Montadores	257 200	63 600	320 800	80,2%	19,8%	320 500	80 000	400 500	80,0%	20,0%
Trabalhadores não Qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços	193 400	269 700	463 100	41,8%	58,2%	189 100	403 500	592 600	31,9%	68,1%

Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INE

Conceitos

1. Violência

Um acto é violento na medida em que alguém o classifica como tal: a vítima, o autor ou a sociedade a que ambos pertencem. Ora, tal classificação pode resultar da materialidade como o acto é percebido e vivido, ou como é representado; em qualquer dos casos, para ser considerado violento é representado sempre como uma transgressão. O que varia é a gravidade da transgressão e o nível como esta é representada.

De um ponto de vista social, o significado de violento atribuído a um determinado acto advém do facto de ele ser considerado como uma agressão a normas estabelecidas pelo sistema de valores que é reconhecido por uma determinada sociedade ou segmento social.

Por outro lado, o conceito de violência é dinâmico, reportando-se genericamente a uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento. A violência remete para uma classificação não legal, formalizada enquanto representação social.

2. Crime

A importância da transgressão pode assumir também outra designação: a de crime. Ainda assim, os conceitos de violência e crime não devem ser confundidos. Há actos que são crimes e não são percebidos como violentos e há actos que são violentos e que legalmente não são considerados crimes, mesmo que o possam vir a ser mais tarde ou noutros contextos. É o caso dos processos investigados pelos Institutos de Medicina Legal: apesar dos actos atingirem uma representação de gravidade social tal que justifica que alguns actores sociais (vítimas ou não) promovam investigações específicas no sentido da sua criminalização, eles ainda não podem ser definitivamente catalogados como crimes. Crime corresponde aos actos que a lei rotula como tal.

3. Violência de género

Violência que põe em perigo os direitos fundamentais, a liberdade individual e a integridade física e psicológica das mulheres. É uma violência dirigida à mulher por ser do género feminino. Segundo o Conselho da Europa é qualquer acto, omissão ou conduta que sirva para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacção ou qualquer outro meio, a qualquer mulher e tendo por objectivo intimidá-la, puni-la, humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor-próprio ou a sua personalidade, diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais.

Seja qual for a representação social de um acto e do nível de gravidade que lhe possa ser atribuído, o seu carácter violento está essencialmente associado ao facto de ele poder expressar-se segundo as características

mais marcantes – física, psicológica, sexual, discriminação e constrangimento social – ou combinar algumas destas formas.

Ocorre, também, em diferentes contextos: no espaço doméstico, no local de trabalho ou em locais públicos. Pode, ainda, corresponder a um acto isolado ou inserir-se numa trajectória de violência mais ou menos prolongada no tempo (Lisboa, Barroso e Marteleira, 2003; Lisboa 2006).

4. Violência doméstica

As recomendações do Conselho de Ministros dos Estados Membros do Conselho da Europa [Rec (2002)5] incluem a dimensão “doméstica” na definição da violência contra as mulheres em geral, abrangendo aquela que “ocorre na família ou na unidade doméstica”, relativamente aos actos de “agressão e abuso, físicos e psicológicos”, “violação e abuso sexual”, “incesto”, “violação ente cônjuges, regulares ou ocasionais habitantes da unidade doméstica”, “crimes cometidos em nome da honra”, “mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais humilhantes para as mulheres, como o casamento forçado”.

Em alguns países, o conceito de VD está referenciado com a violência contra as mulheres, como em Espanha; em outros, por vezes apressadamente, juntaram-se-lhes, cumulativamente, os jovens e os idosos.

À luz do conhecimento entretanto obtido, particularmente os estudos da violência exercida contra homens e mulheres, fica mais claro que a VD que é exercida contra as mulheres tem sobretudo uma componente de género, que afecta maioritariamente estas, enquanto intérpretes dos papéis femininos. Nas relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo, muitas vezes a VD também ocorre associada aos mesmos papéis de género: feminino e masculino.

Assim, o conceito de VD deverá começar por abranger os actos de violência física, psicológica e sexual, perpetrados contra as mulheres, em todos os escalões etários, e os jovens e idosos cuja vitimação decorra desta condição, independentemente do sexo. Este conceito deverá igualmente incluir os actos que ocorram entre pessoas de sexos diferentes, ou do mesmo, no âmbito de relações análogas às dos cônjuges.

No que toca aos jovens, deverá ainda dar-se atenção à violência simbólica relacionada com as desigualdades de género, e que está intimamente associada ao processo de socialização. Para finalizar, e no que se refere à vitimação feminina adulta, a expressão dessa violência não se faz sentir só de uma forma directa, resultante da agressão infligida pelo autor do acto, mas também de modo indirecto, a que chamamos “vitimação secundária”, que é efectuada pelo meio familiar e social mais próximos, e que se materializa na avaliação da conduta e no condicionamento social e emocional da mulher vítima.

Pelo exposto, optamos no corpo do relatório por utilizar o termo “violência doméstica” somente nos casos que reportam a ocorrências registadas ao nível das Forças de Segurança (PSP e GNR) e de Instituições de Apoio à Vítima e que estas instituições legitimam como tal.

Elementos para crítica das fontes: violência doméstica participada à GNR e PSP

Enquanto notação estatística autónoma, a ocorrência entendida como VD passou a figurar nas estatísticas das Forças de Segurança (GNR e PSP) a partir de 1998, na sequência do Despacho do Ministro da Administração Interna n.º 16/98, de 9 de Março.

Em 2001, o Código Penal Português passou a punir os crimes de VD atribuindo-lhe a natureza de crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, bastando a denúncia ou o conhecimento do crime por parte de qualquer pessoa ou entidade, numa Esquadra da PSP, Posto da GNR, Polícia Judiciária, Instituto de Medicina Legal ou Gabinete Médico-Legal a funcionar nos hospitais, ou até directamente no Ministério Público, para que este promova o processo.

Para isso muito contribuiu, desde Janeiro de 2006, a utilização de um instrumento de notação policial e de notação estatística uniformizado, a ser usado pelas Forças de Segurança: o Auto de Notícia/Denúncia Padrão de VD. Este Auto resultou do trabalho desenvolvido pelo Grupo “Segurança e Justiça” no âmbito do II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (II PNCVD). Este instrumento permitiu, nomeadamente:

- Uniformizar os registos efectuados pelas Forças de Segurança em matéria de participações de VD;
- Fornecer ao processo judicial informação estruturada e completa sobre os/as envolvidos/as na situação de VD e sobre o contexto da ocorrência;
- Alargar o conhecimento sobre o fenómeno;
- Obter estatísticas sobre a VD reportada às Forças de Segurança à escala nacional.

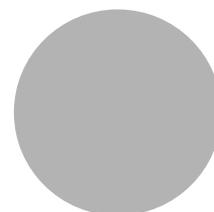
A informatização desses registos e a criação da respectiva base de dados única sobre VD, alimentada pelas Forças de Segurança e sediada na Rede Nacional de Segurança Interna, trouxe inegáveis progressos para a compreensão deste fenómeno, entretanto tipificado com a revisão do Código Penal.

Após um período de consolidação de procedimentos e de inserção de dados, foi possível produzir no decurso do 1º semestre de 2008 uma primeira análise sistematizada sobre VD em Portugal, apoiada nesses registos, beneficiando directamente as estratégias definidas no III Plano Nacional.



É também no âmbito deste Plano que se prevê a possibilidade de serem apresentadas queixas de VD à GNR ou à PSP por forma electrónica. Essa possibilidade foi efectivada a 30 de Janeiro de 2008 (art.º 152 do Código Penal) e destina-se a ser utilizada por pessoas singulares, devidamente identificadas, nacionais ou estrangeiras, residentes em Portugal ou presentes em território nacional que pretendam reportar situações que não constituam uma emergência ou que não requeiram uma resposta imediata das Forças ou Serviços de Segurança (casos em que os utentes devem utilizar os meios habituais).

O processo de apresentação de queixa implica a identificação da pessoa que utiliza o sistema e o encaminhamento para a entidade competente só tem lugar após validação e confirmação da identidade da mesma. Esta identificação pode ocorrer de uma de quatro formas: através de assinatura digital com recurso ao cartão do cidadão; através da confirmação a partir de uma conta via CTT; mediante a assinatura digital de advogado credenciado pela Ordem, ou através da confirmação presencial junto de qualquer posto da GNR, esquadra da PSP, balcão do SEF em loja do cidadão, bem como nas estações dos CTT.



Siglas e abreviaturas

- APAV** Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- BE** Bloco de Esquerda
- CDS-PP** Centro Democrático Social-Partido Popular
- CE** Conselho da Europa
- CDU** Coligação Democrática Unitária
- CIDM** Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
- CIG** Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- DGAI** Direcção-Geral da Administração Interna
- DGPJ** Direcção-Geral da Política da Justiça
- FCSH** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- FS** Forças de Segurança
- GNR** Guarda Nacional Republicana
- ICS** Instituto de Ciências Sociais
- IML** Instituto de Medicina Legal
- INE** Instituto Nacional de Estatística
- ISEG** Instituto Superior de Economia e Gestão
- PME** Pequenas e médias empresas
- PPD/PSD** Partido Social Democrata
- PSI-20** Portuguese Stock Index
- PSP** Polícia de Segurança Pública
- SIIC** Sistema Integrado de Informação e Conhecimento
- UE-27** União Europeia a 27 países
- UMAR** União de Mulheres Alternativa e Resposta
- UNL** Universidade Nova de Lisboa
- VD** Violência doméstica